

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ADRIANA MONSERRAT CEDILLO MORALES MOREIRA

**OS EDITORIAIS DE *EL MERCURIO* E O ESTADO DE S. PAULO SOBRE
BACHELET E ROUSSEFF NA ELEIÇÃO A PRESIDENTE DO CHILE EM 2013 E
DO BRASIL EM 2014: UM COMPARATIVO A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DO
DISCURSO**

CURITIBA

2016

ADRIANA MONSERRAT CEDILLO MORALES MOREIRA

**OS EDITORIAIS DE *EL MERCURIO* E O ESTADO DE S. PAULO SOBRE
BACHELET E ROUSSEFF NA ELEIÇÃO A PRESIDENTE DO CHILE EM 2013 E
DO BRASIL EM 2014: UM COMPARATIVO A PARTIR DA ANÁLISE CRÍTICA DO
DISCURSO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Comunicação, no
Curso de Pós-Graduação em Comunicação
Social, Setor de Artes, Comunicação e Design, da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi.

CURITIBA

2016

Catálogo na publicação
Sistema de Bibliotecas UFPR
Biblioteca do Campus Cabral

Moreira, Adriana Monserrat Cedillo Morales

Os editoriais de El Mercurio e o Estado de S. Paulo sobre Bachelet e Rousseff na eleição a presidente do Chile em 2013 e do Brasil em 2014: um comparativo a partir da análise crítica do discurso / Adriana Monserrat Cedillo Morales Moreira – Curitiba, 2016.

115 f.

Orientador: Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná.

1. Jornal - Editoriais 2. Jornalismo - Opinião - Estudos de caso 3. Eleições presidenciais - Chile - 2013 4. Eleições presidenciais - Brasil - 2014 5. Política - Análise do discurso I.Título.

CDD 070



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
Rua Bom Jesus, 650 – Juvevê - Fone: 3313-2025

ADRIANA MONSERRAT CEDILLO MORALES MOREIRA

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Setor de Artes, Comunicação e Design da Universidade Federal do Paraná, após arguir a candidata **ADRIANA MONSERRAT CEDILLO MORALES MOREIRA**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado “OS EDITORIAIS DE EL MECURIO E O ESTADO DE S. PAULO SOBRE BACHELET E ROUSSEFF NA ELEIÇÃO A PRESIDENTE DO CHILE EM 2013 E DO BRASIL EM 2014: UM COMPARATIVO DESDE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO”, é de parecer favorável à APROVAÇÃO da acadêmica, habilitando-a ao título de *Mestre* em Comunicação, linha de pesquisa “Comunicação, Política e Atores Coletivos” da área de concentração em Comunicação e Sociedade. Curitiba, 22 de março de 2016.

Prof. Dr. Sérgio Soares Braga - PPGCP/UFPR

Profa. Dra. Carla Candida Rizzotto

Prof. Dr. Emerson Urizzi Cervi
Orientador e presidente da banca examinadora

Esta tesis está dedicada a todas aquellas personas que a lo largo de mi vida me han dado soporte, enseñanza, amistad y cuidado. Sin ellos, este trabajo no habría sido posible, pues considero que todo proceso de conocimiento debe estar acompañado de un ambiente adecuado de desarrollo humano. Primeramente, quiero dedicar este trabajo a mi hermana Nalleli, por su apoyo incondicional, como amiga, como colega de trabajo y como persona con quien comparto aprendizajes e ideas sobre el mundo. En segundo lugar, esta tesis es para mis padres, María y José Antonio, por siempre haberme dotado de lo necesario para crecer personal y profesionalmente. También por dejarme volar y por conducirme en los viajes que he realizado, siempre con confianza y amor. Terceramente, a mi hermano Antonio, por dedicarme su música y demostrarme que aun siendo muy joven es posible alcanzar los sueños. También, muy especialmente, quiero dedicar este trabajo a mi esposo Diogo, porque gracias a su tiempo, cariño, alegría y soporte en los momentos más difíciles de la maestría, fue posible concluirla.

A mis amigas y amigos, especialmente a Adriana, Ana Laura, Liliana, Monserrat, Nelly y Sarai. Esta tesis es para ustedes, por alegrarme la vida y por estar ahí a pesar de las distancias.

Finalmente, a todas y a todos mis profesores de México, Chile y Brasil. Muchas gracias por mostrarme el camino.

RESUMO

Este trabalho visa realizar uma análise comparativa dos editoriais pertencentes aos jornais “*El Mercurio*” e “O Estado de São Paulo” durante o período das campanhas eleitorais no Chile em 2013 e no Brasil em 2014. Isso, com o interesse de comparar os elementos textuais, semelhantes e diferentes, que apareceram nos textos opinativos editoriais em torno das candidatas a presidente Michelle Bachelet (Chile) e Dilma Rousseff (Brasil). A hipótese central partiu da premissa de que nos dois jornais analisados (*El Mercurio* e O Estado de S. Paulo) há uma tendência a apresentar negativamente às candidatas Dilma Rousseff e Michele Bachelet, a partir do uso de expressões que provêm da visão do mundo de uma elite política. Esta pesquisa analisa 93 editoriais do Estado de S. Paulo e 33 de *El Mercurio*, que totalizam 126, durante os períodos de campanha eleitoral no Chile (17 de outubro a 16 de dezembro de 2013) e no Brasil (26 de agosto a 24 de outubro de 2014). Assim, utilizaram-se técnicas quali-quantitativas neste estudo. Na parte quantitativa se caracterizaram os conteúdos dos editoriais de acordo com Variáveis (Núcleo CPOP, UFPR, 2012). As técnicas qualitativas de análise hermenêutica tiveram como base os estudos de Van Dijk (1996) sobre opiniões e ideologia na imprensa.

Palavras-chave: Editoriais. Estado de S. Paulo. *El Mercurio*. Bachelet. Rousseff. Chile. Brasil.

ABSTRACT

This work aims to realize a comparative analysis of the El Mercurio and o Estado de S. Paulo journals' editorials, during the campaign period of Chile in 2013 and Brazil in 2014. That with the interest of comparing the textual elements, similar and different, that appeared on the opinion editorial texts among the presidential candidates, Michelle Bachelet (Chile) and Dilma Rousseff (Brazil). The central hypothesis started from the premise that the two newspapers analyzed (El Mercurio and O Estado de S. Paulo) there is a tendency to present negatively to candidates Dilma Rousseff and Michele Bachelet , from the use of expressions that come from the political elite's world view. This research analyzes 93 editorial in Estado de S. Paulo and 33 of El Mercurio, totaling 126, during election campaign periods in Chile (October 17 to December 16, 2013) and Brazil (August 26 to 24 October 2014). Quali and quantitative techniques were used in this study. In the quantitative part were characterized the editorial contents according to variables (CPOP Center, UFPR, 2012). The qualitative techniques of hermeneutics analysis were based on the studies of Van Dijk (1996) on opinions and ideology in the press.

Keywords: Editorials. Estado de S. Paulo. El Mercurio. Bachelet. Rousseff. Chile. Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAP. 1 – DISCURSO E IDEOLOGIA NOS EDITORIAIS	11
1.1 O DISCURSO E A IDEOLOGIA	11
1.2 OPINIÕES E IDEOLOGIA NOS EDITORIAIS.....	14
1.3 O GÊNERO OPINATIVO DOS JORNAIS.....	19
1.4 JORNALISMO, OPINIÃO E POLÍTICA.....	24
CAP. 2. <i>EL MERCURIO</i> , O ESTADO DE S. PAULO E AS ELEIÇÕES NO BRASIL E NO CHILE DOS ÚLTIMOS ANOS.....	32
2. 1. OS PROCESSOS ELEITORAIS DO CHILE E DO BRASIL (1980-2014).....	32
2.1 O CASO CHILENO	33
2.2 O CASO BRASILEIRO	39
2.3 OS JORNAIS <i>El Mercurio</i> E O ESTADO DE S. PAULO.....	42
2.3.1 Sobre <i>El Mercurio</i>	42
2.3.2 Sobre o Estado de São Paulo	46
CAP. 3 AS ELEIÇÕES ANALISADAS EM <i>EL MERCURIO</i> E NO ESTADO DE S. PAULO.....	51
3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA	51
3.2 ANÁLISE QUALITATIVA	62
3.2.1 Editoriais do Estado de São Paulo	64
3.2.2 Editoriais de <i>El Mercurio</i>	79
3.2.3 Observações comparativas dos editoriais analisados do Estado de São Paulo e de <i>El Mercurio</i>	90
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa realizar uma análise comparativa dos editoriais pertencentes aos jornais *El Mercurio* e o Estado de São Paulo durante o período das campanhas eleitorais do Chile em 2013 e do Brasil em 2014. O objetivo geral deste estudo foi identificar os elementos textuais e contextuais, semelhantes e diferentes que compuseram os discursos editoriais de *El Mercurio* e o Estado de São Paulo em torno das candidatas a presidente Michelle Bachelet e Dilma Rousseff, durante as campanhas eleitorais citadas. Os objetivos específicos foram: caracterizar e descrever os discursos editoriais que citaram as candidatas Bachelet e Rousseff durante as campanhas eleitorais; e, analisar as estratégias semânticas e retóricas empregadas no tratamento das candidatas nos textos estudados. A hipótese central partiu da premissa de que nos dois jornais analisados (*El Mercurio* e O Estado de S. Paulo) há uma tendência a apresentar negativamente às candidatas Dilma Rousseff e Michele Bachelet, a partir do uso de expressões que provêm da visão do mundo de uma elite política. Busca-se responder a nossa pergunta da pesquisa: como foram as apresentações dos editoriais de *El Mercurio* e o Estado de S. Paulo em torno a Bachelet e Rousseff durante as campanhas eleitorais de 2013 e 2014?

Este trabalho trata-se de um comparativo, usando como método a Análise Crítica do Discurso (VAN DIJK, 1999), principalmente, a partir dos estudos de sobre opiniões e ideologia de Van Dijk (1996). Buscou-se seguir um caminho metodológico que permitisse descrever dois processos e identificar padrões entre eles. De acordo com Norris (2009) toda análise nas ciências sociais precisa a comparação de observações que desemboquem em categorias que façam algum sentido do mundo. Para o autor, a análise comparativa expande os ambientes contextuais para realizar observações permitindo fazer generalizações abrangentes para se estabelecer nas ciências sociais (NORRIS, 2009, p. 4).

Para este estudo utilizaram-se técnicas quali-quantitativas. Na parte quantitativa se caracterizaram os conteúdos de 126 editoriais, 93 do Estado de S. Paulo e 33 de *El Mercurio*, durante os períodos das campanhas eleitorais no

Chile (17 de outubro a 16 de dezembro de 2013) e no Brasil (26 de agosto a 24 de outubro de 2014). Na seção qualitativa se analisaram os discursos de 8 editoriais, a partir de um quadro categórico baseado no esquema teórico proposto por Van Dijk (1996) em *Opiniões e ideologias na imprensa*.

O interesse de estudar os jornais mencionados está em que ambos pertencem a duas grandes empresas midiáticas, e, portanto, de grande cobertura social. Assim também são os jornais mais antigos do Chile e do Brasil fundados em 1827 (*El Mercurio*) e 1875 (O Estado de S. Paulo); ademais coincide que sua tendência é conservadora (LAGOS, 2008, p.15; LATTANZI, 2013, p. 8). No caso chileno, o jornal *El Mercurio* pertence à maior empresa jornalística do Chile *El Mercurio S.A.P.* e é o jornal líder em circulação no país (EL MERCURIO, 2015).

No caso brasileiro, o jornal O Estado de S. Paulo foi eleito por pertencer a uma grande empresa jornalística brasileira, Grupo OESP, também conhecido como Grupo Estado. O Estado de São Paulo é o mais antigo jornal da cidade de São Paulo ainda em venda (GRUPO ESTADO, 2014). É também o quarto jornal brasileiro com maior circulação (ANJ, 2014).

Portanto, considera-se que este trabalho poderia contribuir ao debate sobre como se caracterizam os discursos jornalísticos, chilenos e brasileiros, e suas relações com os sistemas políticos. Esses dois casos apresentam características similares como, por exemplo, que as candidatas a presidente analisadas são membros de partidos progressistas, e que os jornais estudados pertencem a grandes consórcios empresariais midiáticos conservadores. Esta última questão torna-se importante, pois quando falamos do conservadorismo abordamos uma relação histórica de tensão entre os movimentos tradicionalistas e os reformistas, se consideramos que o pensamento mais clássico do conservadorismo surgiu no século XVIII em defesa da tradição cultural europeia, referia-se à conservação dos valores transcendentais e mantinha uma investida contra o iluminismo (BOBBIO, 1992, p. 243). Estudar parte destas relações no século XXI, com suas mudanças e particularidades, é tanto um desafio quanto uma necessidade para a compreensão do panorama atual entre mídia, política e suas aproximações ideológicas. Mais ainda quando

estudamos os editoriais, que é o gênero jornalístico que faz mais explícita sua ideologia, com respeito aos outros.

Também, um aspecto importante desta pesquisa é a abordagem das relações entre mídia e seus regimes políticos, pois quando falamos dos casos estudados, referimo-nos a que eles estão imersos em regimes democráticos e, portanto, o que acontece nas configurações dos meios e nos discursos jornalísticos tem algum tipo de interação social. Amin (2002) expõe que “os monopólios dos meios de comunicação conduzem a uma uniformidade da cultura, e inauguram meios de manipulação política. A expansão do modelo de mercado até os meios tem se convertido num dos principais componentes do deterioro das práticas democráticas” (AMIN em CASSANOVA, 2002, p. 9, trad. nossa). É devido a isso que resulta de grande importância analisar os conteúdos da mídia, pois ao ser veículos de grande cobertura social ocupam um papel político na democracia, particularmente quando se posicionam explicitamente, como acontece no caso dos editoriais.

Assim, para os propósitos desta investigação, se elegeu de entre os gêneros jornalísticos, quais poderiam dar um panorama mais evidente sobre o uso ideológico através do discurso, ou seja, qual seria o que poderia mostrar posturas políticas de forma mais explícita. Em virtude disso, considerou-se que o editorial era o mais adequado para esse fim, porque este expõe a opinião do diário (LEÑERO e MARÍN, 1985, p. 57). O editorial é a perspectiva da empresa jornalística.

Para esta pesquisa foram eleitos dois casos pertencentes a dois países sul-americanos que por suas características representam um novo contexto de política na região, caracterizada por governos progressistas em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Peru, Venezuela e Uruguai. Assim, as duas candidatas analisadas, Michelle Bachelet e Dilma Rousseff provêm de partidos políticos progressistas (Partido Socialista do Chile e o Partido dos Trabalhadores). A sua ideologia esquerdista é de relevância nos estudos políticos, pois ambos os países procedem de governos ditatoriais ocorridos na segunda década do século XX, o que gerou grandes mudanças sociais e no regime político, pois foi até 1985, quando o Brasil recuperou a república, e até 1990, quando o Chile voltou à democracia já com um governo de centro-esquerda; no Brasil foi até 2003, ano em que se conseguiu instaurar um

governo progressista.

Nas últimas décadas a América do Sul tem se destacado pela presença de governos progressistas. Em 2014 ocupavam três quartos da região (VERDUM, 2014), e “enquanto são muito distintos entre si, compartilham uma crítica ao reducionismo do mercado que prevaleceu nas décadas de 80 e 90, despregam outro ativismo estatal e postulam a luta contra a pobreza como uma das suas tarefas prioritárias” (GUDYNAS, 2010, p. 2).

Este estudo tenta contribuir para o campo da comunicação política porque aborda um tema que envolve as relações entre mídia, eleições e política nas democracias atuais e permite conhecer através dos textos (discursos) analisados, algumas particularidades da visão do mundo de uma elite política. Assim também resulta de interesse analisar e comparar esses dois casos eleitorais na mídia, para conhecer as diferenças e as similitudes de dois países que são parte de uma região tão emergente como é a sul-americana, no presente século.

O fato de se ter escolhido jornais impressos para esta pesquisa é devido a que, os 21% da população que lê jornal o consome da maneira tradicional (79% dos leitores o fazem no formato impresso), somente uma parcela de 10% migrou para o ambiente on-line e apenas 4% utiliza ambos os suportes. Assim também, desses leitores o 84% está em busca de informação (SECOM, 2014).

Esta dissertação está dividida em cinco partes, primeiramente se apresenta uma introdução ao estudo realizado; depois se incluem o capítulo 1. Discurso e Ideologia nos Editoriais, que aborda os conceitos de discurso, ideologia, sua vinculação com o gênero editorial dos jornais, e as relações existentes entre jornalismo de opinião e política; o capítulo 2. Os Processos eleitorais do Chile e do Brasil (1980-2014), uma abordagem sobre a transição democrática das duas últimas décadas do Chile e do Brasil e os mais recentes períodos eleitorais. Também neste trecho se caracterizam os jornais *El Mercurio* e o Estado de S. Paulo; o capítulo 3. Análise comparativa sobre os editoriais do jornal *El Mercurio* e do Estado de S. Paulo nas eleições de 2013 e 2014, é o desenvolvimento quanti-qualitativo do estudo, que permitiu caracterizar 126 editoriais de acordo a variáveis como o Tema, Abrangência, Valências das candidatas, a Posição na página, entre outros. Assim também,

foi possível aprofundar na análise do discurso de 8 editoriais para identificar as estratégias discursivas em torno à caracterização de Bachelet e Rousseff. Finalmente, apresentam-se as Considerações finais.

CAP. 1 – DISCURSO E IDEOLOGIA NOS EDITORIAIS

1.1 O DISCURSO E A IDEOLOGIA

*Quién lo diría,
los débiles de veras
nunca se rinden.*

Mario Benedetti

Estudar os textos editoriais desde uma perspectiva discursiva requer fazer um percurso pela teoria que aborda os conceitos de discurso, ideologia e os vincula ao de textos opinativos dos jornais. Lembremos que os editoriais são discursos que implicam opiniões ideológicas. Assim, o discurso como objeto de estudo, tem sido definido de diversas formas; para nossos objetivos, tomaremos a feita por Fairclough (1992).

A *Teoria social do discurso* (Fairclough, 1992) à diferença de outros trabalhos linguísticos na abordagem discursiva, inclui o pensamento social e político, além das práticas sociais como planos também discursivos e de significado. Para o autor, o discurso pode ou não, contribuir à *mudança social*, mas esse último é um ponto de partida para a compreensão de sua perspectiva, pois essa visão coloca o discurso como parte da reprodução dos sistemas ou da mudança deles. O próprio Fairclough (1992) faz uma crítica à linguística tradicional de Saussure (1959) que tenta definir o discurso longe do estudo sistemático, como uma atividade essencialmente individual. Fairclough (1992) vai além, para ele os indivíduos usam a língua de acordo com seus desejos e intenções, de forma sistemática e social.

Neste sentido, o termo “discurso” se refere ao “uso de linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 1992, p. 90). O discurso deve ser entendido como um modo de ação, como uma forma em que as pessoas agem sobre o mundo, sobre os outros, assim como as representações que eles dão a esse mundo. Outro aspecto do discurso é a relação dialética entre ele e a estrutura social, ou seja, a condição e efeito que as estruturas sociais têm na

prática social. Por outra parte, o discurso é moldado e tem restrições pela estrutura social, já seja pela classe ou por outras relações, por exemplo, em instituições, como o direito ou a educação. Portanto, os eventos discursivos se determinam de acordo com o domínio social ou o quadro institucional de origem (FAIRCLOUGH, 1992). Podemos ver assim que o discurso não pode se separar da prática e da estrutura social, pois uma determina à outra.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes (FAIRCLOUGH, 1992, p. 91).

O anterior significa que o discurso tem uma existência material que constitui as estruturas da sociedade, isto é, a partir de signos convencionais, os quais têm significados que dão sentido a essas estruturas. Assim, o discurso tem três efeitos construtivos: em primeiro lugar, a construção das “identidades sociais” e as “posições de sujeito”; em segundo lugar, contribui para as relações sociais entre pessoas e; finalmente, para a construção de sistemas de conhecimento e crenças (FAIRCLOUGH, 1992). O discurso é uma prática, que constitui e constrói o mundo em significados. Essas dimensões as podemos localizar nos discursos ideológicos.

Não todos os discursos são ideológicos, mas todas as ideologias podem se enquadrar em esquemas discursivos que constituem e significam as estruturas sociais. Diversas visões colocam à ideologia como propriedade de estruturas discursivas, por exemplo, desde a perspectiva linguística é possível encontrá-la como uma forma de convenção a partir de códigos ou estruturas. Assim também há uma concepção textual da ideologia, a partir da qual se afirma que as ideologias estão nos textos (FAIRCLOUGH, 1992). Como prática social, o discurso também é ideológico e pode ser estudado considerando três aspectos: o primeiro é a asserção de que a ideologia tem existência material nas práticas institucionais, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia; o segundo é a afirmação de que a ideologia ‘interpela os sujeitos’, que conduz à concepção de que um dois mais significativos efeitos ideológicos é a constituição dos sujeitos; e, o terceiro (para a nossa pesquisa o mais importante), é a asserção de que os

‘aparelhos ideológicos de estado’ (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente (FAIRCLOUGH, 1992). Sobre essa última afirmação é preciso reconhecer que quando se fala sobre a “luta de classe”, se parte de um paradigma marxista sobre os aparelhos ideológicos do estado, porém é possível ver seu funcionamento desde outras perspectivas teóricas.

Assim, para estudar a relação entre discurso e ideologia, Van Dijk (1998) parte da definição de ideologia, a qual inclui várias suposições: a primeira é que as ideologias são principalmente algum tipo de “ideias”, um sistema de crenças; em segundo lugar, que esse sistema é socialmente compartilhado pelos membros de uma coletividade; em terceiro lugar, são fundamentais e axiomáticas; e, em quarto lugar, as ideologias são adquiridas gradualmente e mudam durante a vida. Para o autor as ideologias têm funções sociais, a partir de que, as primeiras, organizam e fundamentam as representações sociais compartilhadas entre as pessoas que formam parte de grupos ideológicos. Portanto, as ideologias podem ser definidas como “crenças fundamentais que subjazem nas representações sociais compartilhadas por tipos específicos de grupos sociais” (VAN DIJK, 1998, p. 15).

Para Van Dijk (1998) as ideologias no discurso se podem explicar a partir da teoria contemporânea de processos discursivos da psicologia cognoscitiva, que se resume no seguinte: 1. O contexto, que se refere a como as “definições da situação” de carácter subjetivo ou “contextos” são representados em modelos específicos na memória episódica e recebem o nome de modelos de *contexto*. Esses modelos de contexto, quando são preconceituosos podem dar por resultado discursos preconceituosos. 2. Os modelos existem a partir do significado do discurso o qual é controlado por interpretações subjetivas que dão lugar a modelos mentais. Esses modelos dão lugar comumente a discursos ideológicos que descrevem de forma positiva ou negativamente os eventos, dependendo do preconceito ideológico do modelo mental de origem. Isso acontece, por exemplo, no caso das notícias, editoriais, artigos de opinião ou das histórias pessoais. 3. O conhecimento, neste esquema teórico, é aquele que dá o carácter de generalidade às ideologias, pois as crenças compartilhadas pelos membros de uma comunidade podem

ser consideradas como conhecimento desde uma decisão prática. 4. As crenças de grupo têm como característica que são ideológicas, pois são controladas por ideologias implícitas; partem de modelos preconceituosos que por sua vez controlam os modelos de contexto e de evento dos membros do grupo.

Outro aspecto que vincula a ideologia com o discurso é a identificação das estratégias e estruturas que se empregam a partir da linguagem para adquirir, expressar e reproduzir o discurso ideológico. Algumas estruturas comuns são, por exemplo, o emprego do pronome *Nós*, usado para se referir ao grupo endógeno. Outras estratégias podem ser o tom ou o volume usado numa palavra ou numa frase; assim também as estruturas sintáticas e as figuras retóricas como as metáforas, as hipérboles ou os eufemismos podem modelar os significados ideológicos (VAN DIJK, 1998). Uma das maneiras usadas para marcar ideologicamente o discurso é reforçar as boas ações ou atributos de *Nós* (o emissor do discurso) e as más de *Eles* (os adversários ideológicos). E, pelo contrário minguar as nossas más ações a as boas deles (VAN DIJK, 1998). Esse esquema dual deixa ver o funcionamento dos modelos mentais, pois a dualidade conceitual é muito comum nos eventos da vida cotidiana e, particularmente, ao falar da ideologia aparece com frequência. Isso veremos mais adiante.

1.2 OPINIÕES E IDEOLOGIA NOS EDITORIAIS

Para compreender o comportamento das opiniões ideológicas nos textos editoriais é preciso colocar primeiramente a definição de opinião. Para Van Dijk (1996) numa análise ideológica adquire especial importância o critério de verdade e falsidade. Neste sentido, as opiniões são definidas como crenças valorativas, opostas às crenças objetivas; pois as primeiras pressupõem valorações, enquanto que as segundas, critérios de verdade, objetividade e explicações mais completas.

Na análise discursiva dos artigos de opinião da imprensa, Van Dijk (1996) emprega um enfoque dos distintos níveis e dimensões do discurso (estruturas discursivas), formado basicamente pelo seguinte:

1. Elementos léxicos. É a eleição de palavras que no geral ou em um contexto particular expressam valores ou normas, usadas para expressar um juízo de valor. Em estudos de ideologia e linguagem são comuns o emprego de palavras como “democrático”, “terrorista” ou “racista” (VAN DIJK, 1996). As eleições léxicas são de grande relevância tanto que nelas é possível ver os principais significados discursivos. Todas as palavras significam.

2. Proposições. Os elementos léxicos não aparecem sozinhos, mas como parte de proposições, em orações. Os significados podem ser diferentes de acordo com a construção da oração. Nas proposições pode se observar uma estratégia para a expressão de atitudes e ideologias compartilhadas, a qual se caracteriza por uma polarização descritiva do grupo endógeno e negativa do grupo alheio. Essa estratégia se resume num ‘quadro ideológico’ de quatro pontos: 1. Ressaltar as nossas boas propriedades/ações; 2. Ressaltar suas más propriedades/ações; 3. Minguar nossas más propriedades/ações; e, 4. Minguar suas boas propriedades/ações (VAN DIJK, 1996, p. 21). Esses quatro tipos de proposições se vinculam com outras estratégias discursivas, várias delas a seguir.

3. Implicações. Não todas as opiniões precisam ser explícitas; muitas delas podem se inferir de acordo com um modelo de fatos ou de contexto, a partir do uso de expressões (VAN DIJK, 1996). Para entender melhor as implicações podemos recorrer a Ducrot (1986) que explica que as implicações equivalem a deixar sem expressar uma afirmação evidentemente necessária para que a oração seja completa ou coerente. De acordo com o autor, o destinatário deve preencher essa lacuna e não o emissor.

4. Pressuposições. Ao igual que as implicações, as pressuposições são conjecturas que se fazem de acordo com um modelo prévio de um fato. Podem se usar estrategicamente para introduzir proposições que não sejam completamente certas. Exemplos disso são as eleições léxicas que se dão para descrever a certos grupos árabes: “extremista”, “terrorista” “determinação fanática” (VAN DIJK, 1996), o que dá entender uma atribuição negativa para qualquer ação desses bandos.

5. Descrições. Os fatos podem se descrever de forma geral ou específica e, de acordo com o quadro ideológico, as Nossas ações são descritas de forma positiva, enquanto que as Deles de forma negativa.

6. Coerência local. Está baseada em modelos para expressar opiniões ‘coerentes’ sobre um tema ou um grupo. Esses modelos seguem sequências de proposições que podem estar vinculadas a través de relações intencionais ou funcionais, e pertencem a grupos específicos. Por exemplo, os posicionamentos sobre os migrantes num determinado país.

7. Coerência global e temas. Este tipo de coerência discursiva está definido pelos “temas” dos parágrafos, ou dos discursos. Esses temas podem se descrever como macroestruturas semânticas, que se derivam das microestruturas locais. Por sua vez isso gera macro estratégias para a construção local dos temas. Um exemplo disso são as posições dos partidos ou as ideologias.

8. Deslocamentos semânticos. Consiste em duas estratégias, uma de autoapresentação positiva e apresentação negativa do outro através de cláusulas. Esses deslocamentos também chamados de paralipse se podem encontrar em frases do tipo: “Não tenho nada contra os negros, mas...” “É claro que os refugiados têm problemas, mas...” Geralmente a segunda cláusula é de conteúdo muito negativo.

Van Dijk (1996) propõe o esquema anterior para o estudo das opiniões nos jornais. Esse quadro teórico tem suas bases na ciência cognitiva, é por isso que as opiniões são vistas como modelos mentais, como padrões que podem estar expressos no texto e na conversação. Para este autor, a utilização desses modelos de pensamento ou discursivos na imprensa é frequente. Isso se observou numa análise discursiva realizada em 1996 a uma nota editorial do *The Washington Post*, assinada por Jim Holand, titulada “Gadafi: atitude sinistra”, na qual deixava ver diversas estratégias de autoapresentação positiva do jornal contra a constante apresentação negativa de Gadafi e suas ações. No decorrer do texto a Gadafi se lhe colocou fora dos limites da democracia e a humanidade, se lhe comparou com Sadam Hussein, se lhe descreveu como megalómano, etecetera (VAN DIJK, 1996). Essas observações apareceram a partir da análise das estratégias discursivas empregadas nas expressões valorativas, muitas delas feitas com as eleições léxicas dos discursos. Como consequência Van Dijk (1996) criou um resumo de observações analíticas que integram basicamente os seguintes aspectos:

1. Polarização. As opiniões estão organizadas de acordo uma pauta ideológica de dois polos: Nós/Eles. Um exemplo é a dualidade Ocidente/Oriente, onde a imprensa ocidental se autoapresenta com valores como a democracia, a racionalidade e a não-violência, enquanto que se fala da inferioridade árabe, associada a conceitos como terrorismo, sequestros, assassinatos de inocentes, etc. 2. Coerência de opinião. É a sequência de ideias conectadas entre si sobre um tema, com uma coerência ideológica. 3. Atribuição. É a ação de atribuir ações negativas a nossos inimigos “como agentes responsáveis, conhecedores de maneira consciente, intencional e cínica de suas ações e das consequências destas, ainda quando tais ações possam ser ao mesmo tempo tituladas de irracionais e inclusive de loucas” (VAN DIJK, 2005, p. 44). Essas três caracterizações são bastante esquemáticas, principalmente a de Polarização, pois marca a ideia global sobre o modelo dicotômico de apresentação e interpretação dos grupos ideológicos.

Outras caracterizações vinculadas às anteriores são: 4. Descrição. É a forma em que se descrevem aos grupos ou instituições vinculadas a Nós e a Eles. 5. Interesse. As opiniões podem ser positivas ou negativas dependendo da linha ideológica do jornal. Essas construções serão as que definam melhor os interesses do grupo endógeno. 6. O implícito. Esse ponto tem a ver com as implicações que já se abordaram anteriormente. As opiniões podem ser explícitas ou implícitas, diretas e indiretas e é o destinatário quem preenche essa lacuna a partir de um processo interpretativo 7. Meta-opiniões. São as opiniões sobre outras opiniões. Quando essas falam sobre Nós as meta-opiniões são positivas; mas quando se fala Deles são negativas. 8. Expressão. Incluem as formas expressivas para se posicionar ideologicamente. Podem ser a través de procedimentos estilísticos e retóricos. 9. Omissões. É toda a informação negativa que se omite sobre o grupo endógeno. 10. Argumentos. São os suportes discursivos (valorações) usados nas asserções sobre temas ou grupos. Se apresentam como atos de fala de advertência, de aviso ou de recomendação. 11. O recurso à História. É a forma em que as opiniões invocam ou ocultam seletivamente a história (VAN DIJK, 1996). Trata-se de uma interpretação ideológica dos fatos históricos.

A possibilidade que dá o modelo de Van Dijk (1996) para a análise do discurso dos editoriais é esclarecedora, pois permite entender e caracterizar, a

partir de modelos, o comportamento ideológico dos discursos editoriais. Mais adiante (ver capítulo 3 e Anexo 2) poremos em prática esse esquema, a partir da análise de 8 textos e veremos em que medida se cumpre. Por outra parte, no estudo das estratégias discursivas dos editoriais podemos também revisar o modelo de Alves Filho (2006) a diferença do modelo de Van Dijk (1996) expõe características mais estruturais e outro tipo de estratégias discursivas dos editoriais. O esquema se compõe de 7 aspectos principalmente: 1. Impessoalização. Consiste na forma da redação dos editoriais. Estes se escrevem em terceira pessoa, o que busca dar um caráter de objetividade e impessoalidade na abordagem das temáticas. Para Alves Filho (2006) esta estratégia contribui para dar a entender a nula existência de uma subjetividade e de uma parcialidade no tratamento do tema. 2. Institucionalização – Os editoriais, falam em nome da instituição jornalística, o que exime o redator do texto das responsabilidades em relação ao conteúdo. Esse aspecto tem relação com o impessoal, pois se fala em terceira pessoa é a responsabilidade jurídica das opiniões é do jornal e não de uma pessoa só. 3. Ausência de assinatura e de elementos de biografização. Este aspecto ao igual que os anteriores têm como finalidade ressaltar o caráter institucional dos editoriais, pois esses não vêm assinados nem possuem pé biográfico. De acordo com Alves Filho (2006) a interação implícita entre os leitores e o jornal é em um nível institucional. 4. Uso da variedade padrão de linguagem. Este aspecto estilístico é muito interessante porque aparece como uma generalidade dos textos editoriais. Aqui são utilizados recursos gramaticais e lexicais da variedade padrão ou culta da língua, o que dá certo prestígio ao locutor do discurso e “dá entender um *tom de verdade*” (ALVES FILHO, 2006, p. 87). Até aqui podemos ver a relevância do caráter institucional nos editoriais, pois esses atuam como um emissor coletivo, com certa legitimidade social.

O modelo não termina ali, continua com outras categorias: 5. Interação entre uma instituição e indivíduos-leitores. Como já falado no parágrafo anterior, o autor propõe a existência de uma “interação” entre a empresa jornalística e os leitores. Como não há traços linguístico-textuais na materialidade do texto que evidenciem essa interação, é apenas pressuposta pela empresa jornalística que dirige seus textos a um virtual público. Alves Filho (2006) afirma que essa característica de não diálogo direto faz com que

os editoriais confirmam a seus temas um acentuado tom de “verdade”. 6. Busca e cobrança por uma coerência enunciativa. Os jornais buscam ter uma coerência ideológica em suas posições e isso é cobrado pelo conjunto dos leitores. Alves Filho (2006) afirma que é possível encontrar editoriais publicados em distintas épocas, mas que expressam uma posição enunciativa global. Este aspecto lembra a coerência global da qual fala Van Dijk (1996) mencionada com anterioridade. 7. Ineditismo textual. Esta característica se refere a que os editoriais não são reeditados por outros jornais ou agências de notícias. Cada editorial é publicado uma vez e por um único jornal.

O modelo de Alves Filho (2006) é bastante explicativo em termos estruturais, pois explica o caráter coletivo e institucional dos editoriais e consegue caracterizar elementos neles implícitos (como o uso da variedade padrão da língua ou a interação com os leitores). Esses aspectos podem nos ajudar na análise do discurso, mas fogem um pouco de uma análise discursiva como tal. Por isso, a nossa análise (capítulo 3) se realizará de acordo com o esquema de Van Dijk (1996), pois para os objetivos de nossa pesquisa é mais relevante conhecer os componentes dos elementos principalmente discursivos. O modelo de Alves Filho (2006) contribui para situarmos num contexto geral.

1.3 O GÊNERO OPINATIVO DOS JORNAIS

Como já foi dito, o gênero de opinião nos jornais é ideológico porque forma parte de uma instituição midiática com uma linha editorial específica. Mas existem outras particularidades globais deste gênero jornalístico que resulta importante colocar em nosso trabalho. Para Moreno (2003) os textos opinativos são atos de representação mental que intentam explicar a “realidade” desde uma perspectiva forma lógico-racional. Nesses textos, existe algum tipo de persuasão já que o emissor da mensagem é considerado um líder de opinião e, portanto, tem um prestígio. A influência do jornal dá autoridade e “garante”, trata-se da sabedoria do especialista (MORENO,

2003)¹. Os textos opinativos geralmente são realizados por um especialista, um jornalista, um professor ou alguém com legitimidade ou status para emitir uma opinião de forma mais aprofundada do que faria um cidadão médio.

Para a autora, o texto editorial traduz a linguagem dos fatos, faz inteligível o ininteligível, o especializado, a fim de fazê-lo compreensível para o público leitor. Assim, se considera que o editorial é um tradutor da “realidade”, que preenche de significado aos fatos. A partir dessa perspectiva, escrever editoriais implica: A) aprofundado conhecimento do fato, B) capacidade de interpretação e análise, e C) expressão clara e coerente dos juízos (MORENO, 2003, 231, tradução nossa)². Esses aspectos deixam ver que os textos editoriais devem reunir uma série de requisitos para garantir sua especialização nos temas, pois em parte, disso depende sua credibilidade.

Por outro lado, está o papel da empresa, presente no texto editorial, pois este seria o gênero jornalístico que expressaria a opinião oficial da empresa sobre os fatos de maior repercussão atual. Ou seja, o editorial ocuparia um lugar de porta-voz da instituição jornalística. Moreno (2003) também afirma que comumente se diz que o editorial contém a opinião do dono do meio de comunicação, o que poderia ser verdade nas organizações de médio ou pequeno porte. Porém, nas grandes empresas, o consenso das opiniões depende de outros núcleos além dos acionistas majoritários, por exemplo, dos anunciantes, ou das instituições que são parte do aparelho burocrático do Estado, as quais exercem muita influência através de controles no âmbito fiscal, previdenciário ou financeiro (MORENO, 2003). Vemos aqui que o editorial aparece numa configuração de articulações políticas e não apenas como um espaço especializado de opiniões ou construção de discursos, como anteriormente se havia discutido.

Por outro lado, Marques De Melo (2003) descreve o editorial como um meio do qual a empresa de comunicação expressa a sua opinião sobre os temas mais candentes do momento. Ele o chama “um espaço de contradições” (MARQUES DE MELO, 2003, p.104). Nos editoriais se expõe a opinião da

¹ *Por otra parte, los textos de opinión se pueden traducir como actos de representación mental que intentan explicar la realidad de una manera lógico racional. La persuasión en los textos argumentativos está fundamentada, como en la antigua prensa de opinión, en el prestigio de quien escribe. Se trata de la prueba del argumento de autoridad, garantizada por la sabiduría del experto y rubricada por la influencia del periódico.*

² Ídem.

empresa, se busca articular um consenso que abrange os diferentes interesses que dão sustentação a um veículo de comunicação. “Além dos acionistas majoritários”, observa o autor, “há financiadores que subsidiam a operação das empresas, existem anunciantes que carregam recursos regulares para os cofres da organização através da compra de espaço” (MARQUES DE MELO, 2003, p.104). Essa ideia é completada quando diz que no caso brasileiro, há ainda a presença avassaladora do Estado, que está presente em todos os níveis da vida social. Os editoriais, neste sentido, embora se dirijam formalmente à coletividade ou à opinião pública, encerram “uma relação de diálogo com o Estado”. Essa suposição formulou-se em plena vigência do regime democrático instaurado em 1985, quando o peso da opinião pública era muito menor do que atualmente e a influência estatal mais poderosa (FUSER, 2008). Esta ideia de diálogo com o Estado cobra relevância quando colocamos no cenário da análise entre mídia-poder, o papel das assessorias de imprensa, pois essas representariam a forma mais clara da conversação entre Estado e meios de comunicação. Também, é preciso lembrar que a relação entre mídia e Estado da qual fala Marques de Melo (2003) está situada durante a ditadura militar brasileira, nos anos 80. Portanto, é importante compreender que esse cenário tem sofrido diversas mudanças, principalmente desde 2003 quando a esquerda chegou à presidência no Brasil.

Marques De Melo (2003) em sua abordagem sobre editoriais, também coloca a importância que tem o receptor deles, ao mencionar: “se o editorial expressa a opinião das forças que mantêm a instituição jornalística, torna-se necessário indagar para quem se dirige em sua argumentação” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103). Essa visão nos é satisfatória, pois existem várias evidências para afirmá-lo: uma delas é que os editoriais abordam entre suas temáticas, temáticas de Estado, outra é que os diários estão dirigidos à opinião pública, o que implica em diversos públicos.

Na realidade, isso acontece em relação às empresas que atuam nas sociedades que possuem uma opinião pública autônoma. Em outras palavras: que dispõem de uma sociedade civil forte e organizada, contrapondo-se ao poder do Estado. Este não é o caso da sociedade brasileira, cuja organização política tem no Estado uma entidade todo-poderosa, presente em todos os níveis da vida social. Por isso é que os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma

relação de diálogo com o Estado (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103).

Essa ideia de diálogo com o Estado pode ter diversas apresentações, como já mencionado se dá no âmbito dos conteúdos editoriais; na relação institucional entre o editorial e os leitores simpatizantes ao jornal; na comunicação entre assessorias de imprensa e jornais; e, certamente entre a opinião pública, aquela que é impulsionada por diversos setores da sociedade. Porém, a interação da qual fala o autor, trata-se de uma hipótese que “precisa ser demonstrada sistematicamente, mas que corresponde à apreensão desse gênero jornalístico a partir da observação que temos feito durante anos a fio” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103). Neste sentido, existem diversas evidências para realizar tal asserção, porém é preciso ele mesmo reconhecer que se trata de uma hipótese, pelo que, para afirmar essa relação Estado/editorial se requereria um estudo empírico que revelasse dados mais objetivos. Com tudo, a perspectiva de Marques de Melo (2003) contém observações interessantes, como por exemplo, a proposição de que a leitura de editoriais dos diários, por exemplo, inspira a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do Estado como orientar os assuntos públicos. Isso através de um trabalho de ‘coação’ ao Estado que tivesse a finalidade de defender os interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam.

Marques De Melo (2003) afirma que existem evidências que corroboram sua tese, uma delas, indicada por Jonathan Lane (JONATHAN LANE *apud* MARQUES DE MELO, 2003) que analisou a participação das instituições jornalísticas brasileiras na queda do Governo Goulart e conclui que sua intenção nos dias que precederam o golpe militar de 31 de março era criar pânico entre as forças armadas, conduzindo-as à insurreição contra o regime constitucionalmente instalado. Menciona também outra pesquisa, de Alfred Stepan (ALFRED STEPAN *apud* MARQUES DE MELO, 2003) que, de acordo com ele, estudou o comportamento dos editoriais dos grandes diários do Rio de Janeiro e de São Paulo em relação aos golpes de Estado que foram tentados ou efetivados durante o período de 1945-1964 com a seguinte conclusão: “os golpes apoiados abertamente pelos editoriais dos grandes jornais obtiveram êxito; os golpes que não contaram com o entusiasmo dos editorialistas

fracassaram” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103). Esta relação que apresenta Marques é interessante mas não necessariamente apresenta, desde a nossa perspectiva, uma evidência clara sobre a tese do diálogo entre editorial-Estado. Porém, resulta importante evidenciar certa ligação existente entre os fatos históricos, o Estado e jornalismo.

Outro trabalho que retoma o autor é de Eron Brum (ERON BRUM *apud* MARQUES DE MELO, 2003) de quem destaca a opinião sobre o fato de que os editoriais estão dirigidos ao Estado e não à opinião pública e, através de uma pesquisa mostra como o jornal A tribuna, de Santos, em abril de 1964, privilegiaram três grandes temas: política, economia e administração, concentrando seus conteúdos contra o ex-presidente Goulart e seus ministros. Assim, os editoriais estariam dispondo da força no aparelho estatal, as instituições jornalísticas atribuiriam à produção dos editoriais uma atenção toda especial que supõem uma integração entre as políticas da empresa e os interesses corporativos que defendem (MARQUES DE MELO, 2003, p. 103). Os editoriais funcionariam, desde esta perspectiva, como uma resposta aos regimes, uma interpretação do que esses fazem em seu dia a dia.

No anterior, talvez o diálogo mais próximo que encontramos entre os editoriais e o Estado existe no sentido de que os primeiros falam dos segundos, e essa fala não é comum, se faz a partir de expressões valorativas e estratégias discursivas que buscam dar legitimidade à própria fala. Os editoriais estariam sendo uma espécie de juiz que aprova, desqualifica ou faz recomendações sobre as ações dos governantes ou líderes das instituições estatais. O diálogo do qual fala Marques de Melo não seria um diálogo explícito, mas sim implícito. Porém, em nossa visão, mas do que um diálogo ou interação direta é um tipo de relação que se dá a partir das informações publicadas, sempre que essas abordem temas concernentes ao Estado. Se tiver alguma influência nos aparelhos estatais ou na opinião pública tocará as pesquisas de recepção resolvê-lo.

1.4 JORNALISMO, OPINIÃO E POLÍTICA

A pesar de ter falado que a interação entre editoriais e Estado não é explícita, não podemos rejeitar a ideia de que grande parte dos conteúdos dos jornais é sobre política. Também dos editoriais. A relação entre jornalismo e política corresponde ao primeiro modelo de comunicação de massa, com existência basicamente na forma de imprensa. No século XVIII já se identificava uma imprensa de opinião que era um dos instrumentos fundamentais da chamada esfera pública. A imprensa de opinião funcionava como um instrumento de discussão pública, situava-se fora da esfera da política do Estado absoluto; nasce burguesa, no interior da esfera civil para a defesa dos seus interesses e se mostra crítica ao Estado Aristocrático. Porém, não consegue ser um campo autônomo da política tanto que surge da necessidade de uma esfera de discussão sobre política fora da esfera política restrita (GOMES, 2004). Ou seja, a imprensa opinativa funcionava como um espaço civil de discussões e demandas sociais.

Mais tarde, na conquista burguesa do Estado a relação entre imprensa e política mudou, pelo fato de que a classe que assumia o controle do Estado era o mesmo que comandava a imprensa. Dessa forma, se divide a burguesia e a imprensa na relação que estabelecem com a esfera política restrita. É, a partir desse momento, que a imprensa de opinião se converteu em imprensa de partido, com o que acrescenta seu papel como órgão da esfera civil, e a imprensa como tal se dividiu em periódicos governistas e periódicos de oposição. A partir desse modelo, surgiu o discurso e as garantias constitucionais da liberdade de expressão e de imprensa (GOMES, 2004). Essa descrição histórica sobre o surgimento e as primeiras transformações da imprensa opinativa, especialmente a ideia das liberdades resulta muito importante para os estudos do gênero de opinião, pois marca uma essência bastante social, mas sobretudo, bastante subjetiva e ideológica nas abordagens desse gênero.

A existência de uma imprensa “livre” que representara a diversidade partidária e a contraposição entre oposição e governo parece ser um elemento chave na compreensão desse fenômeno, pois mostra claramente uma mudança no jornalismo da época, marcada pela mudança social e política que

implicava o passo do Estado absoluto a um regime burguês, impulsionado pelo liberalismo da época. Sem dúvidas esse foi um momento de grandes agitações políticas que teve consequências no pensamento desse período e na forma de conceber o jornalismo, especificamente na abertura à pluralidade das ideias.

Num segundo modelo de imprensa (GOMES, 2004), essa acompanhada por instituições sociais dotadas de meios tecnológicos e de produção, surge um ponto de vista de sua *utilizabilidade* pelo Estado, governos e partidos políticos. Aparece o termo *mass media* que dá um caráter de dispositivo de emissão de conteúdos e mensagens para audiências massivas à imprensa. E desde o ponto de vista da cidadania, a esfera civil passou das reuniões para discutir assuntos políticos que lhes concernem, em públicos, cafés e salões à informação transmitida pelos meios de comunicação que alcançavam um grande número de pessoas e até em pontos remotos (GOMES, 2004). Sem dúvida esse foi um passo importante na transformação do que mais tarde se converteria na mídia como hoje a conhecemos. Aqui a particularidade é a mudança dos veículos de comunicação e que teve como consequência a reconfiguração dos espaços de discussão social.

O terceiro modelo de comunicação apareceu e se consolidou no século XX. A imprensa de partido se fundiu às novas formas da indústria informativa. Essa indústria se caracteriza por fazer parte do mundo dos negócios, pois percebe-se que a informação é um grande negócio. Essa etapa se caracterizaria por colocar ao alcance do consumidor a informação que deseja (GOMES, 2004). Dessa forma, a informação adquire uma expansão importante que novamente gera mudanças nas configurações dos receptores, pois esses passam a não ser somente um público de notícias e se convertem em consumidores.

O papel do Estado como administrador dos meios de comunicação parece perder-se; porém não totalmente. Habermas (1962) fala sobre como, apesar das mudanças econômicas e tecnológicas que modificaram os meios, muitos deles foram adquiridos por empresários ligados ao Estado. Para ele, a imprensa manteve uma relação muito próxima com o Estado já no século XX, e esse último se beneficiava ao utilizar dos veículos comunicacionais para atingir as grandes massas e influir politicamente, a partir da informação.

A necessidade de capital pareceu tão grande e o poder jornalístico-publicitário também tão ameaçador que, em alguns países, como se sabe, a organização dessas "mídias" foi desde o começo colocada sob a direção ou controle do Estado. Nada caracteriza de modo mais evidente o desenvolvimento da imprensa e das novas "mídias" do que essas medidas: de instituições privadas de um público de pessoas privadas passam a instituições públicas (...). Os governos colocaram primeiro indiretamente as agências numa situação de dependência e emprestaram-lhes um status oficioso ao não lhes retirarem propriamente o seu caráter comercial, mas ao aproveitá-lo. Entrementes, Reuters Ltda tornou-se propriedade da União da Imprensa Britânica; a aprovação do Supremo Tribunal, exigida para modificar os estatutos, confere-lhe, no entanto, um certo caráter público. A agência France Press, decorrente, após a II Guerra, da agência Havas, é uma empresa estatal, cujo diretor-geral é nomeado pelo governo (HABERMAS, 1962, p. 220).

Assim, podemos ver que a chegada das novas formas de reconfiguração da imprensa, especialmente, a que a converteu numa imprensa empresarial, não conseguiu separá-la completamente do Estado, pois isso é possível vê-lo no surgimento de algumas das principais agências de notícias do mundo, como Reuters e France Press (HABERMAS, 1962). As relações entre imprensa e Estado nem sempre são explícitas, porém continuaram presentes no esquema comercial dos meios de comunicação que acompanhou o século XX e atualmente o século XXI. Há atualmente meios de comunicação empregados pelo Estado ou por um de seus poderes, são empresas que explicitamente funcionam como representantes desses poderes; essas deixam de funcionar conforme a indústria de comunicação geram um capital específico que interessa ao grupo de que ela é órgão (GOMES, 2004). Exemplos disso são os meios públicos ou os jornais dos partidos políticos.

Um aspecto no terceiro modelo de imprensa (GOMES, 2004) sobressaliente é a transformação dos meios em ambientes para a política contemporânea e chega a inverter-se o papel para quem "pretendia ver a política como um dos meios de que se servem os agentes institucionais da comunicação de massa para a obtenção do poder". Aqui é possível falar de um quarto poder e da excessiva importância que cobra a comunicação de massa, no qual resulta complicado, a partir das novas interfaces, decidir sobre o quem seria o operador político (GOMES, 2004, p. 905). Essa relação meios-política, embora com suas mudanças, aparece constantemente nos estudiosos da mídia.

Dader (2007) coloca a interação das empresas de comunicação e os poderes, desde a perspectiva das dificuldades que isso gera no labor jornalístico. Para ele, a história do jornalismo é basicamente uma história de escravidão que começou na Antiga Roma com os servos que sabiam ler e escrever e que eram enviados à capital do Império como correspondentes, para que mandaram por carta as novidades da política. Já no século XX (DADER, 2007 *apud* CHARAUDEAU, 2003), no princípio, o jornalismo era a voz de um partido e com o avance da democracia passava a ser o espelho das palavras que circulavam pelo espaço público. É, nesse momento, quando o conceito de democracia adquire importância para o jornalismo, pois o seu princípio de pluralismo exige um labor que esteja ao serviço de todos ao mesmo tempo, sem favorecer os interesses de alguns por cima do resto (DADER, 2007). Porém parece que essa perspectiva é difícil de garantir no meio de um cenário de relações políticas e econômicas em torno aos meios.

Assim, Dader (2007) aponta a importância de consolidar meios de comunicação responsáveis com a democracia, no sentido de produzir conteúdo que contribua a este debate. Ele afirma que é necessário “selecionar dados e fatos em função da sua relevância, certificar mediante provas razoáveis a exatidão das notícias, e não enganar as suas audiências com outros dados ou opiniões sem os que a informação se corrompa em banalidade ou exercício de propaganda” (DADER, 2007, p.50). De tal forma é imprescindível que a divisão entre o papel informativo e opinativo da mídia seja claro, nos gêneros não opinativos, pois a objetividade jornalística se coloca em questão e a credibilidade do jornalista corre o risco de se perder, especialmente quando o conteúdo político é mais voltado a boatos ou a críticas sectárias mais do que a um tipo de jornalismo de investigação, neutro, que ajude a construir uma consciência cívica. Temos aqui um jornalismo “objetivo” que se funde com o jornalismo opinativo, aquele que é mais ideológico e que permite ver de forma mais explícita a relação mídia-poder.

O problema do tratamento dos temas nos jornais, vinculado às suas relações políticas também foi estudado por Poletti e Kees (2010) que chamam de *jornalismo cínico* àquele que utiliza técnicas para modelar os discursos da imprensa a favor ou contra de alvos políticos. Neste sentido, as autoras citam e explicam que “o jornalismo cínico como um conceito multidimensional,

consistente de muitas características potenciais” (KIOUSS, 2002 apud POLETTI; KEES, 2010, p. 331, trad. nossa). Assim, afirmam que no jornalismo sobrepõem-se e combinam-se aspectos de atitude anti-política dos jornalistas, um tipo de embalagem de mesmo tom jornalístico e estilo, e de conteúdo específico no foco da reportagem. Portanto, a autora divide este tipo de jornalismo em quatro dimensões: desconfiança (expressando a atitude do jornalista frente à política), negatividade (ponto de vista expressado no tom), ironia e/ou sarcasmo (estilo de apresentação) e escândalo ou orientação de conflito (foco dos conteúdos) (POLETTI; KEES, 2010).

Para Poletti e Kees, o jornalismo cínico seria um dos responsáveis por criar uma antipatia social à política. E este modelo de jornalismo explicaria também as mudanças nos conteúdos midiáticos da última década, cada vez mais orientadas ao negativo, ao escândalo ou ao espetáculo. Hoje temos um modelo de imprensa que considera que ‘as boas notícias não são notícias’ e que inclui uma visibilidade desproporcionada a personagens da farândola. Portanto, surge uma preocupação sobre o futuro do jornalismo político, deveríamos nos adaptar às novas tendências ou teríamos que recuperar o carácter sério do jornalismo, que exigia mais investigação, mais espaços e fontes mais confiáveis? Assim também, caberia a nós perguntarmos se corresponde ao jornalismo contribuir ao debate democrático sendo o principal veículo de divulgação do conteúdo do sistema político numa sociedade.

Como já falado, a pesar de ter mudado os modelos da imprensa desde suas origens, as relações entre ela e o Estado continuam presentes. No caso específico do gênero editorial parece mais explícito. Para Le (2010) os editoriais são objetos fascinantes de estudo porque oferecem olhares fundamentados do mundo, que mostram aos leitores a posição própria do jornal. Os editoriais não existem sem influência na política, pelo qual resulta natural se perguntar “o que é que eles representam e como eles funcionam” (LE, 2010, p. 1). Dessa forma, A autora investiga os papéis políticos desempenhados pelos meios de comunicação através de seus editoriais, especificamente do diário francês *Le Monde* (de 1999 a 2001) o qual enfatiza aspectos como a posição que ocupam nos jornais e o contexto político em seu tempo de publicação.

O estudo caracteriza ao *Le Monde* como um jornal que surgiu em 1944, de tipo humanista que ligava a defesa da liberdade aos valores democráticos com justiça social. Em 1962 no governo do general de Gaulle o *Le Monde* começou a inclinar-se para a oposição de esquerda. Mais tarde na década de 1980 por causa de sua orientação de esquerda, perdeu parte de seu público alvo. Os editoriais e o poder da mídia atingidos por diversas crises o levaram à beira da falência até 1994. No entanto, permaneceu como um jornal de referência. Nesse último ano, o presidente Mitterrand decidiu reduzir o número de assinaturas no Palácio presidencial de 110 para 20; porém o próprio presidente ainda esteve lendo *Le Monde* e “seus assessores saíam do Palácio para comprá-lo” (LA BALME, 2000, p. 269 *apud* LE, 2010, p. 4). De 1999 a 2000, 33% do público de *Le Monde* era inferior a 35 anos e 66% deles teve educação superior, 39% deles viviam em uma casa cuja cabeça era um executivo sênior, e foi o jornal mais lido por professores e alunos (LE, 2010). Ademais, *Le Monde* considera-se assim mesmo um jornal internacional porque para eles os eventos dos que ele fala não podem ser entendidos unicamente num contexto nacional e sim internacional (LE, 2010). Esses contextos parecem ser importantes para entender as formas em que se comunica o jornal.

O período estudado por Le (2010) foi marcado por uma série de sobressalientes eventos internacionais, um deles foi o “mítico” Problema do computador Y2k em 2000, que representou um erro extremamente caro para corrigir no mundo. Assim, o período 1999-2001 não foi apenas uma volta simbólica na história do mundo, mas também um momento de profundas repercussões políticas a nível nacional e internacional, refletido nos ataques contra o *World Trade Center* e o Pentágono nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. Le (2010) pretendeu com seu trabalho estudar o *Le Monde* nesse período desde três perspectivas: a abordagem das identidades, a abordagem comunicativa e, a abordagem discursiva, pois ela considera que a mídia se comunica através do discurso.

O estudo de Le (2010) conclui que: os editoriais representam uma das principais ferramentas de *Le Monde* como ator político nacional, europeu e internacional; eles aparecem em textos argumentativos no nível macro compostos por constatações; são dirigidos a reconhecidos atores institucionais

sobre o âmbito nacional, europeu e internacional, abertamente (por suas diretrizes) e implicitamente (através dos efeitos da mídia e suas habilidades persuasivas); os editoriais manifestam a identidade individual do jornal como um membro comprometido da sociedade francesa; na abordagem dos atores institucionais no âmbito internacional, Europeu e dos estágios políticos franceses, “o *Le Monde* pretende mostrar ao mundo europeu e aos poderosos franceses, sua própria interpretação sobre o que “Francês” significa na prática” (LE, 2010, p. 186, trad. Nossa). A autora afirma que seu estudo, conduzido pela análise dos textos, permitiu circunscrever a forma, a estrutura e o conteúdo dos editoriais, na abordagem comunicativa, sua função; e na abordagem de identidade, se desmascarou como as identidades são exibidas para chegar aos objetivos. Finalmente Le (2010) expõe que ademais se revelam os olhares de *Le Monde* sobre o mundo social e suas interpretações deles, assim como as direções nas quais considera que esse mundo social deve ir.

Essa abordagem dos textos editoriais permite colocá-los em vários planos de reflexão e como parte de vieses interconectados, particularmente o da política institucional e do discurso. Até aqui, trouxemos de maneira breve, diversos olhares que abordam a interface entre mídia, principalmente, entre jornalismo e poder, pois todos esses tratamentos têm em comum a ideia de que existe algum tipo de relação entre eles que, nos estudos sobre o discurso midiático, não se pode esquecer. Como já mencionado por Le (2010), a mídia se comunica através do discurso. Os editoriais não somente comunicam eventos, como os outros gêneros jornalísticos, mas os interpretam, de acordo com sua particular visão do mundo, que interage proximamente com o contexto político em que se conformam. Para ver de forma aprofundada esse olhar institucional dos eventos, parecera preciso indagar sobre eles.

Em nosso objeto de estudo essa interrogação se realiza em dois casos particulares, onde se analisam as relações dos discursos editoriais com as eleições do Chile e do Brasil, com certas particularidades (citações das candidatas Rousseff e Bachelet em *El Mercurio* e o Estado de S. Paulo). Para entender melhor esses eventos, é preciso conhecer alguns aspectos sobre a

história eleitoral dos últimos anos nesses países, assim como a constituição e visões dos diários estudados.

CAP. 2. EL MERCURIO, O ESTADO DE S. PAULO E AS ELEIÇÕES NO BRASIL E NO CHILE

*Sólo con una ardiente paciencia conquistaremos la espléndida
ciudad que dará luz, justicia y dignidad a todos los hombres.
Así la poesía no habrá cantado en vano.*

PABLO NERUDA.

2. 1. OS PROCESSOS ELEITORAIS DO CHILE E DO BRASIL (1980-2014)

Chegar até as eleições de 2013 no Chile e de 2014 no Brasil implicou o passo de vários processos políticos importantes nas últimas duas décadas. Ambos os países saíram de ditaduras militares vivenciando seu retorno à democracia na década de 1980, regime que com o tempo se manteve durante períodos eleitorais que culminaram na última eleição na qual Michelle Bachelet e Dilma Rousseff resultaram ganhadoras. Vale ressaltar o gênero de ambas e que pertencem a partidos de ideologia progressista (Partido Socialista do Chile e o Partido dos Trabalhadores). Assim também, as duas, são mulheres brancas, profissionais, e provêm de famílias de classe média (MICHELLEBACHELET.CL, 2015; PLANALTO.GOV.BR, 2015). A seguir, uma breve resenha biográfica delas.

Michelle Bachelet nasceu em Santiago, Chile, em 29 de setembro de 1951. É uma política chilena que provém de uma família de esquerda, filha do general de brigada aérea Alberto Bachelet e a antropóloga Ángela Jeria. Viveu sua infância em Quintero, Antofagasta, em Santiago e nos Estados Unidos. Em 1970 ingressou na Escola de Medicina da Universidade do Chile e iniciou sua militância na Juventude Socialista. Depois do golpe de Estado de 1973, seu pai foi morto após torturas e interrogatórios em 1974. Junto com sua mãe, foi exilada nesse mesmo período e só voltou ao Chile em 1979. Em 1990 com a volta da democracia, trabalhou no serviço público e depois ocupou vários cargos no governo como ministra da saúde e da defesa em 2000 e 2002. Quatro anos mais tarde, foi eleita como a primeira mulher a ocupar o cargo de presidenta do Chile com a *Concertación de Partidos por la Democracia*. Ao finalizar seu mandato, participou como diretora da ONU Mulheres e foi ao final

de 2013 quando deixou a organização para voltar ao Chile, onde disputou e ganhou a eleição presidencial novamente (MICHELLEBACHELET.CL, 2015).

Dilma Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947 em Belo Horizonte. É filha de Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva. Iniciou sua vida política aos 16 anos integrando organizações contra o regime militar brasileiro que havia começado em 1964. Acusada de “subversão”, esteve presa de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, em São Paulo. Com a volta da democracia, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989. Três anos depois, virou Secretária de Energia do Rio Grande do Sul. Em 2005 foi ministra da Casa Civil com o governo de Lula e em 2010 se candidatou a presidente e esse ano foi eleita a primeira presidenta mulher do Brasil (PLANALTO.GOV.BR, 2015). Em 2014 foi reeleita ao cargo.

Conforme se observou, os dois casos apresentam algumas semelhanças, uma das mais sobressalientes é que ambos os países elegeram nos últimos 10 anos, uma mulher pela primeira vez ao cargo de presidenta e que elas foram re-eleitas.

2.1 O CASO CHILENO

Quando se fala dos processos políticos e eleitorais chilenos contemporâneos, há uma abordagem sobre uma ‘democracia incompleta’ (MOULIAN, 1994) que surgiu após o período ditatorial, uma ideia fundada em três elementos que apesar da mudança no regime permaneceram: primeiro, uma Constituição que consagra uma democracia representativa imperfeita, apoiada em poderes fáticos das Forças Armadas e sobre uma direita que defende esses privilégios ‘protecionistas’; segundo, um fator o institucional que está reforçado por um fator de correlação de forças (o compromisso com o sistema do conjunto das Forças Armadas) e pelo fato de posicionamento da direita; e, o terceiro fato é o posicionamento de uma parte da esquerda como principal força legitimadora do reacomodo.

Esta hipótese é também compartilhada por Garretón (2010) que afirma que o Chile, depois de duas décadas democráticas, está ainda no que se poderia chamar de ‘democracia incompleta’, pois nunca conseguiu se

consolidar depois da ditadura militar nas décadas dos 70 e 80. Essa transição democrática não está finalizada nem com os governos de Lagos (2000) ou de Bachelet (2006), que não obstante a criação de certas reformas políticas implantadas com eles ou pelos outros governos democráticos, o regime está incompleto em três dimensões: eleitoral, constitucional e cidadã. O autor expõe que a institucionalidade da democracia chilena que hoje se conhece, foi em grande parte imposta pela ditadura de Pinochet. Assim, estaria na frente de governos eleitos de forma legítima e com uma vigência de liberdades públicas, em que a situação é democrática, “mas dificilmente o regime institucional como tal passaria o teste democrático” (GARRETÓN, 2010, p. 117).

Uma ideia que contribuir ao anterior é a dos ‘elementos de transição’ e ‘elementos autoritários’ de Garretón (2003 apud SIAVELIS, 2009) que é uma conceituação a partir de duas noções sobre os desafios abordados na transição democrática no Chile, ou seja, aquilo “do regime anterior” que persistiu “no regime democrático”. Alguns desses elementos eram institucionais como as leis e a Constituição; outros sócio culturais como os valores autoritários; baseados nos atores como as Forças Armadas ou atores de veto; e, os ético-simbólicos como os problemas de direitos humanos não resolvidos. Esses elementos, para Garretón (2003) interferem na consolidação do regime democrático. Seu trabalho sustenta que um conjunto similar de elementos que permaneceram durante a transição tem obstaculizado a plena consolidação de uma democracia de qualidade no Chile e isso explica, de alguma forma, as dificuldades que se tem apresentado para os governos da *Concertación*.

Esta discussão gera diversas interrogações sobre a conceituação dos *elementos autoritários* e os *elementos de transição* (GARRETÓN, 2003 apud SIAVELIS, 2009). De forma que existe uma série de requisitos para seu esclarecimento: em primeiro lugar, para que um *elemento autoritário* seja denominado como tal deve haver surgido da dinâmica política de um modelo político prévio. Aqui, o abrupto final do regime militar chileno, por meio de plebiscito de 1988, proporcionava um ponto final tangível para o regime militar chileno e marcava o limite claro de um período político, do qual as elites poderiam herdar um legado, mas não necessariamente. Porém, Garretón (2003 apud SIAVELIS, 2009) afirma que a herança aconteceu, e que esse período delimitado em termos temporais continuou por artefatos políticos que ficaram

do regime militar. Já, nos *elementos da transição*, a periodicidade das mudanças de um modelo político a outro é menos palpável. Considera-se que a transição chilena começou com o plebiscito de 1988 e terminou em 2005 com as reformas à Constituição de Pinochet que eliminaram a maior parte dos elementos não democráticos da Constituição. Depois dessas reformas, o Chile por fim encontrou de alguma forma, o que poderia chamar-se de ‘normas básicas da democracia’ estabelecidas por Linz e Stepan, já que “os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário gerados pela nova democracia” já não tem que “compartilhar o poder com outros órgãos *de jure*” (1996, p. 3). Portanto, os *elementos de transição* nasceram a partir de modelos políticos e as interações consolidadas durante este período, ou seja, entre 1988 e 2005. (SIAVELIS, 2009, p. 5).

Este debate discute um terceiro ponto de definição. Os *elementos* preservam eficazmente as prerrogativas dos atores políticos do período anterior e esses têm um incentivo para mantê-los (já se trate de um interesse próprio ou de um incentivo para conseguir metas mais elevadas). Os *elementos* identificados por Garretón preservam o poder e as prerrogativas das forças aliadas com o regime militar e da direita. Porém, os *elementos de transição* (intencionais ou não) diferenciam o poder e a influência das elites democráticas enraizadas versus aqueles aliados com o regime autoritário. Portanto, se alguns dos elementos de transição discutidos aqui, e em particular a dinâmica da seleção de candidatos, poderiam ser considerados como um *elemento autoritário*, já que emergiu do sistema eleitoral autoritário, mas tem uma diferença importante que distingue aos *elementos autoritários* daqueles de transição. A dinâmica do processo de seleção de candidatos é um elemento que protege o poder e a influência das elites de transição. Neste sentido, embora que o sistema binominal é um *elemento autoritário*, todo o processo e a dinâmica da seleção de candidatos que emergiu como consequência pode se considerar melhor como um *elemento de transição*. (SIAVELIS, 2009, p.6, trad. nossa).³

³ Este debate plantea un tercer punto de definición. Los enclaves preservan eficazmente las prerrogativas de los actores políticos del período anterior y éstos tienen un incentivo para mantenerlos (ya se trate de un interés propio o un incentivo para lograr metas más elevadas). Los enclaves identificados por Garretón preservan el poder y las prerrogativas de las fuerzas aliadas con el régimen militar y la derecha. Sin embargo, los enclaves de la transición (intencionales o no) diferencian el poder y la influencia de las elites democráticas enraizadas versus aquellos aliados con el régimen autoritario. Por lo tanto, si bien algunos de los enclaves de transición discutidos aquí, y en particular la dinámica de la selección de candidatos, podrían bien ser considerados como un enclave autoritario, ya que emergió del sistema electoral autoritario, pero hay una diferencia importante que distingue a los enclaves autoritarios de aquellos de transición. La dinámica del proceso de selección de candidatos es un enclave que protege el poder y la influencia de las elites de transición. En este sentido, aunque el sistema binominal es un enclave autoritario, todo el proceso y la dinámica de la selección de candidatos que emergió como consecuencia puede considerarse mejor como un enclave de transición (SIAVELIS, 2009, p. 6).

Provavelmente existe uma qualidade mais importante que serviria para esclarecer esses dois conceitos. Os *elementos de transição*, na maioria dos casos, não se impuseram pelo regime militar. Neste sentido, se pode pensar que tem uma maior legitimidade democrática, além de ser qualitativamente diferentes dos *elementos autoritários*. Porém, não é possível negar que há certas similitudes entre os dois tipos de elementos: os de transição, ao igual que os autoritários “são multidimensionais (eles constam de instituições, formas de pensar e maneiras de atuar, etc.)” (SIAVELIS, 2009, p.7). Também, ambos os tipos de elementos têm uma polaridade tanto positiva quanto negativa e, certo modo, fazem uma contribuição positiva à consolidação da democracia. Um exemplo que coloca Siavelis (2009) daquilo é que a influência dos militares durante a transição democrática contribuiu à democratização garantindo os interesses fundamentais dos possíveis atores de veto. Do mesmo modo, considera importante reconhecer que muitos dos *elementos de transição* jogaram um papel muito positivo no sucesso dos compromissos que se haviam planteado para a transição democrática. Um dos detalhes desta negociação incluiu uma minuciosa divisão dos cargos ministeriais entre seus partidos, os subsecretários foram, geralmente, de um partido diferente (e usualmente de um setor ideológico distinto) que o do ministro. Ao longo dos ministérios, e em particular nos ministérios “políticos”, cada administração pós-autoritária procurava proporcionar uma representação completa dos partidos políticos que integraram a *Concertación*. Esses acordos caracterizavam a maior parte da administração pública e inclusive se estendiam à distribuição dos espaços dos candidatos legislativos. Os diferentes grupos partidaristas, dentro da coalizão, também chamavam ao presidente para situar a uma série de funcionários de cada uma das facções em posições de poder em toda a rama executiva e em outras áreas nas que o presidente realizava nomeações (SIAVELIS, 2009, p. 7). Como é possível ver, muitos dos elementos que construíram os acordos nos governos democráticos, tiveram suas bases nas transições políticas pós-ditadura.

Outro elemento herdado da ditadura militar é o sistema binominal que desde diversos olhares críticos dá um caráter de “orientada” e “protegida” à democracia, ao privilegiar os grandes grupos partidários dos menores (TOSO, 2014). Esse sistema garantiu durante décadas “a continuidade do modelo

econômico neoliberal imposto pela ditadura e vazia à democracia representativa do conteúdo real, ao garantir o direito a veto ao bloco parlamentar minoritário mediante o sistema binominal”⁴ (TOSO, 2014, p. 87, trad. nossa).

O debate da esquerda sobre a pertinência da utilização das eleições como meio para conquistar espaços democráticos e avançar na conquista de direitos para os setores populares se tem apresentado como uma discussão acerca da validade e os limites deste meio de luta num sistema que não reúne os requisitos mínimos para garantir uma justa representação às forças contestatárias do modelo situadas fora dos blocos hegemônicos da direita clássica (Aliança por Chile) e da *Concertación de Partidos por la Democracia* que governou o país durante os vinte anos transcorridos entre março de 1990 e março de 2010. (TOSO, 2014, p. 88, trad. nossa)

Assim, a *Democracia Cristiana* e a *Concertación de Partidos por la Democracia*, fizeram usos “corretivos sociais” do modelo econômico herdado da ditadura, o centro de sua política. O Partido Comunista, um partido de esquerda, opositor aos governos da *Concertación*, optou durante muitos anos por postular candidatos próprios ou em aliança com pequenas forças afins nas eleições municipais, parlamentares e presidenciais. Mas a partir de 2006 apoiou no segundo turno das eleições presidenciais aos candidatos do bloco da *Concertación* para tratar de impedir o triunfo da direita tradicional. Porém, como o sistema eleitoral binominal produz nas eleições parlamentares a marginalização das forças políticas menores que não formam parte de uma coalizão, “desde 2008 esse partido começou a estabelecer pactos de desentendimento mútuo com a *Concertación* nas eleições municipais e parlamentares” (TOSO, 2014, p. 88, trad. nossa).⁵

Mais tarde o sistema binominal seria finalizado, porém, este foi um aspecto que definiu muitas das formas de exercer a política chilena por muito

⁴ “La continuidad del modelo económico neoliberal impuesto por la dictadura y vacía a la democracia representativa de contenido real, al garantizar el derecho a veto al bloque parlamentario minoritario mediante el binominalismo” (TOSO, 2014, p. 87).

⁵ En este contexto, el debate en la izquierda sobre la pertinencia de la utilización de las elecciones como medio para conquistar espacios democráticos y avanzar en la conquista de derechos para los sectores populares se ha presentado como una discusión acerca de la validez y los límites de este medio de lucha en un sistema que no reúne los requisitos mínimos para garantizar una justa representación a las fuerzas contestatarias del modelo, situadas fuera de los bloques hegemónicos de la derecha clásica (Alianza por Chile) y de la *Concertación de Partidos por la Democracia*, que gobernó el país durante los veinte años transcurridos entre marzo de 1990 y marzo de 2010. (TOSO, 2014, p. 88).

tempo. Já na volta à democracia, aconteceram diversas mudanças estratégicas: três comunistas foram eleitos como prefeitos nas votações municipais em março de 2010, pela primeira vez desde o golpe de Estado, três dirigentes do Partido Comunista (PC) ocuparam assentos no Congresso. Ademais, os entendimentos entre o PC e a *Concertación* se fez mais próximo durante a campanha para as eleições parlamentares e presidenciais de 2013 o que deu lugar à conformação do bloco *Nueva Mayoría*. Dessa forma, a direção do PC chegou, finalmente, durante a campanha eleitoral de 2013, a um acordo programático, que gerou fortes críticas na esquerda devido a que o PC sempre se viu distante da *Concertación* ao considerá-la tênue na sua ideologia progressista. Essas críticas chegaram inclusive em setores de sua própria militância e área de influência que não conseguem assimilar o câmbio de política desse partido: de severo crítico ao que consideravam uma gestão neoliberal da *Concertación* durante seus anos de governo, a seu aliado na coalizão ampliada (*Nueva Mayoría*), com o argumento da necessidade de combater à direita e superar o neoliberalismo (TOSO, 2014, p. 89). Estas mudanças adquirem importância após que de 2010 a 2014 a direita governou o país, com o presidente Sebastián Piñera na frente.

A configuração dos resultados eleitorais nos últimos anos, especialmente no que se refere às eleições presidenciais, deixava ver outras mudanças. Em 2010, Sebastián Piñera do partido conservador Renovação Nacional (RN) ganhou a eleição presidencial (51,6%) durante o segundo turno, sobre Eduardo Frei da Concertação de Partidos pela Democracia (48,4%) (ELECTION RESOURCES, 2015). Já em 2013, Michelle Bachelet (*Nueva Mayoría*) conquistou a presidência, novamente também durante o segundo turno (ELECTION RESOURCES, 2015) com 62.2% dos votos válidos contra 37.8% da conservadora Evelyn Matthei (*Unión Democrática Independiente*).

2.2 O CASO BRASILEIRO

Após duas décadas de período ditatorial, em 25 de abril de 1984 foi votada uma emenda que promovia as eleições diretas no Brasil. Porém, não compareceram 112 deputados ao plenário da Câmara dos Deputados no dia da votação devido a sua rejeição com a proposta de redemocratização. Portanto, a emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação. Enquanto isso, os movimentos populares deram força a esta transição para a democracia, Tancredo Neves foi eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985. Mais tarde, Tancredo adoece e não chega a tomar posse, pois morre em 21 de abril e seu vice, José Sarney, assume a presidência. Kinzo e Carreirão (2004) afirmam que a última eleição indireta marcou o fim do regime militar brasileiro, porém a transição para a democracia unicamente se completou em 1988, no governo de José Sarney, com a promulgação da nova Constituição brasileira.

De acordo com Kinzo e Carreirão (2004), desde o reestabelecimento dos governos civis em 1985, o Brasil enfrentou uma sucessão de problemas econômicos e políticos, como as elevadas taxas de desemprego ou a hiperinflação, os escândalos de corrupção, e principalmente, o *impeachment* do presidente Fernando Collor em 1992. Neste contexto, surgiram alguns questionamentos no exterior sobre a transição democrática no Brasil, (Keck, 2010), pois a criação de condições para realizar eleições diretas não garantia, desde essa perspectiva, a consolidação de uma efetiva democracia, já que seria necessário construir instituições sólidas que tornassem possível uma transição autêntica.

Para a maioria das elites políticas da oposição, o que estava em jogo na transição brasileira era a construção de um regime democrático, e não a de condições institucionais para uma política democrática. Uma vez realizada a transição do regime, haveria tempo para se falar sobre as diferenças. Antes disso, seria não só prematuro como de fato prejudicial à democratização. Esta separação entre o processo de transição de regime e um de construção de uma política democrática constitui um elemento peculiar do caso brasileiro, mesmo na Espanha (na ditadura franquista), o exemplo comparativo mais frequentemente citado de uma transição gradual para a democracia, as elites políticas esperavam que os dois processos ocorressem simultaneamente (KECK, 2010, p.58).

Essa aparente separação se dissolveria aos poucos. Para Kinzo e Carreirão (2004) a consolidação das regras democráticas se deu precisamente a partir da existência dessas crises, somado a que a existência de organizações políticas, sindicatos e movimentos sociais gerou uma maior tolerância com os partidos de oposição. Um exemplo, foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT), constituído como um partido de massa com a identidade dos trabalhadores assalariados, que com o tempo se converteu num competidor real na disputa eleitoral. De acordo com Kinzo e Carreirão (2004) a democracia brasileira foi muito inovadora na forma em que se restabeleceu o jogo partidário competitivo. Para 2000 o PT foi vencedor da prefeitura em seis capitais e ampliou sua presença em todo o país. Já em 2002 conquistou a presidência da República com a eleição de Luis Inácio Lula da Silva e aumentou consideravelmente sua representação no Congresso.

A partir desse momento, as condições fundamentais para o funcionamento de um sistema democrático se instauraram, mas faltaria garantir a representatividade e a responsabilidade política (KINZO; CARREIRÃO, 2004). A questão da representatividade se vem fornecendo nas eleições para a Câmara dos Deputados e das assembleias legislativas onde existe representação das minorias. “Ademais, o amplo leque de partidos que detêm a representação nas câmaras legislativas também faz supor que o sistema político tem alcançado um elevado grau de representatividade” (KINZO; CARREIRÃO, 2004, p. 28).

Ademais, para Kinzo e Carreirão (2004), com o tempo, os partidos se tornaram organizações políticas cuja uma de suas atividades principais foi a necessidade de mobilizar os eleitores para votar. E a capacidade de o sistema partidário realizar esse papel se percebe no comparecimento eleitoral. Outro aspecto sobressalente do sistema partidário é sua fragmentação que se observa desde 1986, com uma disputa de três partidos (PMDB, PFL e PSDB) que deixava ver a sobrevivência de um jogo eleitoral bipartidário, que já tinha forte presença na ditadura militar. Com o tempo se esperava um reacomodo das forças políticas que tornasse o sistema partidário mais enxuto, porém, a queda da fragmentação partidária durante 1990 e 1998 não se manteve e se

reverteu em 2002. Portanto, considera-se que o sistema partidário continua a fragmentação da década de 1990 (KINZO; CARREIRÃO, 2004).

Limongi (2010) coincide com a visão do sistema eleitoral brasileiro como uma estrutura de tipo bipartidária, apesar da existência de um multipartidarismo oficial, já que o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foram os únicos a concorrer em todas as eleições pós-ditadura, tendo chegado à frente em cinco delas. Portanto, Limongi (2010) considera que as eleições presidenciais no Brasil têm sido eleições bipartidárias. Assim, dado que a presidência é o cargo mais importante do sistema político brasileiro, o entendimento da evolução do quadro partidário nacional deve partir da constatação de que as eleições presidenciais organizam e estruturam as demais disputas.

Sem dúvida, o PT e o PSDB têm seus eleitores. Tudo indica que o PT os tem em maior número do que os PSDB. Mas eleitores fiéis que podem ser contados como votos certos para o partido em qualquer circunstância não são a maioria do eleitorado. Desse ponto de vista, terceiras forças têm espaço para crescer e podem até desbancar os dois líderes. (LIMONGI, 2010, p. 23).

Santos (2006) coincide com a ideia da estrutura bipartidária ao considerar que o PT e o PSDB são os partidos mais sucedidos nas eleições presidenciais que tem conquistado a confiança dos eleitores de centro. Para ele, esses partidos têm conseguido se posicionar mais claramente na direita (PSDB) e na esquerda (PT) do espectro ideológico para o eleitor do centro, que é determinante nos resultados eleitorais. Um dos motivos que estimularam essa discussão foi que por um lado o PT se originou nos sindicatos e nos movimentos sociais e por outro, nunca adotou uma ideologia oficial. Quanto ao PSDB, ressalta a capacidade de atrair excelentes quadros técnicos e sua forte base de apoio paulista. Porém, existe uma crítica sobre o domínio eleitoral desses partidos que os descreve como semelhantes, e atribui seu enorme posicionamento a sua capacidade política de gerar coalizões, aos temas de campanha e a credibilidade dos seus candidatos, mais do que a suas posições ideológicas.

Em qualquer dessas aproximações, é certo que nas mais recentes eleições presidenciais o jogo político esteve protagonizado por esses partidos. Em 2006 Luiz Inácio Lula da Silva (PT, PRB, PC) reelegeu-se como presidente no segundo turno eleitoral com 48,60% dos votos ante Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (PSDB, PFL) que obteve 41,63% (TSE, 2016). Quatro anos depois, enfrentaram-se novamente entre esses dois partidos no segundo turno. O candidato Luiz Inácio Lula do PT reelegeu-se com 60,83% contra Gerardo Alckmin do PSDB com 39,17% dos votos (UOL, 2015). Já em 2010 Dilma Rousseff do PT ganhou seu primeiro mandato com 56,05% dos votos válidos, enquanto que o candidato Jose Serra do PSDB ficou no segundo lugar com 43,95% (FOLHA, 2010). Quatro anos depois, Dilma Rousseff consolidou sua reeleição a presidente com 51,64% dos votos contra 48,36% do candidato Aécio Neves do PSDB (UOL, 2014). Nesses resultados cabe observar que após 4 eleições ganhas do Partido dos Trabalhadores, existe um crescimento do eleitorado conservador, pois a diminuição no rango de diferença dos votos entre a eleição de 2010 e de 2014, permite ver que a segunda foi mais disputada.

2.3 OS JORNAIS *EL MERCURIO* E O ESTADO DE S. PAULO

2.3.1 Sobre *El Mercurio*

São diversos os estudos em torno ao jornal *El Mercurio* no Chile, pois é considerado um referente nos meios de comunicação, é o mais antigo ainda em circulação, além de ser muito reconhecido por sua influência política e social nas últimas décadas. *El Mercurio* é também um ator na realidade chilena, já que sua influência e seu significado para as cúpulas políticas e empresariais são de conhecimento público, o qual se suma à criação de um estilo que o converteu em uma referência essencial para importantes setores da sociedade. Nesse sentido, estudá-lo adquire relevância, pois trata-se de um objeto de estudo que permite observar a conduta de um dos jornais hegemônicos chilenos.

De acordo com González (1992), *El Mercurio* teve uma grande importância e prestígio adquiridos durante seus setenta anos de vida, que tem

dado lugar a uma situação paradoxal: o contingente de seus leitores não são somente os que participam das posições que seus editoriais sustentam, mas também muitos adversários de suas doutrinas propugnadas, nos âmbitos político, econômico e social. O autor menciona também que diversos trabalhos se realizaram em torno a esse meio desde início do século XX, e a partir da década de 1960 começaram os estudos mais aprofundados acerca de seu conteúdo, surgidos com a particularidade, de que provieram de setores contrários à sua linha editorial “pelo que são, desde distintas perspectivas, abertamente críticos” (GONZÁLEZ, 1992, p. 366). Além de seus conteúdos, outro aspecto também estudado é o estilo do jornal.

O estilo “mercurial” tem sido descrito por don Arturo Fontaine Aldunate: “O tom sereno impessoal e algo distante com que frequentemente se julgam as mais graves questões; a falta de ênfase, de interjeições e de pontos de exclamação; o estilo é mais bem coloquial e simples, e até a orientação oblíqua das alusões ao comportamento alheio, tem criado uma atmosfera que morigera a luta política ao longo da sua história. O chamado ‘estilo mercurial’ é nesse sentido, uma importante criação jornalística nacional. Mais o que se diz, influi o como se diz, para que as situações se desprendam de sua carga de violência, de paixão, de bandeira. Perdem assim os fatos seu brilho inexperienced. Se fazem mais opacos e menos atraentes (GONZÁLEZ, 1992, p. 367, trad. nossa).⁶

O estilo do jornal é a forma em que os fatos são apresentados, no caso de *El Mercurio*, essa opacidade chama a atenção, por se tratar de um meio que aborda temas de grande impacto nacional e internacional. Por outra parte, González (1992) menciona que na história mais recente, a imprensa de direita do Chile conseguiu criar a imagem de uma imprensa “séria”, que estava preocupada dos grandes acontecimentos mundiais, e não somente interessada no que se vinculava aos grandes fatos da evolução política e social do Chile. Esse fenômeno pode-se caracterizar como “um estilo espartano e de aparente neutralidade afetiva desenvolvendo muito principalmente pelo diário *El*

⁶ *El "estilo mercurial" ha sido descrito por don Arturo Fontaine Aldunate: "El tono sereno, impersonal y algo distante con que suelen juzgarse las más graves cuestiones; la falta de énfasis, de interjecciones y de puntos de exclamación; el estilo más bien coloquial y sencillo, y hasta la orientación oblicua de las alusiones al comportamiento ajeno, han creado una atmósfera que morigera la lucha política a lo largo de su historia. El llamado 'estilo mercurial' es, en este sentido, una importante creación periodística nacional. Más que lo que se dice, influye el cómo se dice, para que las situaciones se desprendan de su carga de violencia, de apasionamiento, de abanderización. Pierden así los hechos su brillo primerizo. Se vuelven más opacos y menos atractivos (GONZÁLEZ, 1992, p. 367).*

Mercurio que, com o tempo, levou a uma identificação da objetividade, a seriedade e a verdade com o texto das colunas mercuriais” (GONZALEZ, 1992, p. 367). O autor afirma que legitimidade e solidez que alcançou a imagem do jornal não tem sido possível mudá-la a pesar das diversas denúncias em contra, de elites políticas adversárias, que acusaram ao diário de misterioso. O estilo do jornal se faz mais evidente ainda nas páginas editoriais.

Por outro lado, Soto (1992) aborda o estilo de *El Mercurio* desde uma perspectiva histórica. Narra que o fundador do jornal, Agustín Edwards M., ao começar a editar *El Mercurio* de Santiago em 1º. de junho de 1900, foi inovador, pois organizou o trabalho da redação, de modo a realizasse somente uma pessoa, mas um grupo de redatores. O grupo de redatores teve como regra que todos fossem especialistas em seu campo, principalmente, na seção editorial. Os artigos anônimos do jornal deviam refletir o sentimento coletivo e comprometiam a responsabilidade do diário. Todos eles eram coordenados pelo diretor, quem também às vezes escrevia (SOTO, 1995). A reunião de redatores tinha lugar ao meio-dia, era presidida pelo diretor e se analisavam, de acordo com uma pauta entregue pelo secretário de redação, desde muitos diversos ângulos os problemas mais importantes da atualidade nacional e internacional. O redator, após a reunião diária, com seu tema repartido devia escrever um artigo sobre ele mesmo, depois o entregava se desprendendo completamente dele. Neste momento o diretor assumia a revisão considerando que fosse o estilo mercurial o predominante (SOTO, 1995). Porém, neste trabalho sempre havia imprevistos, já que é frequente que na última hora se deva escrever sobre um fato que inesperadamente ocupava a atenção pública. Ocorria também com as modificações ao comentário editorial, necessárias para guardar uma relação estrita com o acontecido. Da realização destas tarefas se encarregam geralmente o subdiretor, o secretário de redação e o editor noturno quem permanece com diversos horários até na madrugada na imprensa (SOTO, 1995, p. 20).

O número de redatores –o comitê editorial- é variável, mas de acordo com os entrevistados, no “comitê editorial [...] tem de dez a quinze pessoas que escrevem na página editorial. Se encontram todos os dias e insensivelmente tem certa hierarquia, já seja porque uns opinam mais do que outros, pelos anos, etc. [...]” (SOTO, 1995, p. 20).

Vemos aqui que o texto editorial do jornal é um trabalho coletivo, a voz da empresa. O editorial reflete a opinião do jornal, pelo qual não leva firma. Porém, no período estudado por Soto (1995), foram poucos seus diretores e colaboradores. Assim, entre os membros que compuseram o comitê editorial desde fins da década de 1950 e durante o decênio de 1960 estão principalmente os diretores, todos eles importantes personagens e jornalistas chilenos. Primeiro, Rafael Maluenda (1946-1963) e depois René Silva Espejo, desde 1963 até 1978; esse último se dedicava especialmente aos temas políticos e em medida menor aos econômicos. Um dos chefes de redação foi Fernando Durán Villareal (economia) e alguns dos redatores foram Julio Arriagada Herrera, Carlos Baráibar (RR.II.), Rafael Cabrera, Raúl Silva Castro, Carlos Prat Echaurren, Abél Valdés e Rafael Valdivieso Ariztía. Outro aspecto que sobressai é que Agustín Edwards Ross, proprietário de *El Mercurio* de Valparaíso, expôs em seu testamento que o diário devia seguir as linhas tradicionais de sua conduta, ou seja, “afastamento das lutas políticas mais radicais, constante serviço da cultura e do progresso nacional, e sobre tudo, o ânimo de que fosse *El Mercurio* um órgão adequado para servir de moderador das extremas paixões cívicas que dividem aos homens” (SOTO, 1995, p. 21). Esta última questão torna-se importante para conhecer a linha ideológica do jornal, pois seu “afastamento das políticas radicais” o coloca do lado do conservadorismo.

Os esforços de *El Mercurio* por conquistar uma imagem e estilo de imprensa “séria e preocupada pelos grandes acontecimentos”, não só nacionais, mas mundiais, logo rendeu frutos. Isso se encontra na forma de aparente neutralidade desenvolvida nos escritos do diário que, com o tempo, o levou a ser identificado com aspectos como a ‘objetividade’, a ‘seriedade’ e a ‘verdade’. Esta imagem permaneceria frente aos leitores, a pesar das diversas denúncias de seus opositores que o acusaram de tenebroso e de transmitir uma mensagem ideológica encoberta (SOTO, 1995). *El Mercurio* como meio de comunicação massiva é considerado um órgão importante na sociedade chilena, um ator social de grande importância, uma instituição cultural, que cumpre tarefas educativas. Para Soto (1995) o jornal aspira a assumir e interpretar valores nacionais. Ademais, é lido por pessoas de distintas esferas

sociais, políticas e econômicas. Tem uma percepção de si mesmo, como buscador do desenvolvimento de país baseado em pessoas responsáveis e virtuosas. Para o autor, é considerado um difusor de ideias é importante, com um efeito pedagógico impressionante.

Desde uma perspectiva própria, *El Mercurio* (EL MERCURIO, 2015) tem incluído nas suas páginas aos mais brilhantes pensadores e destacados profissionais do jornalismo escrito além de que tem coberto os fatos noticiosos mais relevantes do século. “Desde seu nascimento intentou aportar ao desenvolvimento da economia, a cultura, a política e a educação, elevando o nível da informação e a qualidade da comunicação social do país”. Ao longo de sua história, a empresa *El Mercurio S. A. P.* tem se modernizado tecnológica e empresarialmente o que tem incrementado a cadeia regional dos diários em sete cidades⁷. Hoje, *El Mercurio* não é somente um jornal, mas a maior empresa jornalística do Chile, composta por 15 diários, três deles publicados em Santiago e de circulação nacional; alguns deles são: *El Mercurio de Valparaíso*, *El Mercurio de Santiago*, *Las Últimas Noticias*, *El Mercurio de Antofagasta*, *La Estrella de Valparaíso*, *El líder de San Antonio*, *La Prensa de Tocopilla*, *La Segunda de Santiago*, entre outros. Para os fins de nossa pesquisa, o jornal analisado é *El Mercurio* de Santiago.

2.3.2 Sobre o Estado de São Paulo

De acordo com sua página web (ESTADO DE S. PAULO, 2015) a missão editorial do Grupo Estado está, principalmente, inspirada nos princípios fundadores do jornal *Província de São Paulo*. Figura na declaração inaugural de propósitos de 4 de janeiro de 1875. No entanto, aberto às mudanças históricas e aos progressos da ética, o Grupo acrescentou ao compromisso

⁷ Durante su gestión *El Mercurio S.A.P.* ha realizado una serie de modernizaciones tecnológicas y empresariales y ha incrementado la cadena regional de diarios, dotando a siete ciudades de sus propios medios de prensa. En este mismo período, la empresa cambió sus oficinas centrales en Santiago de Chile, desde el edificio de Compañía a las actuales instalaciones de avenida Santa María.

En su existencia, el diario *El Mercurio* ha cubierto todos los hechos noticiosos más relevantes de este siglo, dando cabida en sus páginas a los más brillantes pensadores y a destacados profesionales del periodismo escrito. Desde su nacimiento ha intentado aportar al desarrollo de la economía, la cultura, la política y la educación, elevando el nivel de la información y la calidad de la comunicación social del país (EL MERCURIO, 2015).

com a democracia, a luta pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa, a promoção da livre iniciativa da justiça e a incessante busca pela verdade. A página *web* do jornal afirma que este é comprometido com os valores proclamados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que o Grupo Estado está sintonizado com o presente e o futuro dos brasileiros, com a defesa de seus valores culturais, éticos e históricos e a conservação do seu patrimônio natural. Como grupo empresarial do setor de comunicação e informação, busca a eficiência, a modernidade, a criatividade e a rentabilidade, pré-requisitos da sua independência informativa e editorial. Além disso, compartilha dos princípios das empresas socialmente responsáveis: geração de riqueza com percepção social e respeito ao meio ambiente (ESTADO DE S. PAULO, 2015). Apesar do que afirma este jornal existem diversos trabalhos acadêmicos que colocam em dúvida a imparcialidade deste meio.

Mediante a influência da missão editorial, o Grupo define suas crenças fundamentais, seus valores e princípios. A linha editorial é a identidade do Grupo. Ela é responsável por corroborar a visão opinativa do Grupo a respeito dos principais acontecimentos, não deixando de lado a missão editorial e as orientações aprovadas pelo seu Conselho de Administração (ESTADO DE S. PAULO, 2015).

Apesar do que afirma este jornal sobre sua imparcialidade, Latanzzi e Faria (2013) o contradiz ao afirmar que o Estado de S. Paulo é um expoente da imprensa conservadora, ao menos durante seu início (1889 – 1929), abordando tal assunto no seu estudo *Estado de S. Paulo: um expoente da imprensa conservadora*. “Com o fim do primeiro período republicano, o diário paulista tornou-se um dos expoentes na luta pela preservação de valores que, na ótica do conservadorismo, estariam ameaçados por novas posturas políticas” (LATANZZI; FARIA, 2013, p. 9). Independentemente de que este estudo seja focado no período republicano é importante ressaltar que esta ideia, que relaciona o Estado de S. Paulo com o conservadorismo, é algo bastante comum entre os leitores de jornais e os estudiosos da mídia no Brasil.

Por outro lado, Weffort (1984) expõe um panorama desde o ponto de vista econômico sobre o jornalismo: “os jornais são empresas e, portanto, posições de classe”. Posições que, às vezes, se veem ameaçadas e que se defendem como podem. Creio que é esta a melhor explicação para a mudança

do Estado de S. Paulo em partido político no início de 1964. Os Mesquita não foram os únicos empresários que tramaram e, entre os muitos que o fizeram, a maioria pouco ou nada tem a ver com os seus estilos aristocráticos ou com os seus ideais liberais. Muitas pessoas, naquele momento, temiam que a revolução social surgisse na virada da primeira esquina (WEFFORT, 1984).

Assim, o autor descreve a situação da década de 1980 com relação aos jornais. Afirma que a Folha, que tomou sozinha a iniciativa da campanha das Diretas (naquele momento somente o PT, entre os partidos, empunhava com firmeza a bandeira), não passa por nenhuma ameaça similar a de vinte anos atrás. Por que, então decidiu assumir, junto com os riscos do mercado, os riscos da política? Essa resposta poderia se encontrar na lógica do desenvolvimento das empresas de família já que elas dividem a mesma história, pois possuem nas origens, um fundador obstinado, e levam tanto tempo de existir que ninguém mais se lembra de como iniciaram. Aqui aparece outro aspecto que é a busca por reconhecimento e, portanto, legitimidade. Essas duas qualidades são maneiras de sobreviver no tempo e na memória de uma comunidade (WEFFORT, 1984).

Como a maioria das empresas de comunicação, o jornal O Estado de S. Paulo (OESP) aclamou o golpe de 1964, tanto que foi um dos principais articuladores civis. Mas, a partir 1966 o OESP passou a distanciar-se do regime militar, com uma atuação oposicionista intensificada pela decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Ao seguinte dia, a publicação do editorial “Instituições em frangalhos”, com uma condenação frontal ao endurecimento político, ocasionou a apreensão do jornal. Entre os anos de 1972 e 1975, o OESP e sua versão vespertina o Jornal da Tarde, sofreram com censura prévia. Em 1973, em mesmo com vigência da censura prévia, o OESP compartilhou, tanto nos editoriais quanto na sua cobertura noticiosa, o apoio do governo Médici ao golpe militar que acabou depondo o presidente chileno Salvador Allende. Entretanto, quando o então presidente, Geisel, iniciou a abertura política que, posteriormente, culminou com a redemocratização de 1985, o OESP adotou uma postura crítica a respeito da política externa brasileira. Isso ficou nítido devido a sua forma contundente de atacar, dentre outras ações de Brasília, a aproximação com os países árabes e o apoio

brasileiro à independência das ex-colônias portuguesas na África (FUSER, 2008).

Nos tempos de Getúlio Vargas, seu apelido “Chefe da Nação”, aparecia comumente para nomear ao ex-presidente, nas manchetes do jornal Estado de S. Paulo. Para Da Silva (2012), este diário contribuiu na imagem do líder durante seus anos no poder.

[...] São numerosos os jornalistas estrangeiros que têm estudado o novo regime brasileiro [...] todos são acordes num ponto: O sr. Getúlio Vargas foi o homem que conseguiu captar todos os anseios da alma brasileira, interpretá-los e realizá-los através de uma corajosa orientação de reformas, que não possui símile no mundo (DA SILVA, 2012, OESP, 18 jun., 1940, p. 2).

Noticiando o despertar do interesse internacional sobre Getúlio Vargas, a nova direção do OESP visou legitimar, junto aos leitores, a aceitação que o presidente tinha tanto no âmbito nacional, quanto internacional. Em outra notícia, Vargas foi objeto de estudo em artigo do jornalista inglês Harcourt Livingston. No texto intitulado “O gênio do presidente Getúlio Vargas”, o autor analisava “os anos da legislação que criaram um Estado Forte” (DA SILVA, 2012, p. 86).

Há um exemplo mais atual, o qual trata de um estudo sobre a imagem pública da presidenta Dilma Rousseff no jornal Estado de S. Paulo (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013). Nele se apontam algumas conclusões como que “as empresas jornalísticas não fazem somente uma mediação entre esfera política e audiência, mas que também são algumas instituições, com interesses próprios”, pois o jornal se alinha ao governo em algumas situações (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013, p. 112).

Com respeito à imagem pública do governo da presidenta Dilma, a pesquisa diz que se percebe uma relação pautada entre a presidente e o jornal, geralmente, pela divergência de perspectivas; também relaciona tais discordâncias a preferências da instituição jornalística. Dilma é apresentada como uma gestora pouco confiável. “Para o jornal, ela não teria competência para enfrentar a crise econômica, seria autoritária em relação aos outros ocupantes de cargos na estrutura de governo e não teria capacidade para a

negociação, emperrando os projetos que propõe” (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013, p. 112).

Com respeito a imagem do governo da presidenta Dilma, a pesquisa diz que se percebe uma relação pautada entre a presidente e o jornal, geralmente, pela divergência de perspectivas; também relaciona tais discordâncias a preferências da instituição jornalística. Dilma é apresentada como uma gestora pouco confiável. De acordo com isso, ela seria incompetente para afrontar a crise econômica, “seria autoritária em relação aos outros ocupantes de cargos na estrutura de governo e não teria capacidade para a negociação, emperrando os projetos que propõe” (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2013, p. 112).

Com os exemplos anteriores, percebe-se como o jornal Estado de S. Paulo posiciona-se com respeito aos presidentes, fazendo críticas ou elogios que deixam ver as relações políticas implícitas que mantêm este meio em determinado período presidencial. O interessante aqui é ressaltar que o jornal funciona como avaliador do governo e que suas opiniões nem sempre são feitas por expertos ou fundamentadas, pelo qual se poderia incorrer em valorações polarizado sem qualidade argumentativa. Porém, neste trabalho não pretendemos aprofundar sobre essa discussão.

Nosso estudo está orientado a observar os elementos discursivos com que se apresentam os candidatos a presidente nos textos editoriais. No capítulo seguinte, tomamos o caso do Estado de S. Paulo e o jornal chileno *El Mercurio* para essa análise.

CAP. 3 AS ELEIÇÕES ANALISADAS EM *EL MERCURIO* E NO ESTADO DE S. PAULO

Partido político é um agrupamento de cidadãos para defesa abstrata de princípios e elevação concreta de alguns cidadãos.

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

Neste capítulo iremos realizar um estudo comparativo, com base no método de Análise Crítica do Discurso, a partir dos estudos de Van Dijk (1996) sobre opiniões e ideologia. Para isso, utilizamos técnicas quali-quantitativas dentro da nossa análise. Dado que a 1ª parte quantitativa se caracterizou pelos conteúdos de 126 editoriais, 93 do Estado de S. Paulo e 33 de *El Mercurio*. Esse número corresponde aos editoriais que citaram os nomes das candidatas Dilma Rousseff e Michelle Bachelet, durante os períodos das campanhas eleitorais no Chile (17 de outubro a 16 de dezembro de 2013) e no Brasil (26 de agosto a 24 de outubro de 2014). Nessa primeira parte do estudo, nossa intenção é debruçarmo-nos primeiramente sobre o fenômeno em um nível macro que nos mostra o conteúdo global dos discursos dos editoriais analisados; por tudo isto a segunda parte será em um nível micro, pois nos permite observar o interior dos textos.

3.1 ANÁLISE QUANTITATIVA

A primeira variável analisada em nosso corpus de dados é o Tema, subdividida em doze categorias (Ver Tabela 1).

Tabela 1. Variável Tema do editorial

1.Campanha Eleitoral. O texto indica disputa para o cargo de Presidente	7.Ético-moral. Temas que abordam debates éticos.
---	--

da República, Governador do Estado, Senador da República e Deputado Federal e Estadual.	
2. Político Institucional. Quando noticia temas envolvendo órgãos federais, estaduais ou municipais, ou ainda, sobre os poderes do executivo, legislativo, judiciário e sociedade organizada.	8. Política para esporte. Temas esportivos e instituições governamentais do esporte.
3. Economia. Quando tratasse de temas que mencionavam o movimento da bolsa de valores e expectativa de produção agrícola, salários, empregos e etc.	9. Cultura/Variedades. Informações do cotidiano de celebridades ou cultura.
4. Político Social. Informações que envolvam o sistema público de saúde, educação e políticas sociais.	10. Política Estadual/ Nacional. Assuntos políticos regionais ou de abrangência nacional
5. Infraestrutura e meio ambiente. Textos com predomínio de informações relacionadas a obras de desenvolvimento, crescimento industrial, sistema de transporte, moradias, vias urbanas e temas sobre a preservação do meio ambiente	11. Política Internacional. Textos que tratam de assuntos entre o Brasil, suas entidades públicas e privadas em relação com outras entidades de outros países ou apenas de outros países
6. Violência e segurança. Textos que tratassem do crescimento da violência, índices, casos isolados, mortes, sistema presidiário, investimento em segurança e combate ao crime	12. Outros. Temas diversos

FONTE: (Núcleo CPOP, 2014).

Outras variáveis também consideradas em nossa análise foram a Valência do candidato (a): o valor da entrada para cada candidato levando em consideração seu efeito positivo ou negativo para a campanha em questão; Abrangência: área geográfica do tema do editorial pode ser Nacional, Regional ou Internacional; Visibilidade do candidato: se cita ou não ao candidato no texto do Editorial; Posição: localização do editorial relativa ao espaço que ocupa na página (primário, secundário ou terciário), e Fontes citadas: se refere a qualquer citação ou ausência de fonte no texto (baseado em Núcleo CPOP, 2014).

Tabela 2. Outras variáveis

Valência	Positiva, Negativa e Neutra.
Abrangência	Nacional, Regional, Internacional
Visibilidade do candidato	Michelle Bachelet, Evelyn Mattei, Dilma Rousseff e Aécio Neves
Posição	Primário, Secundário, Terciário.
Fontes citadas	Ausência ou presença.

FONTE: (Baseado em Núcleo CPOP, 2014).

Primeiramente realizamos uma revisão de todos os textos editoriais dos jornais *El Mercurio* e Estado de S. Paulo produzidos durante os períodos de campanha eleitoral já citados, os quais totalizaram 366 editoriais (180 textos do diário chileno e 186 do brasileiro). Desses textos foram selecionados 126 para nossa análise apenas aqueles que citavam o nome das candidatas Michelle Bachelet e Dilma Rousseff (93 do Brasil e 33 do Chile).

O jornal *El Mercurio* citou somente em 33 editoriais a Bachelet (18, 33% do total), enquanto O Estado de S. Paulo 93 (50% do total). De acordo, com esses dados é possível observamos que o diário chileno ofereceu muito menos visibilidade a candidata da *Nueva Mayoría* do que o diário brasileiro a candidata do PT, pois a mencionou na metade dos seus conteúdos editoriais.

O número de editoriais que citaram as candidatas compõe o nosso corpus de dados submetido à análise⁸ das variáveis citadas (ver tabelas 1 e 2). A primeira é o Tema predominante de que tratavam. A distribuição das temáticas está na tabela a seguir. Os assuntos mais frequentes abordados pelo Estado de S. Paulo foram a Campanha eleitoral, Economia e Ético-moral; por outro lado, em *El Mercurio* também apareceu a Campanha Eleitoral como principal tema, depois Política Institucional e Economia (Ver Tabela 3). De tal forma, podemos observar que os dois jornais tiveram preferência por escrever opiniões em torno à campanha e a economia, a diferença entre eles ocorreu na eleição em temas como a política institucional no caso de *El Mercurio* que na leitura de seus textos cita a reforma política; enquanto no Estado de S. Paulo o tema que se diferenciou do jornal chileno foi o Ético-moral, principalmente devido às várias menções sobre o escândalo da operação Lava Jato da Petrobrás.

Tabela 3. Tema do Editorial

	Estado de S. Paulo		<i>El Mercurio</i>	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Campanha eleitoral	35	37,6	16	48,5
Política Institucional	3	3,2	8	24,2
Economia	35	37,6	5	15,2
Política Social	2	2,2	1	3,0
Infraestrutura e meio ambiente	5	5,4	1	3,0
Violência e segurança	3	3,2	1	3,0
Ético-moral	10	10,8	1	3,0
Total	93	100,0	33	100,0

FONTE: A AUTORA (2015).

⁸ Como parte da nossa análise se obtiveram as frequências, os percentuais e a associação de algumas variáveis, com a utilização do software de análise estatística SPSS. Os resultados foram apresentados em tabelas e gráficos.

Conforme havíamos mencionado, nos dois casos destaca-se o tema Economia, mas o Estado de S. Paulo apresentou uma quantidade maior de menções sobre isso do que *El Mercurio*. Outro aspecto entre os dois jornais a qual devemos mencionar é a quase invisibilidade de temas como Política Social, Infraestrutura e Meio ambiente ou Violência e Segurança quando se falou das duas candidatas.

Quanto a variável Abrangência nos dois casos analisados é possível observar que os conteúdos nacionais tiveram preponderância. Se levarmos em consideração que os principais conteúdos foram sobre a campanha eleitoral, de acordo com a medição da variável Abrangência, observa-se que esse tema se centrou no âmbito nacional quase na totalidade dos casos. Assim também, os temas nacionais são mais abordados quando se menciona às candidatas. Elas foram colocadas pelo jornal em um contexto principalmente nacional. Já as coberturas regionais e internacionais apresentaram percentuais menores (Ver Tabela 4). Comparativamente, o Estado de S. Paulo apresentou um maior interesse pelos temas internacionais do que *El Mercurio*.

Tabela 4. Abrangência

	Estado de S. Paulo		<i>El Mercurio</i>	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Regional	5	5,4	1	3,0
Nacional	80	86,0	31	93,9
Internacional	8	8,6	1	3,0
Total	93	100,0	33	100,0

FONTE: A AUTORA (2015).

Nota-se que a variável valência é uma das mais relevantes em nossa pesquisa, uma vez que nos permite reconhecer a tendência editorial em relação às candidatas, ou seja, o tratamento dos conteúdos sobre a apresentação das concorrentes à presidência. Mais adiante essa variável tem uma correlação com as categorias de nossa análise qualitativa (Ver Anexo 1) pois a valência permite identificar como se constroem as valorações sobre as candidatas. Consideramos que os dados mais significativos, é que nos dois

casos predominam os valores negativos, porém, para Dilma Rousseff se percebe uma tendência mais radical do que para Michelle Bachelet. Outro aspecto muito importante foi que no caso de Dilma não apareceram valências positivas, e no caso de Michelle apenas uma. Já as valências neutras e equilibradas são maiores para Bachelet do que para Rousseff (ver Tabela 5).

Tabela 5. Valência Dilma/Michelle

	Dilma		Michelle	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Positiva	0	0	1	3,0
Negativa	82	88,2	22	66,7
Neutra	10	10,8	8	24,2
Equilibrada	1	1,1	2	6,1
Total	93	100,0	33	100,0

FONTE: A AUTORA (2015).

De acordo com os dados anteriores é possível observarmos que *El Mercurio* demonstrou uma maior flexibilidade para opinar positivamente sobre Michelle Bachelet do que o Estado de S. Paulo sobre Dilma Rousseff. O jornal brasileiro manteve uma tendência polarizada. Claramente a posição do jornal é mais negativa em suas expressões quando se fala de Dilma. É interessante observar que dentro da linha editorial de cada jornal, neste caso dois jornais conservadores, eles fazem escolhas sobre que tão polarizadas podem ser as suas expressões ou críticas para candidatos de oposição. Em termos de comparação, lembremos que a Dilma foi mais citada pelo Estado de S. Paulo do que Michelle por *El Mercurio*, porém a candidata Dilma foi citada mais negativamente.

Por outro lado, nos casos analisados, identificamos também as citações dos principais candidatos opositores a Rousseff e a Bachelet: Aécio Neves e Evelyn Mattei (ambos de partidos conservadores), com o intuito de comparar as valências dadas nos textos editoriais. Das 25 menções caracterizadas no candidato Aécio, a maioria foram neutras, em segundo lugar

positivas e minoritariamente negativas; já em relação a candidata Evelyn, dos 11 casos encontrados, as valências positivas foram principalmente positivas, depois neutras e finalmente negativas (ver Tabela 6). Portanto, é possível observarmos que as baixas presenças de valências negativas se contrastam com as altas que obtiveram Dilma e Michelle.

Tabela 6. Valência Aécio/Matthei

		Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Válido	Positiva	9	9,7	5	15,2
	Negativa	3	3,2	1	3,0
	Neutra	11	11,8	4	12,1
	Equilibrada	2	2,2	1	3,0
	Total	25	26,9	11	33,3
Omisso	Sistema	68	73,1	22	66,7
Total		93	100,0	33	100,0

FONTE: A AUTORA (2015).

Os dados resultantes da análise de valências dos principais adversários de Bachelet e Rousseff se contrastam com os das candidatas progressistas, pois se observa que enquanto Matthei teve mais menções positivas, Aécio, por sua vez, obteve mais neutras. Porém, os percentuais entre valências não apresentam diferenças tão amplas quanto nos casos de Dilma e Michelle em que as valências negativas ultrapassavam o 60%. O mais significativo aqui é que ambos jornais expressaram poucas opiniões negativas sobre Matthei e Aécio, mas também as apresentações positivas não são amplamente frequentes. Apesar de que o Estado de S. Paulo e *El Mercurio* apresentarem uma visão conservadora com esses candidatos optaram por concentrar suas opiniões sobre eles em pontos neutros e equilibrados.

Outra variável analisada em nossa pesquisa foi à fonte dos editoriais, com o objetivo de reconhecer se os jornais citaram a sustentação argumentativa de suas opiniões. Para isso, consideramos duas possibilidades: cita fonte ou não cita fonte. No jornal brasileiro a maioria dos editoriais citaram (89,2%) fonte e somente 10,8% não; já no diário chileno os dados

foram mais equilibrados, pois 51% cita fonte e 48,5% não, isso significa que a metade dos textos opinativos não apresentam origem em seus argumentos, pelos menos com referências explícitas (ver Tabela 7).

Tabela 7. Fonte

	Estado de S. Paulo		<i>El Mercurio</i>	
	Frequência	Porcentagem	Frequência	Porcentagem
Não cita fonte	10	10,8	16	48,5
Cita Fonte	83	89,2	17	51,5
Total	93	100,0	33	100,0

FONTE: A AUTORA (2015).

O uso de fontes para sustentar as opiniões é um dos aspectos que, comparativamente, foi mais distinto entre as variáveis estudadas desses dois jornais. O Estado de S. Paulo demonstrou-se estar bem mais preocupado por colocar a origem de suas expressões valorativas do que *El Mercurio*. Isso é constatado na leitura de nossos dados, o que nos permite ver que os editoriais não fazem um simples exercício opinativo subjetivo ou em primeira pessoa, mas também integram fontes externas para sustentar seus argumentos.

Posteriormente em nosso estudo, realizamos uma tabulação cruzada com a informação de duas variáveis: Tema e Valência. Pois, dessa forma seria possível reconhecer qual foi a tendência dos editoriais por tema em relação às candidatas. No caso do Estado de S. Paulo as valências foram distribuídas de forma que os textos sobre Campanha eleitoral obtiveram o maior número de negativas seguidos dos textos de Economia e finalmente Ético-moral, já as neutras se localizaram também em Economia. Em *El Mercurio* as valências negativas se concentram em Campanha eleitoral, Política Institucional e Economia; as neutras em Campanha eleitoral. Em ambos os casos é possível observarmos que, tanto o tema Campanha eleitoral quanto Economia, receberam valências negativas (ver Tabelas 8 e 9).

Tabela 8. Tabulação cruzada Tema/ Valência Dilma

			Valência Dilma			Total
			Negativa	Neutra	Equilibrada	
Tema	Campanha eleitoral	Contagem	34	0	1	35
		% do Total	36,6%	0,0%	1,1%	37,6%
	Político Institucional	Contagem	3	0	0	3
		% do Total	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%
	Economia	Contagem	27	8	0	35
		% do Total	29,0%	8,6%	0,0%	37,6%
	Político Social	Contagem	2	0	0	2
		% do Total	2,2%	0,0%	0,0%	2,2%
	Infraestrutura e meio ambiente	Contagem	5	0	0	5
		% do Total	5,4%	0,0%	0,0%	5,4%
	Violência e segurança	Contagem	3	0	0	3
		% do Total	3,2%	0,0%	0,0%	3,2%
	Ético-moral	Contagem	8	2	0	10
		% do Total	8,6%	2,2%	0,0%	10,8%
Total		Contagem	82	10	1	93
		% do Total	88,2%	10,8%	1,1%	100,0%

FONTE: A AUTORA (2015).

Nota-se que com a apresentação dos dados anteriores uma relação entre a distribuição das frequências e o Tema, pois quanto mais se falou sobre um assunto, mas negativa foi à valência. De acordo com esses percentuais também se observamos a pouca visibilidade de temas como Político Social, Infraestrutura e meio ambiente, e Violência e Segurança. Comparativamente, as poucas menções desses temas, em ambos os casos foram negativas (Ver Tabelas 8 e 9).

Tabela 9. Tabulação cruzada Tema/Valência Bachelet

			Valência Bachelet				Total
			Positiva	Negativa	Neutra	Equilibrada	
Tema	Campanha eleitoral	Contagem	1	9	4	2	16
		% do Total	3,0%	27,3%	12,1%	6,1%	48,5%
	Política Institucional	Contagem	0	7	1	0	8
		% do Total	0,0%	21,2%	3,0%	0,0%	24,2%
	Economia	Contagem	0	4	1	0	5
		% do Total	0,0%	12,1%	3,0%	0,0%	15,2%
	Político Social	Contagem	0	1	0	0	1
		% do Total	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	3,0%
	Infraestrutura e meio ambiente	Contagem	0	0	1	0	1
		% do Total	0,0%	0,0%	3,0%	0,0%	3,0%
	Ético-moral	Contagem	0	1	0	0	1
		% do Total	0,0%	3,0%	0,0%	0,0%	3,0%
	Política Internacional	Contagem	0	0	1	0	1
		% do Total	0,0%	0,0%	3,0%	0,0%	3,0%
Total		Contagem	1	22	8	2	33
		% do Total	3,0%	66,7%	24,2%	6,1%	100,0%

FONTE: A AUTORA (2015).

Outra tabulação cruzada a qual realizamos foi com a posição e a valência das candidatas. Porque, isto nos permite verificar a visibilidade das aspirantes à presidência, e também porque a caracterização do editorial seja principal, secundário ou terciário tem a ver com a localização do texto na página do jornal impresso. Sendo assim, a posição apareceu nos casos analisados da seguinte forma: no Estado de S. Paulo a posição principal concentrou a maioria das valências negativas da Dilma seguida da posição terciária; as neutras foram agrupadas principalmente na posição principal. Em *El Mercurio* as principais valências são negativas e se concentram nas

posições primária e secundária; as neutras na posição secundária (Ver Tabelas 10 e 11).

Tabela 10. Tabulação cruzada Posição/Valência Dilma

			Valência Dilma			Total
			Negativa	Neutra	Equilibrada	
Posição	Principal	Contagem	47	4	1	52
		% do Total	50,5%	4,3%	1,1%	55,9%
	Secundário	Contagem	13	3	0	16
		% do Total	14,0%	3,2%	0,0%	17,2%
	Terciário	Contagem	22	3	0	25
		% do Total	23,7%	3,2%	0,0%	26,9%
Total	Contagem	82	10	1	93	
	% do Total	88,2%	10,8%	1,1%	100,0%	

FONTE: A AUTORA (2015).

A principal diferença entre um jornal e outro foi que no periódico brasileiro o espaço principal concentrou mais da metade das apresentações negativas sobre a Dilma (50, 5%) enquanto que o jornal chileno foi menos radical ao concentrar menos da metade (33,3%), porém esse percentual é alto considerando as outras posições (ver tabela 9 e 10). Acreditamos que a variável Posição é muito importante e relevante para nossa pesquisa, pois nos permite visualizar uma estratégia estrutural para a apresentação dos discursos. Diante disto, observamos como em ambos os casos os editoriais com valências negativas sobre Rousseff e Bachelet foram apresentados nos principais espaços, o que lhes deu uma maior visibilidade.

Tabela 11. Tabulação cruzada Posição/ Valência Bachelet

			Valência Bachelet				Total
			Positiva	Negativa	Neutra	Equilibrada	
Posiç ão	Principal	Contagem	0	11	1	2	14
		% do Total	0,0%	33,3%	3,0%	6,1%	42,4%
	Secundário	Contagem	0	7	4	0	11
		% do Total	0,0%	21,2%	12,1%	0,0%	33,3%

Terciário	Contagem	1	4	3	0	8
	% do Total	3,0%	12,1%	9,1%	0,0%	24,2%
Total	Contagem	1	22	8	2	33
	% do Total	3,0%	66,7%	24,2%	6,1%	100,0%

FONTE: A AUTORA (2015).

De acordo com os itens apresentados, podemos concluir que os jornais apresentaram um padrão similar, por exemplo, ambos os jornais abordaram preferencialmente o tema Campanha Eleitoral quando mencionaram às candidatas. Nota-se que isso pode parecer obvio por se tratar de uma conjuntura eleitoral, porém, é importante salientarmos que Dilma Rousseff disputava uma reeleição, pelo qual os discursos poderiam ter sido direcionados a seu governo e não ao seu caráter como candidata, mas não foi que ocorreu. Outros aspectos similares constatados foram que a distribuição das valências tanto para Dilma quanto para Michelle consistiram-se negativas e ambos os jornais evitaram realizar críticas desfavoráveis sobre os adversários das candidatas. Sendo assim, é importante destacarmos que a visibilidade negativa das candidatas nos dois casos ocupou o principal espaço do jornal.

3.2 ANÁLISE QUALITATIVA

Com base em nossa análise prévia iremos constituir a próxima seção de nosso estudo. Assim, os editoriais analisados a seguir estão inseridos em um contexto onde o universo total do Estado de S. Paulo e de *El Mercurio* apresentaram negativamente às candidatas, ou seja, favoreceram sua visibilidade negativa. Sendo assim, o que acontece no interior desses textos editoriais e suas particularidades, é o propósito desta seção. Para esta análise utilizamos uma amostra intencional (RUIZ, 2012) na qual se selecionamos, os casos mais representativos e descritivos para a identificação das nossas categorias analíticas (Ver Anexo 1). O tamanho do *corpus* (4 por jornal) corresponde a um ponto de saturação, onde o número de casos analisados se considerou suficiente para atingir a maioria das categorias propostas neste estudo.

Dessa forma, analisamos os editoriais a partir de um quadro categórico com base no esquema proposto por Van Dijk (1996) em *Opiniões e ideologias na imprensa* (Ver Anexo 1). Os textos serão submetidos a uma análise aprofundada sob o aspecto das categorias analíticas para identificar elementos semânticos (substantivos, adjetivos, uso de metáfora, ironia e outros recursos retóricos) em busca de elementos favoráveis, desfavoráveis, ou qualquer outra característica sobre a caracterização das candidatas. Por tudo isto, os resultados mais significativos dessa análise foram classificados por categorias e comparados entre os jornais; e por fim apresentados em formas de tabelas.

A seguir, apresentaremos a análise dos 8 editoriais⁹. Para isso, foram analisadas as estratégias valorativas e ideológicas, com foco nos aspectos léxico-semânticos, a fim de identificar as categorias mencionadas na apresentação das candidatas. Para nos auxiliar no esclarecimento de alguns casos, utilizamos o Dicionário semasiológico de Língua Portuguesa Houaiss (2009) e o Dicionário Brasileiro de Fraseologia (DA SILVA, 2013). Dessa forma, apresentaremos a nossa análise parágrafo a parágrafo. Atente-se que utilizamos a fonte *itálico* para ressaltar as categorias de nosso esquema interpretativo. Salientamos que os trechos analisados correspondem às ideias principais de cada parágrafo.

⁹ Para efeitos desta pesquisa, os editoriais de *El Mercurio* foram traduzidos o mais fielmente possível à língua portuguesa.

3.2.1 Editoriais do Estado de São Paulo¹⁰

25 de agosto de 2014

Liberdade para opinar

[1] O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou um pedido da coligação “Com a força do povo”, da candidata Dilma Rousseff à reeleição presidencial, que punha em risco a liberdade de expressão no País. O PT e seus aliados queriam que a divulgação da opinião de uma consultoria econômica na internet fosse considerada como prática de propaganda eleitoral irregular. A maioria dos ministros do TSE entendeu, entanto, que não fere à legislação eleitoral publicar e divulgar opiniões sobre os candidatos, e julgou improcedente a representação. Prevaleceu, assim, a possibilidade de que as eleições sejam de fato ocasião para um debate livre de ideias.

Neste primeiro parágrafo as opiniões expressadas se manifestam no estilo léxico em palavras e frases como “rejeitou”, “punha em risco a liberdade de expressão” e “julgou improcedente”. A ideia principal é a improcedência de um pedido da coligação “Com a força do povo” ao TSE. O uso do verbo “rejeitar” é interessante porque semanticamente possui várias acepções que poderiam trazer interpretações diversas, todas elas com conotações negativas (1. Lançar fora, 2. Demonstrar repúdio, 3. Recusar, 4. Repelir, 5. Não aprovar, etcetera, - Houaiss, 2009).

Quanto às outras proposições do parágrafo, encontramos a apresentação desfavorável de Dilma e do PT mediante a *atribuição* de ações negativas; neste caso, a solicitude de um pedido “sem fundamento” (improcedente) que ademais “punha em risco a liberdade de expressão”.

[2] A empresa *Empírica Consultoria & Negócios* havia publicado na internet um parecer sobre possíveis cenários econômicos decorrentes do resultado das próximas eleições presidenciais. Para divulgar o seu trabalho a empresa solicitou os serviços de links patrocinados de Google (Google Ads) com as seguintes chamadas “Como se proteger da Dilma: como proteger seu patrimônio em caso de reeleição da Dilma, já” e “E se o Aécio Neves ganhar? Que ações devem subir se o Aécio ganhar a eleição? Descubra aqui, já”. O PT não

¹⁰ Ver textos completos no Anexo 2.

gostou e entrou, juntamente com seus partidos aliados, com uma representação do TSE para que fossem aplicadas ao caso as sanções previstas em lei para propaganda eleitoral irregular.

O uso do termo “parecer” é um elemento *implícito*, pois ele é usado nesse contexto com acepções que implicam permissão para opinar: forma de pensar, de julgar; opinião, julgamento; ou, opinião de um especialista em resposta a uma consulta (Houaiss, 2009). Qualquer um desses significados fornece um caráter de especialista ou autoridade à empresa *Empíricus* que publicou “possíveis cenários econômicos” decorrentes das eleições.

A chamada que a empresa sugeriu para o caso da Dilma possui uma *atribuição* desfavorável, negativa (“Como se proteger da Dilma: como proteger seu patrimônio em caso de reeleição da Dilma, já”), pois planteia uma necessidade de proteger o patrimônio, sugerindo que caso a Dilma fosse eleita, este ficaria em risco. Já, quando se fala de Aécio o tom é mais neutro (“E se o Aécio Neves ganhar? Que ações devem subir se o Aécio ganhar a eleição? Descubra aqui, já”).

[3] Em fins de julho o relator do processo no TSE, ministro Admar Gonzaga, concedeu uma liminar favorável ao PT. O Google foi obrigado a retirar os anúncios e a empresa *Empíricus* foi proibida “de exibir novos anúncios com referências positivas ou negativas aos candidatos em disputa no pleito presidencial de 2014”. Conforme escreveu o relator na decisão liminar “parece-me claro o excesso cometido com as expressões utilizadas nos anúncios postados”. Para Gonzaga a “ocorrência de propaganda eleitoral paga” se comprovaria pelo fato de o texto, mencionando as próximas eleições, emitir juízos de valor sobre dois candidatos ao pleito presidencial.

[4] No julgamento do caso plenário do TSE, o ministro Gonzaga manteve a sua posição e propôs que a empresa fosse multada em R\$ 15 mil, pois, em sua opinião, havia desrespeitado a Lei Eleitoral. Seu voto, no entanto, foi derrotado.

Nesses três parágrafos percebemos um tom mais objetivo ao fazer *descrições* neutras em relação ao PT (“uma liminar favorável ao PT”). Porém, já no texto seguinte ressalta-se o erro da posição do ministro Gonzaga, ao conceder uma liminar favorável ao PT. “Seu voto, no entanto, foi derrotado”, disse o editorial. O elemento léxico “derrotado” implica várias acepções negativas: 1. que ou quem perdeu batalha ou desafio; sobrepujado, suplantado;

2. que ou quem sofreu um dilaceramento; destruído, destroçado, arrasado; 3 que ou quem se cansou; exausto, prostrado (Houaiss, 2009).

[5] O Ministro Gilmar Mendes foi o primeiro a discordar do relator. Segundo Mendes, trata-se de um caso em que a liberdade de expressão está em jogo e não se pode pretender que “a Justiça eleitoral, agora, se transforme em editor de consultoria”. O ministro Luiz Fux acompanhou o voto de Mendes, bem como o presidente do TSE, Dias Toffoli e os ministros João Otávio de Noronha e Luciana Lóssio. A ministra Laurita Vaz votou com o relator.

Novamente, temos no texto o pouco apoio que o relator teve sobre a limiar favorável concedida ao PT. A *meta-opinião*: “trata-se de um caso em que a liberdade de opinião está em jogo e não se pode pretender que ‘a Justiça eleitoral, agora se transforme em editor de consultoria’” mostra uma perspectiva de um “outro” que complementa a opinião do jornal. Finalmente, se menciona que outros ministros também apoiaram a asserção de Mendes, o qual reforça a opinião anterior de forma *implícita*.

[6] A decisão do TSE tem duas importantes consequências. Rejeitou-se a concepção, defendida pelo PT na representação, de que um conteúdo opinativo, simplesmente por ter juízos de valor num contexto eleitoral, seja considerado propaganda.

[7] Com independência dos efeitos eleitorais que as opiniões possam ter, há liberdade para expressá-las. Uma opinião ter “viés eleitoral” – seja lá o que isso significa - não muda o seu caráter de opinião nem muito menos tira a legitimidade para expressá-la.

Aqui é possível identificarmos uma expressão opinativa de *polarização*, pois se exhibe um esquema de dualidade ideológica (Nós: valores positivos; Eles: valores negativos) no qual a representação defendida pelo PT é rejeitada (*atribuição* negativa), enquanto o autor do editorial defende a liberdade de expressão, um valor objetivamente positivo e que ademais é compartilhado por membros da justiça (eleitoral), como se mencionou nos parágrafos anteriores. A frase “seu caráter de opinião nem muito menos tira a legitimidade para expressá-la” reforça a asserção anterior. Além disso, *implicitamente*, está expressando que a representação do PT coloca limites na liberdade de expressão.

[8] Em segundo lugar preservou-se o direito de divulgar as opiniões. Para um ambiente de liberdade, não basta a possibilidade de expressar opiniões – deve ser possível divulgá-las. Caso contrário, ter-se-ia uma reduzida liberdade de expressão: pode-se emitir uma opinião, mas apenas entre os seus conhecidos. O fato de investir dinheiro na sua divulgação como foi o caso da consultoria *Empiricus* ao pagar ao Google pelos anúncios – não transforma uma opinião em propaganda. Segundo o TSE, opinião divulgada não é sinônimo de propaganda eleitoral paga.

[9] As regras eleitorais devem ser proteção para o debate de ideias é não o contrário. Se o PT entende que a avaliação da consultoria é equivocada, deve responder no mesmo âmbito: com fatos, com argumentos, com ideias. Mas não com a interpretação enviesada da lei. Numa democracia quem decide sobre as ideias não é o Poder Judiciário. É o voto.

No parágrafo 8 encontramos expressões de *meta-opinião*, pois ressalta a concordância do Estado de S. Paulo com as opiniões do TSE. “Para um ambiente de liberdade, não basta a possibilidade de expressar as opiniões – deve ser possível divulgá-las”, disse o editorial.

Nesses trechos também é possível visualizarmos uma estratégia de *Polarização* já que se mostram dois polos ideológicos: um de auto-apresentação positiva (Estado de S. Paulo), quando o editorial fala sobre um “ambiente de liberdade” ou a “proteção para o debate de ideias”; e outro, de apresentação negativa quando se atribui ao PT uma “interpretação enviesada da lei”.

14 de setembro de 2014

A razão contra a baixaria e a apelação

[1] A inacreditável baixaria e a apelação na qual o desespero de Dilma Rousseff e a empáfia de Marina Silva transformaram a campanha eleitoral em sua fase decisiva tiveram um contraponto na atuação de Aécio Neves, terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, em sua participação, no último dia 10, na rodada de entrevistas com os presidentiáveis realizada pelo jornal *O Globo*. No momento em que o PT apela para o que sabe fazer melhor – atacar e iludir- e Marina recorre ao bom-mocismo e à manipulação de obviedades para seduzir um eleitorado ávido por mudanças, o candidato do PSDB introduziu um sopro de racionalidade no debate eleitoral.

O título marca a opinião principal do texto. É uma expressão *polarizada* que mostra claramente *atribuições* positivas (Nós) e negativas (Eles). Os elementos léxicos “baixaria” e “apelação” tem cargas semânticas desfavoráveis: a primeira significa “pessoa, coisa, ação ou circunstância grosseira, má, desagradável, antissocial, violenta, ordinária etc.; baixo-astral”; a segunda, “expediente que alguém usa, explorando a boa-fé de outrem, para obter alguma vantagem” (Houaiss, 2009).

No texto inicial do editorial novamente se mencionam as palavras “baixaria”, “apelação” e se adiciona “empáfia” também, *expressão* negativa. Aqui, as caracterizações negativas de Dilma e Marina se intensificam através de um contraste retórico, pois se opõem as ações negativas das candidatas com as positivas de Aécio Neves quando se menciona que as ações delas “tiveram um contraponto na atuação de Aécio Neves”. Assim, se atribuem ao PT os verbos “atacar” e “iludir”; já para Marina se emprega a ironia ao falar de seu “*bom-mocismo*”, e se confere o substantivo de carga negativa *manipulação*. Em contraste, o candidato do PSDB apresenta *atribuições* positivas na proposição: “introduziu um sopro de racionalidade no debate”. O que sugere que o candidato age com razão, inteligência, bom senso.

[2] O que se pode esperar daqui para a frente da campanha petista é a desfaçatez crescente de Dilma Rousseff diante do mar de lama que envolve seu governo, como ela demonstrou sem o menor constrangimento na entrevista ao publicada no dia 9, ao responder sobre o mais recente escândalo na Petrobrás: “Se houve alguma coisa, e tudo indica que houve, eu posso garantir que todas, vamos dizer assim, as sangrias que eventualmente pudessem existir estão estancadas”. “Sangrias”, aliás sobre as quais a ex-ministra de Minas e Energia e chefe de governo “não tinha a menor ideia”.

A “desfaçatez crescente” com que se descreve a Dilma Rousseff reforça a apresentação negativa da candidata já mostrada anteriormente. Outras *descrições* negativas são as que se fazem ao governo Dilma, ao empregar a metáfora “o mar de lama” e ao utilizar uma declaração da candidata para sugerir que ela mesma reconheceu sem reservas as falhas do seu governo (“demonstrou sem o menor constrangimento”, opinou o jornal).

[3] Marina Silva, por sua vez, tem falado muito sobre a “nova política” que se propõe levar ao Planalto e pouco sobre como e o que fará para transportá-la do plano das boas intenções para a realidade dura de um ambiente político que a prática dos últimos 12 anos levou a limites extremos de degradação. E fala pouco sobre os 24 anos em que, sob as asas do guru Lula, militou das falanges petistas que, com denodo e método, se dedicaram a desmoralizar as instituições democráticas do País.

Este é outro caso de apresentação negativa da candidata Marina Silva a partir de *expressões* como “boas intenções” (utilizada de forma irônica) e sua associação com o ex-presidente Lula que é chamado (também com ironia) de “guru” na frase construída também metaforicamente: “*sob as asas do guru Lula*” ao afirmar que Marina teve uma relação muito próxima com o político pernambucano. Assim também, se responsabiliza a ambos pela desmoralização das instituições democráticas do país, o que reforça as *atribuições* negativas já colocadas anteriormente.

[4] Surpreendido, como todo o Brasil, pela reviravolta provocada na campanha eleitoral com a morte trágica de Eduardo Campos, Aécio Neves, cuja candidatura até então parecia presença certa contra Dilma Rousseff no segundo turno, defronta-se agora com a necessidade de em circunstâncias mais desfavoráveis do que até então demonstrar que é a melhor opção para um eleitorado claramente ávido por mudanças.

O texto sugere que é necessário que Aécio Neves demonstre ser a “melhor opção para um eleitorado”. O uso do termo “necessidade” permite ver seu uso como recurso retórico para criar uma apresentação positiva do Aécio. “Necessidade” é a qualidade do que é necessário; o que não se pode evitar, inevitável; o que é imprescindível, e o que é útil; conveniência (Houaiss, 2009). Podemos ver que a semântica dessa unidade lexical sugere a imprescindibilidade da ação do Aécio. Outro aspecto relevante nesse trecho é a *omissão* de sugestões sobre as candidatas Dilma e Marina para realizar alguma ação similar, de convencimento do eleitorado.

[5] Sem considerar a questão estritamente política, que é essencial, mas pouco compreendida em toda sua complexidade – ou simplesmente rejeitada pela maior parte do eleitorado-, o fator decisivo numa eleição presidencial é certamente a economia, traduzida em seus efeitos sobre o cotidiano dos cidadãos. Para reduzir a questão sobre a sua expressão mais simples, quando a economia vai mal a produção cai, os empregos mínguam, a carestia aumenta e a insatisfação geral se instala. É exatamente o que acontece hoje no País, depois de quatro anos de incompetente e desastrado governo.

Este parágrafo começa falando sobre os efeitos catastróficos da economia na vida dos cidadãos. As expressões: “a produção cai”, “empregos mínguam”, “carestia” e “insatisfação geral” são mostras disso. Já na última oração se *atribuem* ao governo esses efeitos negativos. Além do mais, lhe qualifica como “incompetente” (que ou quem não tem aptidão, capacidade, habilidade; inepto, incapaz, - Houaiss, 2009) e “desastrado” (que ou o que revela inabilidade, falta de destreza, de jeito – Houaiss, 2009), claramente *descrições* desfavoráveis.

[6] Diante desse desastre que nem a indispensável existência de programas sociais como o Bolsa Família consegue dissimular, está claro que o Brasil precisa, mais uma vez, de uma competente ação governamental de estabilização e desenvolvimento econômico, a exemplo do que ocorreu 20 anos atrás, quando a inflação anual atingia incríveis quatro dígitos e o então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardozo comandou uma equipe de economistas que criou e implantou o Plano Real a partir de três fundamentos básicos: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

Novamente destacam-se *atribuições* negativas ao mencionar o “desastre” em que se encontra o Brasil e ao afirmar que o país precisa “de uma competente ação governamental”. Posteriormente se dá um contraste retórico no texto, através da oposição das ações negativas do governo Dilma às ações positivas do governo de Itamar Franco, quando se menciona que o ministro Fernando Henrique Cardozo comandou uma estratégia econômica “exemplar”.

[7] Esse é, claramente, um desafio para o qual Dilma Rousseff, até por formação ideológica, não tem a menor disposição e disponibilidade do necessário apoio de quadros técnicos, para a difícil tarefa de recuperar a economia brasileira. Além de comprometimento

histórico dos tucanos com a estabilidade e o desenvolvimento econômico do país, Aécio Neves pode contar com a credibilidade de quadros técnicos comprovadamente competentes. E essa foi a ênfase de sua participação na entrevista ao jornal carioca, ao repudiar a baixaria e a apelação emocional na campanha: “Tenho feito um esforço maior e vou fazê-lo até o último dia desta eleição. Acredito que, no momento da decisão, vai prevalecer a onda da razão”.

A expressão valorativa na qual se afirma que Dilma “não tem a menor disposição e disponibilidade” para recuperar a economia, novamente implica *atribuições* negativas. Há uma recorrente *polarização* ideológica no texto, pois contrapõe as descrições desfavoráveis de Dilma com as favoráveis do Aécio, que se manifestam nas asserções: “Aécio Neves pode contar com a credibilidade de quadros técnicos comprovadamente competentes”; “momento da decisão, vai prevalecer a onda da razão”.

25 de setembro de 2014

O mundo encantado de Dilma

O título inclui *atribuições* negativas para a candidata ao empregar a metáfora “mundo encantando” e implica uma ironia. “Encantado” significa “o que foi objeto de encantamento ou sortilégio”. Já, o ‘encantamento’ “é a palavra, frase ou qualquer outro recurso a que se atribui o poder mágico de enfeitiçar; encanto, embruxamento” (Houaiss, 2009). Podemos ver que essa *descrição* sugere alguma deficiência racional ou objetiva na interpretação do mundo da candidata Dilma.

[1] Um turista francês de 55 anos, chamado Herbe Goudel, foi decapitado na Argélia por um grupo extremista que disse estar sobre as ordens do Estado Islâmico (EI), a organização terrorista que controla atualmente parte da Síria e do Irã e lá estabeleceu o que chama “califado”. Um vídeo que mostra a decapitação de Goudel foi divulgado ontem, para servir como peça de propaganda do EI – cujos militantes já decapitara, em frente às câmeras dois jornalistas americanos e um agente humanitário britânico e estarreceram o mundo ao fazer circular as imagens de sua desumanidade. Pois é com essa gente que a presidente Dilma Rousseff é preciso “dialogar”.

Outro aspecto bastante relevante do texto é a presença da oposição Oriente-Occidente nas *descrições*, muito comum na imprensa americana (Van Dijk, 1996). Pode se observar proposições pressupostas no uso de elementos léxicos como “grupo extremista” ou “organização terrorista”. No texto original este tipo de fraseologia não é escrito entre aspas e é *atribuída* somente aos grupos islâmicos. Depois de realizar as descrições negativas em torno ao “grupo extremista”, se relaciona à presidenta Dilma com esses ao mencionar que ela considerou necessário “dialogar” com eles. Ao serem grupos considerados alheios ideologicamente à opinião do Estado de S. Paulo, a Dilma estaria sendo também.

[2] A petista deu essa inacreditável a propósito da ofensiva militar deflagrada pelos Estados Unidos contra o EI na Síria. Numa entrevista coletiva em Nova York, na véspera de seu discurso na abertura da Assembleia-Geral da ONU, Dilma afirmou lamentar “enormemente” os ataques americanos contra os terroristas. “O Brasil sempre vai acreditar que a melhor forma é o diálogo, o acordo e a intermediação da ONU”, disse a presidente – partindo do princípio, absolutamente equivocado, de que o EI tenha alguma legitimidade para que se lhe ofereça alguma forma de “acordo”.

De novo se apresenta a *polarização* Oriente/Occidente, e se *atribui* a presidenta Dilma uma equivocação (“*partindo do princípio, absolutamente equivocado*”) quando afirma acreditar no diálogo e a intermediação da ONU para resolver os conflitos contra o EI na Síria. Observamos também uma *meta-opinião* das afirmações da presidenta, as quais são desacreditadas pelo Estado de S. Paulo.

[3] É urgente que algum dos assessores diplomáticos de Dilma a informe o que é o EI, pois sua fala revela profunda ignorância ao respeito do assunto, descredenciando-a como estadista capaz de portar a mensagem do Brasil sobre temas tão importantes quanto este.

“Profunda ignorância” e “descredenciando-a como estadista capaz” são também expressões com *atributos* negativos para a candidata Dilma. A eleição dos termos “ignorância” (estado de quem não tem conhecimento, cultura, por

falta de estudo, experiência ou prática, - Houaiss, 2009) e “capaz” (dotado de capacidade; que possui qualidades necessárias ao desempenho; dotado de seriedade e competência; honesto, idôneo – Houaiss, 2009) sugerem que as asserções de Dilma não são objetivas ou ideológicas, mas consequência de algum tipo de incompetência.

[4] O EI surgiu no Iraque em 2006 por iniciativa do Al-Qaeda, para defender a minoria sunita contra os chiítas que chegaram ao poder depois da invasão americana. Sua brutalidade inaudita fez com que até mesmo a Al-Qaeda renegasse o grupo, que acabou expulso do Iraque pelos sunitas. A partir de 2011, o EI passou a lutar na Síria contra o regime de Bashar al-Assad. Mas os jihadistas sírios que estão na órbita da Al-Qaeda também rejeitaram o grupo, dando início a um conflito que já matou mais de 6 mil pessoas.

As *descrições* sobre o EI se apresentam negativas no texto ao realizar uma comparação com Al-Qaeda, grupo de *pressuposto* terrorismo mundial (VanDijk, 1996-). A frase “até mesmo a Al-Qaeda renegasse o grupo” é um recurso que serve para justificar as atribuições desfavoráveis contra o EI.

[5] Com grande velocidade, o EI ganhou territórios na Síria e, no início de este ano, ocupou parte do Iraque, ameaçando a própria integridade do país. No caminho dessas conquistas o EI deixou um rastro de terror. Além de decapitar ocidentais para fins de propaganda, seus métodos incluem crucificações, estupros, flagelações e apedrejamento de mulheres. “A brutalidade dos terroristas da Síria e no Iraque nos força a olhar para o coração das trevas”, discursou o presidente americano Barak Obama na Assembleia-Geral da ONU, ao justificar a ação dos Estados Unidos contra o EI – tomada sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. Em busca de apoio internacional mais amplo – na coalizão liderada por Washington se destacam cinco países árabes que se dispuseram a ajudar diretamente na operação-, Obama fez um apelo para que “o mundo se some a esse empenho”, pois “a única linguagem que os assassinos entendem é a força”.

As escolhas lexicais de “ameaçando”, “assassinos”, “crucificações”, “estupros”, “flagelações”, “apedrejamento” e “terror” atribuem propriedades e ações muito negativas ao EI. Observamos neste parágrafo a polarização oriente/ocidente, no qual as ações ocidentais são apresentadas positivamente. Podemos verificar isso na citação ao presidente Barak Obama, que é colocado

positivamente no texto. A proposição “A brutalidade dos terroristas da Síria e no Iraque nos força a olhar para o coração das trevas”, sugere que os Estados Unidos não tiveram outra opção do que atacar a Síria. Essa estratégia discursiva permite diminuir às ações negativas cometidas por o país norte-americano.

[6] Pode-se questionar se a estratégia de Obama vai o não funcionar, ou então se a ação atual é uma forma de tentar remendar os erros do governo americano no Iraque e na Síria (ver o editorial *A aventura de Obama*). Pode-se mesmo indagar se a operação militar, em si, carece de legitimidade. Mas o fato incontornável é que falar em “diálogo” com o EI, como sugeriu Dilma, é insultar a inteligência alheia – é, como tem sido habitual na gestão petista fazer a diplomacia brasileira apequenar-se.

Neste trecho as atribuições para os Estados Unidos são mais neutras, pois se plantea a possibilidade de “questionar a estratégia de Obama” ou “indagar” sobre a legitimidade da operação militar. Já, quando se fala da Dilma as atribuições voltam a serem negativas. A frase “insultar a inteligência alheia” sugere que a candidata ofende as faculdades de conhecimento dos outros e atribui implicitamente um sentido de objetividade para eles em oposição ao da Dilma. Constatamos neste editorial, a escolha de elementos lexicais associados a competências intelectuais.

[7] Em sua linguagem peculiar Dilma caprichou nas platitudes ao declarar que “todos os grandes conflitos que se armaram (sic) tiveram uma consequência: perda de vidas humanas dos dois lados”. E foi adiante, professoral: “Agressões sem sustentação, aparentemente, podem dar ganhos imediatos. Depois, causam enormes prejuízos e turbulências. É o caso, por exemplo, do Iraque. Tá lá, provadinho no caso do Iraque”.

[8] Por fim, Dilma disse que o Brasil “é contra todas as agressões” e, por essa razão, faz jus a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU – para, num passe de mágica, “impedir essa paralisia do Conselho diante do aumento dos conflitos em todas as regiões do mundo”.

As opiniões aqui expressadas se manifestam principalmente no léxico. A escolha de frases como “caprichou nas platitudes” ou o termo *professoral* são

empregados com ironia, e demonstram descrições negativas a Dilma. “Caprichar” (esmerar-se – Houaiss, 2009) nas “platitudes” (caráter do que possui qualidade medíocre, sem expressão – Houaiss, 2009) é uma expressão que como outras deste editorial descrevem à presidente com pouca capacidade. E por fim, o editorial termina novamente com ironia ao empregar a frase “num passe de mágica” sugerindo que a candidata evoca à “mágica” (criação de ilusão por meio de truques e artifícios, esp. de agilidade; ilusionismo, prestidigitação – Houaiss, 2009), e não a fatos racionais, na resolução de problemas. Sendo assim, observamos novamente a associação da candidata a situações pouco inteligíveis.

15 de outubro de 2014

A cartada do ‘golpe’

[1] Decerto preocupada com a possibilidade real de derrota no segundo turno, a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, parece ter definitivamente perdido a compostura. Em comício em Canoas (RS), na semana passada, a petista deixou toda a prudência de lado e acusou a oposição de tramar um “golpe”.

Observamos aqui *atribuições* negativas nas descrições sobre os atos da presidenta: “perdido a compostura” e “deixou toda a prudência de lado”, ambas sugerem ações inadequadas e sair-se um pouco da sensatez. Essa caracterização negativa com implicações de deficiências racionais já foi observada anteriormente em editoriais do Estado de S. Paulo. Assim, quando se fala de que a Dilma “acusou a oposição de tramar um ‘golpe’” se relativiza a asserção com o uso de aspas no termo “golpe”.

[2] Que não se considere menor essa gravíssima denúncia apenas pelo fato de que ela foi feita em meio ao natural improvisado palanqueiro. Dilma sabia muito bem o que estava dizendo e a quem se dirigia quando declarou, em outras palavras, que seus adversários estariam em pleno curso de uma ruptura institucional com o propósito de apejar o PT da Presidência.

As expressões valorativas aqui são muito explícitas. As frases “gravíssima denúncia” e “natural improviso palanqueiro” revelam uma carga negativa nas opiniões sobre a Dilma. O termo “palanqueiro” (1. que ou o que palanqueia; palanqueador; 2. diz-se de ou animal rebelde que sempre deve estar preso ao palanque – Houaiss, 2009) é um recurso utilizado com tom irônico e negativo.

[3] A acusação de Dilma foi uma reação à repercussão dos depoimentos prestados à Justiça Federal pelos principais operadores do gigantesco escândalo de corrupção da Petrobrás, o ex-diretor Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. Ambos relataram, em detalhes, como o PT recebia parte da propina cobrada de empresas que tinham contratos com a estatal.

As *descrições* negativas dos atos de Dilma se apresentam no emprego de termos como “corrupção” ou “propina” atribuídos a seu governo. A menção sobre o escândalo de corrupção de Petrobrás é certamente um recurso utilizado para mostrar negativamente à administração Dilma. Assim como, a apresentação desfavorável do PT também segue essa linha opinativa.

[4] “Eles jamais investigaram, jamais puniram, jamais procuraram acabar com esse crime horrível, que é o crime da corrupção”, discursou Dilma, referindo-se, como sempre de forma genérica e leviana, aos governos tucanos. “Agora, na véspera eleitoral, sempre querem dar um golpe. Estão dando um golpe. Esse golpe, nós não podemos concordar”.

Na *descrição* dos fatos a partir de atribuições negativas sobre as declarações da presidenta deixa claro a discordância ideológica entre o jornal e a candidata. Sobre as acusações que a presidenta faz aos tucanos, se empregam as descrições valorativas “genérica” (expresso ou tratado em termos vagos, gerais – Houaiss, 2009) e “leviana” (que ou aquele que julga ou procede irrefletida e precipitadamente, que ou o que age sem seriedade – Houaiss, 2009) para questionar sua capacidade refletiva, o que reduz a validade de seus argumentos. Isso marca uma habitual polarização ideológica

no qual a Dilma se descreve negativamente e a oposição, de forma implícita neutra, ou se omitem valorações explícitas sobre ela.

[5] Ao usar três vezes a palavra “golpe” na mesma declaração, Dilma ultrapassou os limites da civilidade. Embora ela própria já tenha dito que, em época de eleição, se pode “fazer o diabo”. Uma presidente da República deve saber que não pode destruir pontes com nenhuma parte da sociedade, pois ela governa para todos, e não somente para seus simpatizantes. Quando diz, com todas as letras, que a oposição é golpista, Dilma liquida qualquer possibilidade de diálogo, num eventual segundo mandato, com aqueles que representam cerca da metade dos eleitores do País.

Neste parágrafo a escola da frase “ultrapassou os limites da civilidade” sugere que o caráter civil da presidenta, que deveria ser uma mandatária, não estaria se cumprindo. Ao invés disso, a presidenta estaria sendo descortês, grosseira, incivil (Houaiss, 2009), de acordo com as *atribuições* desse discurso jornalístico. A *meta-opinião* observada quando o texto afirma que a Dilma acusou à oposição de “golpista” é também desacreditada pelo Estado de S. Paulo.

[6] A acusação de que a oposição ao PT e os críticos do governo são “golpistas” é recorrente entre os militantes petistas. Na visão dessa turma, que se baseia na mitologia lulista, opor-se a um governo que descobriu o Brasil em 2003 só pode ser sedição. Em quanto era verbalizada apenas pela virulenta claque petista, essa diatribe não causava danos significativos. Mas quando é a própria presidente da República que decide vocalizar tamanha sandice, que não encontra nenhum respaldo na realidade, isso significa que o Brasil sob o PT, entrou de vez no clube dos bolivarianos – aqueles países governados por líderes autoritários que dividem a sociedade em “nós” e “eles” e que denunciam “golpes” a todo momento para justificar seus apuros.

Nesta parte do editorial as expressões valorativas são muito explícitas. O emprego do recurso da ironia é novamente encontrado na frase “mitologia lulista”. Torna-se evidente de que a atribuição é negativa e sugere que a visão do mundo dos petistas baseia-se no fantástico, ou seja, no que está fora do plano da realidade material. Já a descrição “virulenta claque petista”, tem uma

implicação bastante negativa, de insulto, igual a quando se fala que a presidenta vocalizou “tamanha sandice” ao acusar à oposição de golpista. “Sandice” que significa “ato, dito ou afirmação que traduz ignorância ou falta de inteligência; disparate, tolice, necedade, parvoíce” (Houaiss, 2009) evoca, como as menções anteriores, conceitos que questionam as capacidades intelectuais da presidenta.

Outro elemento que contribui para essa *polarização* ideológica é quando se diz que “o Brasil sob o PT, entrou de vez no clube dos bolivarianos”. Esse tipo de asserções é comum (VanDijk, 1996) para expressar opiniões, baseadas em modelos ideológicos. “Bolivarianos” (de “bolivariano”: pertencente ou relativo a Simón Bolívar, militar e estadista venezuelano (1783-1830) – Houaiss, 2009) que perde seu significado original e é usado com ironia.

[7] Para sustentar sua teoria da conspiração, Dilma sugeriu que os depoimentos dos envolvidos no escândalo da Petrobrás foram deliberadamente vazados para servir à “manipulação política” por parte da oposição. “Eu acho muito estranho e muito estarrecedor que, no meio de uma campanha, façam esse tipo de divulgação”, disse a presidente.

[8] No, entanto, os depoimentos a que ela se referiu não foram vazados. A ação na qual eles foram colhidos não corre em segredo de Justiça – e nesses casos, a Constituição manda dar publicidade ao processo. Pelo cargo que ocupa, Dilma deveria saber disso, especialmente antes de fazer acusações tão graves. Mas o comitê de campanha da presidente não parece se importar com o que determina a lei, pois pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral Eleitoral, sabe-se lá com que argumentos para impedir que esses depoimentos continuem a ser publicados.

De novo aparecem *atribuições* explícitas negativas com uso da ironia como “sua teoria da conspiração” que implica, a partir do pronome ‘sua’, que a teoria pertence à presidenta, que não tem sustento fora dela. Porém, para falar sobre uma “teoria da conspiração” designa algum tipo de especulação apoiada em evidências pouco conclusivas. O uso da frase “manipulação política” entre aspas relativiza seu significado. E finalmente se acusa a Dilma de não se importar com a determinação da lei, o que é uma atribuição negativa.

[9] Assim, preocupa observar que, ademais de sua incapacidade como presidente, Dilma agora flerta com autoritarismo daqueles que não conseguem aceitar o contraditório e a alternância no poder. Ela incorporou a seu discurso as teses de uma militância rastaquera – que pode falar o que bem entende porque não tem responsabilidades institucionais. Se atribui a seus adversários intenções golpistas, segue-se que Dilma deslegitimará o resultado das urnas, se este lhe for desfavorável. Definitivamente, não é uma atitude digna de alguém que preze a democracia.

Neste último parágrafo segue o princípio de *polarização* ideológica observado desde o início do editorial: Dilma é caracterizada de forma negativa (incapaz, autoritária). No final o autor do texto arrisca uma conclusão e afirma que “Dilma deslegitimará o resultado das urnas, se este lhe for desfavorável”. Essa proposição não é propriamente uma expressão valorativa, mas uma asserção. É não termina ali, se condena a ação embora se trate de uma suposição (“não é uma atitude digna de alguém que preze a democracia”).

3.2.2 Editoriais de *El Mercurio*¹¹

31 de outubro de 2013

Reformar a qualquer custo?

[1] O plano da candidatura de Michelle Bachelet é fazer “reformas de fundo” no constitucional, educacional e tributário. Planteia que a educação em todos seus níveis é um “direito social” que deve ser garantido pelo Estado, isto é, distribuído em forma gratuita. Não parece importar se o conteúdo dos estudos é do pretendido interesse social, sua duração adequada o seu custo razoável. Repudia a competência entre colégios e universidades como meio para assegurar uma educação acorde com as preferências dos donos ou dos alunos, e para promover sua administração eficiente. Sem reparar no desigual que resultaria, estende a gratuidade a todos os futuros profissionais, sem importar se proveem das famílias mais afortunadas o si suas rendas lhes permitiriam devolver ao Estado o custo de seus estudos.

No título aparece à ideia geral do texto que aborda a intenção da candidata Bachelet de realizar reformas, como o cabeçalho diz “a qualquer

¹¹ Para consulta da versão original dos editoriais (espanhol) ver Anexo 3.

custo”. Essa última frase sugere que na ação de reformar haverá um preço a pagar. Já no primeiro parágrafo mostra atribuições negativas a Bachelet quando se fala sobre fazer “reformas de fundo” e quando se plantea a educação como “direito social”. Ambas as expressões aparecem entre aspas, estratégia discursiva que relativiza os significados das frases.

Assim como também, observamos neste texto expressões opinativas que *implicitamente* colocam à candidata como desinteressada ou descuidada sobre o tema: “não parece importar se o conteúdo dos estudos é do pretendido interesse social; sem reparar no desigual que resultaria, estende a gratuidade a todos”. A linha ideológica desse editorial mostra a discordância com a proposta de Michelle.

[2] Isso todo é caro. O programa contempla uma forte alça tributária, em parte, para suprir os fundos que hoje destinam as famílias de ingressos médios ou altos ao “financiamento compartilhado” do ensino escolar de seus filhos ou ao pagamento das tarifas da educação superior.

[3] Especificamente, Bachelet propõe subir o equivalente a 3% do PIB da carga tributária. Isso, mais os aumentos da arrecadação provenientes do crescimento econômico, lhe permitiriam abordar os custos da gratuidade educacional, elevar sua qualidade com maiores desembolsos e eliminar paulatinamente o déficit fiscal estrutural hoje estimado em 1%. Como já havia sido adiantado na campanha primária – numa proposta que não parece ter sido modificada - depois da incorporação de conotados expertos vinculados ao PDC -, a principal ferramenta tributária é o incremento aos 25% do imposto das empresas a eliminação do FUT, que termina elevando sua carga tributária em quase 40% e levando-a – como fração do PIB - a um dos valores mais altos entre os países membros da OCDE.

A proposta de Bachelet sobre o aumento de impostos para financiar a educação é apresentada de forma negativa. A escolha do termo “caro” (que tem preço alto, elevado; cujo preço ultrapassa seu valor real - Houaiss, 2009) conota que o custo a pagar ultrapassa um preço justo, o que implica um prejuízo. Outra *atribuição* negativa é quando se diz que a proposta de Bachelet levaria a carga tributária a um dos valores mais altos entre os países da OCDE. É importante destacarmos que o texto foca suas expressões valorativas nas

consequências em torno dos contribuintes da proposta, e são claramente negativas.

[4] A referida proposta tem sido questionada pelos mais variados especialistas, por desestimular a economia, a inversão, o empreendimento e a inovação. Advertiu-se que os fundos de pensão de todos os chilenos e os 500 mil acionistas e investidores de fundos mútuos sofreriam perdas patrimoniais importantes e problemas de liquidez. Tem-se planteado que a fórmula especial proposta para as pequenas empresas é inferior aos regimes chamados 14bis e 14quater hoje vigentes que beneficiam a mais de 140 mil pequenas empresas, os quais seriam invalidados. Outro tanto ocorre respeito da fórmula de depreciação instantânea, que neutralizaria o efeito da reforma sobre a inversão. Preveiu-se que essa ideia exacerbaria o endividamento por parte das empresas nacionais e estrangeiras que invertem em Chile, afetando a fortaleza patrimonial de nosso sistema empresarial e financeiro. No debate se tem destacado, ademais, as inúmeras complexidades técnicas do desenho esboçado, mas o programa de Bachelet insiste na ideia e mantém a incerteza sobre os reais alcances da reforma.

Neste parágrafo novamente se observam *atribuições* negativas à proposta de Bachelet. Menciona-se que *especialistas* a questionaram. Essa proposição sugere que não cumpre com os requisitos necessários para obter a aprovação dos profissionais, o que implicaria uma falta de competência. Já as frases “sofreriam perdas” e “seriam invalidados”, que descrevem as possíveis consequências da reforma nos acionistas e pequenos empresários chilenos, também contribuem na apresentação negativa de Bachelet. O trecho termina com a asserção de que Michelle “mantém a incerteza (falta de certeza; dúvida, hesitação, indecisão, imprecisão, - Houaiss, 2009) sobre os reais (de ‘real’: que existe realmente, verdadeiro; que não é falso, ilusório ou artificial – Houaiss, 2009) alcances da reforma”. Essa expressão valorativa insinua que a candidata conhece de forma imprecisa ou ilusória as consequências da sua proposta; o que contribui para apresentação de Bachelet como uma pessoa incompetente, de forma *implícita* no texto.

[5] Obviamente, o que está em jogo é importante. Se são válidas as críticas o programa de Bachelet seria incompatível com o 5% de crescimento anual do PIB potencial e a criação de mais de 600 mil empregos que planteia. São metas ambiciosas que exigem um

clima económico propicio. De não se cumprir, o segundo governo da candidata centro-esquerdista não só estaria condenado a coletar profundas frustrações, mas que inclusive, subindo impostos careceria dos recursos para fazer possível essa combinação de generosidade fiscal e equilíbrio orçamentário que hoje auspiciosamente promete.

A expressão “o que está em jogo” (‘Estar em jogo’. Diz-se daquilo cujo destino está dependente de circunstâncias, decisão, acaso; estar em causa – Da Silva, 2013) é *importante* e implica que a reforma teria grandes repercussões. Neste parágrafo também se observa *atribuições* negativas implícitas para Bachelet - através de escolhas léxicas como “incompatível”, “condenado” e “frustrações”-, ao apresentar hipoteticamente um panorama desfavorável, caso sua proposta for aprovada. Encerra-se com a asserção de que a candidata “auspiciosamente promete” uma “combinação de generosidade fiscal e equilíbrio orçamentário”. Aqui a escolha do termo “auspiciosamente” embora tenha uma conotação positiva evoca o plano das predições, do abstrato mais do que do concreto; enquanto que “promete” implica um compromisso verbal. Assim, a frase completa implicaria um compromisso pouco tangível da candidata.

19 de novembro de 2013

Trajetória eleitoral de Bachelet

[1] Michelle Bachelet debutou eleitoralmente nas eleições municipais de 1996 como candidata a vereadora por *Las Condes* (pelo PS dentro do pacto *Concertación*, quando o vereador mais votado se erigiria em prefeito), obtivendo 2622 votos (2,35%). Essa magra votação não foi obstáculo para que o presidente Ricardo Lagos a nomeasse ministra da saúde de seu governo em 2000. Seu labor não esteve isento de críticas e manteve disputas com os mais próximos assessores ao presidente em essas matérias, que finalmente ativaram sua saída desse cargo em 2002; mas conseguiu uma visibilidade mediática importante, que a levou a se manter em seu gabinete, essa vez como ministra de defesa. Seu labor nesse cargo teve aspectos simbólicos – mulher, filha de general da Força Aérea dolorosamente falecido enquanto estava detido, e socialista -, que catapultaram sua figura a nível nacional, e a levaram à presidência da república em 2006.

As expressões valorativas aqui observadas apresentam à candidata com *atribuições* negativas implícitas. A primeira é quando se fala que o presidente Ricardo Lagos a nomeou ministra da saúde, apesar de ter obtido 2,35% de votos nas eleições para vereador. A cifra é desfavorável, e sugere implicitamente que obteve um cargo político, apesar de seu baixo respaldo popular. Outros aspectos negativos aparecem quando se descreve seu labor com as frases “não esteve isento de críticas” e “manteve disputas”.

[2] Nessa ocasião obteve no primeiro turno 3, 190, 961 votos (45,96%), que embora inferior à suma dos votos dos candidatos da Alianza, Sebastián Piñera e Joaquín Lavín, lhe permitiu ganhar depois o segundo turno, ao obter 3, 723,019 votos (53,5%). Durante seu governo, após um início cheio de problemas –“a *revolución pingüina*” e o desastroso projeto *Transantiago*, entre outros- que levaram sua popularidade bastante por debaixo dos 40%, teve depois uma ascensão espetacular, embora paradoxal, pois iniciou quando se desatou a crise financeira em 2008, e se acentuou especialmente quando o país caiu em recessão em 2009. Deixou o governo com níveis de popularidade inéditos, de 80%, mas que não pode transmitir ao então candidato da Concertación, Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

A opinião principal do parágrafo é ressaltar as caracterizações negativas do governo Bachelet. Isso aparece nas frases que descrevem esse período: “cheio de problemas”, “desastroso projeto *Transantiago*”, “popularidade bastante por debaixo”, “crise financeira” e “o país caiu em recessão”. A última oração fala sobre a alta popularidade de Michelle no final de seu mandato (80%) – atribuição positiva; porém está seguido de um *contra-argumento implícito* oposto, quando se fala que essa popularidade não se transmitiu ao seguinte candidato da Concertação. Essa estratégia discursiva cria um balanço entre uma e outra asserção.

[3] Posteriormente, ao assumir o cargo de diretora executiva da ONU Mulheres, sediada em Nova York, sua popularidade, longe de cair, se manteve, a pesar da distância e das críticas que sua gestão presidencial recebeu pelo 27-F, o *Transantiago* e o relativo medíocre desempenho econômico geral de seu período, embora excluindo a recessão de 2009. Ela se traduz depois num fenômeno eleitoral, ao conseguir aglutinar a uma mal avaliada *Concertación*, transformada em *Nueva Mayoría*, em torno a sua candidatura presidencial, que

obteve 72% das preferências em seu primeiro turno. Parecia constituir, efetivamente, um “*tsunami* eleitoral”.

Na primeira parte desse trecho observamos algumas *atribuições* negativas a Bachelet quando se fala “das críticas que sua gestão presidencial” ou “o relativo medíocre desempenho econômico geral de seu período”. Enquanto, na segunda parte as caracterizações parecem ser mais equilibradas, por uma parte, se fala sobre a “mal avaliada *Concertación*” e por outra se descreve Bachelet como um “*tsunami* eleitoral”. Entretanto, atente-se a como se relativiza essa última frase, que poderia ser favorável à candidata, com o uso das aspas.

[4] Porém, os resultados que conseguiu na recente eleição presidencial mostram uma atenuação dessa potência eleitoral: não obteve a vaticinada maioria absoluta no primeiro turno – só o 46,7%, isso é, apenas ainda não adquiria seu tamanho atual -, o que se traduz em 3,070,012 votos, isso é, 120 mil votos menos que nesse ano. O que tenha havido nove candidatos não explica, mas ratifica essa atenuação, pois sua pessoa não foi capaz de contrapor esse efeito. De igual forma, obteve uma porcentagem menor que a *Nueva Mayoría* em deputados (47,73%) e em senadores (50,64%), o que deixa em interrogante a relação causal de conquista de votos entre a eleição presidencial e a parlamentária. Ademais, nas regiões I y II, as com mais altos ingressos per capita não chegou aos 40%, e na Metropolitana apenas o superou sugerindo que sua capacidade de convocatória segue padrões distintos dos tradicionais da geografia econômica chilena. O anterior deixa espaço para reinterpretar o fenômeno eleitoral que sua pessoa encarna e que se verá desafiado por Evelyn Matthei, no segundo turno, de maneiras muito distintas das que enfrentou no primeiro. Esta vez sim se contrastarão projetos, pensamentos, estilos, conquistas e conhecimentos, e se farão esforços por mobilizar a novos e mais jovens eleitores, pondo novamente à prova essa potência.

Nessas linhas se opõem novamente as *atribuições* favoráveis da candidata com as desfavoráveis, quando se diz que os resultados do primeiro turno “mostram uma atenuação dessa potência eleitoral”. A eleição do conceito “atenuação” (perda da força ou intensidade; enfraquecimento, redução, limitação – Houaiss, 2009) implica uma caracterização negativa. Vemos também um contraste ideológico quando se menciona a Evelyn Matthei, sua principal adversária, na oração “O anterior deixa espaço para reinterpretar o

fenômeno eleitoral que sua pessoa encarna e que se verá desafiado por Evelyn Matthei...” Esta asserção implica crédito para Matthei porque a coloca como uma candidata capaz de desafiar uma oponente que obteve já o triunfo no primeiro turno.

Por fim, a última frase “Esta vez sim se contrastarão projetos, pensamentos, estilos, conquistas e conhecimentos...” sugere que outras vezes isso não aconteceu. Cabe salientarmos que o início do texto, se opina que o primeiro triunfo de Bachelet se deve a aspectos simbólicos em torno dela.

27 de novembro de 2013

O valor dos acordos

[1] Encorajados pelo êxito alcançado na eleição parlamentar, alguns representantes da *Nueva Mayoría* fazem ver que um eventual governo de Michelle Bachelet não necessitaria procurar um acordo amplo em torno a várias das reformas legais e constitucionais pelas quais defende sua candidatura. Os votos do bloco lhe assegurariam a maioria em ambas as câmaras e, somente com mais um esforço, reuniria os quóruns qualificados necessários para modificar leis orgânicas, constituições e, incluso, talvez os requisitos para certas emendas constitucionais. Em contrário, dentro do pacto surgem algumas vozes dissidentes – por exemplo, a do presidente da Democracia Cristã, senador Ignacio Walker, e a de outros reconhecidos membros de sua diretiva -, destacando o valor de construir acordos e recusando “passar a aplanadora”.

O título “O valor dos acordos” indica a importância de realizar resoluções conjuntas. Já no primeiro parágrafo observamos a ideia principal do editorial que é ressaltar que as reformas propostas por Bachelet deverão se fazer entre todas as forças políticas. As primeiras expressões valorativas em torno de Michelle aparecem em um tom positivo, pois se fala da ampla vantagem que teria na aprovação de suas reformas. Porém, depois se apresenta um contraste retórico, através da oposição dessas *atribuições* com as opiniões das vozes “dissidentes” que destacam “o valor dos acordos” e recusam “passar a aplanadora”. Dessa forma, temos uma mudança nas *atribuições*, positivas para a Democracia Cristã e negativas para a *Nueva*

Mayoría, pois sugere *implicitamente* que é impositiva ao invés de fazer acordos.

Por outro lado, a metáfora usada na frase “passar a aplanadora” é utilizada para descrever à *Nueva Mayoría* como uma força política forte, mas principalmente capaz de agir como uma máquina avassaladora, ameaçante.

[2] É preocupante que se interprete uma vitória eleitoral – Sem dúvida muito influenciada pela alta popularidade pessoal da candidata presidencial- como um mandato inapelável por parte da cidadania ao aplicar um programa radical de câmbios ao sistema político, econômico e social que nos rege. Há nele ecos daquele “avançar sem ceder” que tanto dano causou ao Chile há 40 anos. É certo que o programa estabelece a intenção de reescrever a Constituição, de avançar para a gratuidade universal na educação – embora ele em importante medida limite a liberdade de eleger onde estudar- e propõe um drástico aumento de impostos que poderia prejudicar a capacidade das empresas de criar empregos. Mas esses e outros compromissos admitem muitas variantes e seus complexos detalhes estão ainda por se definir.

Aqui a escolha do termo “preocupante” (de ‘preocupar’: causar preocupação; dar ou ter cuidados; tornar-se apreensivo; impressionar(-se), inquietar(-se), - Houaiss, 2009) representa um tipo de perigo a antecipada interpretação sobre a vitória eleitoral de Bachelet. Novamente se observam *atribuições* negativas ao projeto de reformas proposto pela Nueva Mayoría, principalmente quando se emprega um *recurso à história* na oração: “Há nele ecos daquele “avançar sem ceder” que tanto dano causou ao Chile há 40 anos”. Nessa proposição existe uma interpretação claramente ideológica, pois se condena ao governo socialista de Salvador de Allende que foi derrotado por um golpe de Estado conservador em 1973. Essa opinião está organizada de acordo a uma pauta ideológica que *polariza* ao grupo de Bachelet (comparando-o com o governo de Allende) com os interesses do jornal.

Outras descrições negativas sobre o programa de Bachelet se observam quando se fala do seu projeto de educação gratuita, na eleição de frases como “limite a liberdade de eleger onde estudar”, “propõe um drástico aumentos de impostos” ou “prejudica a criação de empregos”.

[3] Muito dependerá, certamente, da liderança que exerça Michelle Bachelet. Por hora, ela está avocada a assegurar o triunfo segundo turno de 15 de dezembro e reiterou seus compromissos programáticos. Mas ninguém pode desconhecer que grande parte de sua popularidade provê de sua gestão no governo da *Concertación*, como ministra, primeiramente, e depois como Presidenta. Embora seus eleitores esperem que as mudanças que propõe seu programa sejam vantajosas, é quase certo que supõe também que elas seriam implementadas segundo tem sido costume no Chile nos últimos 25 anos, isto é, priorizando os acordos transversais, buscando terreno comum, convergindo a soluções moderadas e compartilhadas pela grande maioria da cidadania. Nada pareceria mais distante ao caráter da candidata que a arrogância e o maximalismo que agora exibem alguns de seus seguidores.

[4] Caso resulte vencedora no segundo turno, o êxito da segunda Presidência de Michelle Bachelet e das reformas que propôs dependerá crucialmente de sua capacidade para unir desejos em torno a uma agenda moderada, tanto no interior de sua coalisão como além dela. Haverá que saber interpretar a vontade da mudança expressada nas urnas, mas também considerar as muitas apreensões que ela desperta nos importantes setores da sociedade. Sem esse espírito e ainda contando com a maioria parlamentar necessária, seu programa correria o risco de acender a mecha da incerteza política e jurídica, fator que afortunadamente tem estado ausente do Chile por muitos anos e que é capaz de causar enorme dano econômico, social e político. Os setores mais moderados da Nova Maioria podem fazer muito para evitar a tentação de um giro para a esquerda dura.

As proposições do parágrafo 3 são principalmente recomendações sobre as posições ideológicas que, caso ganhar, Michelle Bachelet deveria seguir. Uma delas, em que se usa *o recurso à história*, é quando se diz que nos últimos 25 anos (desde a transição à democracia chilena) a política tem buscado soluções moderadas e sugere que se deve seguir desse modo.

No trecho seguinte, seguem as recomendações. Na oração “Haverá (Michelle) que saber interpretar a vontade da mudança expressada nas urnas, mas também considerar as muitas apreensões que ela desperta nos importantes setores da sociedade” convida a procurar acordos com grupos opositores. Nessas linhas e nas seguintes, o jornal expressa sua preocupação pelo suposto risco que um eventual governo de Bachelet representaria. Isso pode observar-se nas escolhas léxicas (“apreensões”, “risco”, “incerteza” e “evitar”) das frases que caracterizam negativamente esse bloco político: “as muitas apreensões que ela (Michelle) desperta”; “seu programa correria o risco

de aprender a mecha da incerteza política e jurídica”; e, “evitar a tentação de um giro para a esquerda dura”.

[5] A *Alianza* – uma vez superado o impacto de somar resultado parlamentar e talvez fortalecida com uma boa defesa de suas ideias durante o trajeto de campanha presidencial ainda faltante- pode cumprir o papel chave, alertando contra os excessos e promovendo mudanças que não desnaturalizem a exitosa trajetória de progresso econômico e social que tem seguido o Chile por mais de três décadas.

Este parágrafo apresenta uma continuação da ideia do anterior. Aqui se apresenta um contraste retórico a partir da caracterização positiva da *Alianza* depois de ter apresentada negativamente à *Nueva Mayoría*. No trecho anterior se caracterizava ao grupo de Bachelet como uma ameaça, incerta e capaz de radicalizar-se. Porém, na última parte do editorial a *Alianza* “pode cumprir o papel chave, alertando contra os excessos e promovendo mudanças”.

8 de dezembro de 2013

Conteúdos

[1] A campanha do segundo turno não tem conseguido estabelecer um ambiente eleitoral que evidencie o contraste entre as propostas de ambas as candidatas. As diferenças existentes entre uma sociedade baseada em direitos sociais garantidos – os quais oferecem a *Nueva Mayoría* e Michelle Bachelet - e outra baseada na autonomia individual das pessoas para que estas construam suas vidas com liberdade responsável – o que oferece a *Alianza* e Evelyn Matthei - deveriam dar lugar a mensagens, conteúdos e debates de força muito maior do que se tem observado nestes dias.

O título deste editorial tem uma ligação com o primeiro parágrafo. A escolha léxica “Conteúdos” (de “conteúdo”: significação mais profunda; relevância, - Houaiss, 2009) está implicada nas opiniões que falam sobre a falta de aprofundamento das propostas de Bachelet e Matthei. Neste parágrafo as *atribuições* das duas candidatas se observam positivas (“direitos sociais”, “autonomia individual, liberdade”). Porém, a nível estrutural, a proposta de

Matthei ocupa um espaço maior, a partir de uma descrição um pouco mais detalhada.

[2] É possível que a distância eleitoral do primeiro turno conspire contra a atenção que se espera no segundo. Mas, provavelmente haja outras razões que estão dando este tom carente de intensidade que adverte nesta campanha. No caso de Matthei, pareceria ser difícil para ela – que dispôs de muito pouco tempo para instalar um discurso que transmitisse com clareza suas ideias no primeiro turno - tentar fazê-lo nos poucos dias que restam para o segundo. Assim que seu esforço esteja orientado, mais bem, a entusiasmar aos eleitores para que votem, do que transmitir uma mensagem com conteúdo, ideias e propostas.

Aqui observamos que as *descrições* sobre as ações de Matthei tem um tom favorável, especialmente quando se justifica a falta de intensidade em sua campanha com a frase “*dispôs de muito pouco tempo*”. O jornal sugere que suas ações estão desculpadas. Embora o tempo de campanha tenha um carácter objetivo de acordo com a lei eleitoral chilena, para *El Mercurio* este é valorativo quando concerne a Matthei.

[3] No caso de Bachelet sua campanha está evidenciando dois tipos de conteúdo. Por um lado, os que ela ou os assessores de sua campanha entregam em entrevistas ou segmentos midiáticos e outro, nos letreiros publicitários que se distribuem nos lugares públicos. Nos primeiros enfatizam-se seus planejamentos com respeito a importantes mudanças legais e constitucionais para Chile que estão por vir, enquanto nos segundos são transmitidas mensagens com ofertas, tais como melhores pensões, educação pública de qualidade, mais hospitais e outras semelhantes, que tem um carácter mais *cosísta* do que doutrinário. Parecem querer tranquilizar aqueles eleitores para os quais as mudanças resultam ameaçantes, mediante promessas genéricas que possam resultar atrativas e, em sua maior parte, compartilhável por todos: alguém poderia não querer educação de qualidade e melhores pensões? Dessa maneira busca ampliar sua base eleitoral e, no caso de ser eleita, invocar que todos que votaram por ela apoiem as mudanças, apesar de que alguns tenham sido seduzidos apenas por tais ofertas.

A linha opinativa deste trecho apresenta caracterizações negativas explícitas sobre o conteúdo da campanha de Bachelet. As escolhas léxicas e fraseológicas “*cosísta*”, “*ameaçantes*”, “*promessas genéricas*” e “*ofertas*” são

descrições que evocam um certo nível de superficialidade nas mensagens da *Nueva Mayoría*. A frase “promessas genéricas” implica um compromisso em termos vagos, incertos; já “seduzidos” (de ‘seduzir’: convencer com arte e manha, persuadir com astúcia, sob promessa de vantagens, - Houaiss, 2009) “por tais ofertas” (*de oferta*: quantidade de bens, ou de serviço, que se oferece no mercado, - Houaiss, 2009) parece sugerir algum tipo de tramoia no seu método de convencimento para adquirir as “ofertas”. Por outro lado, o termo “ameaçante” já foi observado anteriormente em outros editoriais, em que se descreve o projeto de Bachelet como arriscado.

[4] Embora trate-se de uma tática eleitoral atrativa, tem o inconveniente de que multiplica em ambas direções as ofertas e expectativas da cidadania durante sua eventual gestão. Como nesse evento, também gozaria de maioria em ambas as câmaras e alta probabilidade de acesso a quóruns qualificados, não teria desculpas para falhar em suas promessas, incubando-se, assim uma pressão adicional para esperar uma gestão de excelência e imensos logros. Embora estejamos frente a uma campanha sem tensão, ela é a antessala de uma eventual Presidência agitada.

Neste último parágrafo se faz uma valoração sobre a tática eleitoral da *Nueva Mayoría*. Primero se caracteriza positivamente como “atrativa” e depois se cria um contraste retórico negativo quando se diz que tem o “inconveniente” de que multiplica as expectativas da cidadania. Assim, se ressaltam algumas opiniões que implicam exigências (o que sugere algum tipo de ceticismo do jornal sobre a execução do projeto de Bachelet). Isso se pode observar nas frases “não teria desculpas para falhar em suas promessas” e “esperar uma gestão de excelência e imensos logros”.

3.2.3 Observações comparativas dos editoriais analisados do Estado de São Paulo e de *El Mercurio*

Depois de termos revisado os editoriais de O Estado de S. Paulo e *El Mercurio* nossas observações constatarem basicamente o seguinte: 1. Os textos do Estado de S. Paulo mostraram uma polarização ideológica maior que os de *El Mercurio*; 2. Os editoriais do Estado de S. Paulo são mais explícitos em suas

proposições negativas Dilma que os de *El Mercurio* com respeito a Bachelet; 3. As expressões opinativas tendem a ser mais polidas em *El Mercurio*, pois inclusive se observam caracterizações negativas de Bachelet implícitas; já no Estado de S. Paulo se identificaram vários insultos contra a candidata Rousseff; 4. Nos dois jornais observamos atribuições negativas contra as candidatas mencionadas, em todos os casos analisados; 5. Os candidatos da oposição (Aécio e Matthei), em ambos os países, quando mencionados, foram apresentados de forma positiva e houve uma tendência a diminuir as suas falhas e, 6. Nos editoriais do jornal brasileiro se observou uma caracterização da Dilma ou seu partido (PT) como pouco competente e inteligente – em vários casos se lhe caracterizou de forma irônica -; enquanto que no jornal chileno, as descrições de Bachelet têm a ver mais com a ‘ambiguidade’ ou ‘inviabilidade’ de suas propostas. Na tabela a seguir (Ver Tabela 2) se apresentam de forma resumida algumas observações de nossas categorias analíticas.

Tabela 12. Comparações categóricas dos editoriais

	Editorial	Categorias											Observações
		Polarização	Coerência de opinião	Atribuição	Descrição	Interesse	O implícito	Meta opiniões	Expressão	Omissões	Argumentos	O recurso à história	
Estado de S. Paulo	Liberdade para opinar	X		X			X	X	X				Observam-se atribuições e apresentações negativas para Dilma
	A razão contra a baixaria	X		X					X	X			As opiniões negativas são explícitas contra Dilma. Coloca-se em dúvida sua competência.
	O mundo encantado de Dilma	X		X	X		X		X				Associa-se a Dilma com situações pouco inteligentes.
	A cartada do golpe	X		X	X				X				Inclui opiniões negativas muito explícitas (insultos)
El Mercurio	Reformar a qualquer custo			X			X		X				Apresenta-se a Bachelet como desinteressada.
	Trajectoria eleitoral de Bachelet			X			X		X		X		As atribuições são equilibradas com tendência negativa implícita.
	O valor dos acordos	X		X			X					X	Os fatos históricos são interpretados ideologicamente.
	Conteúdos			X	X		X			X			A caracterização negativa de Bachelet é explícita.

FONTE: A AUTORA (2016).

Outros aspectos significativos a qual devemos mencionar é a escolha de lexical, pois é também um aspecto que mostra a diferença e similitude entre a composição discursiva de um jornal e outro. Termos como “ameaçante”, “recessão”, “incompatível” e “frustrações” acompanhas as caracterizações em torno de Bachelet, enquanto que para Dilma aparecem “leviana”, “ignorância”, “incompetência” e “desastre”. Sendo assim, é muito importante salientarmos que revisar os aspectos contextuais nos permite aprofundar sobre os aspectos caracterizadores das candidatas, pois nem todas as expressões valorativas são explícitas nos editoriais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste estudo foi identificar os elementos textuais, semelhantes e diferentes, que compuseram os jornais *El Mercurio* e o Estado de S. Paulo em torno das duas candidatas a presidente: Michelle Bachelet (Chile) e Dilma Rousseff (Brasil) nas eleições presidenciais de 2013 e 2014. Com a implementação de nossa pesquisa, conseguimos atingir a totalidade de nossos objetivos de pesquisa. Porém, em relação a nossa hipótese houve uma diferença, já que inicialmente acreditávamos que os jornais se posicionariam favoravelmente para aqueles candidatos com quem compartilham da sua linha ideológica; porém isso não aconteceu. Ambos os jornais se focaram em apresentar negativamente às candidatas contrárias à sua ideologia mais do que apresentar positivamente a seus aliados.

Os resultados gerais de nossa pesquisa são os seguintes: a análise quantitativa permitiu conhecer algumas generalidades sobre o fenômeno estudado, por exemplo, que no jornal O Estado de S. Paulo em menção a candidata estudada foi maior que em *El Mercurio*; que as predominâncias dos temas quando se citou às candidatas, em ambos os jornais, privilegiaram a Campanha eleitoral (37,6% O Estado de São Paulo e 48,5% *El Mercurio*). Outro aspecto constatado foi que a principal abrangência de suas abordagens, nos dois casos, foi a nacional (O Estado de S. Paulo 86%, *El Mercurio* 93,9%). Enquanto a variável valência, uma das mais relevantes para este estudo, identificou que nos dois casos predominaram os valores negativos: Dilma de

forma mais radicalizada (88,2%) que Bachelet (66,7%). Além disso, no caso da Dilma não apareceram valências positivas (0%) e para Michelle apenas uma (3,0%). Isso nos permitiu visualizar o comportamento similar entre os dois casos, mas também um aspecto que determinou a análise comparativa: na abordagem de uma candidata de oposição aos interesses do jornal, o Estado de S. Paulo é mais radical nas suas expressões negativas que *El Mercurio*. Em síntese, Dilma foi mais citada, porém essas citações foram mais negativas em comparação com Michelle.

O mesmo se verificou na análise qualitativa na qual foram revisadas as particularidades de nosso fenômeno, a partir do estudo das opiniões, parágrafo a parágrafo dos editoriais. A polarização ideológica predominou no Estado de S. Paulo e, diferentemente de *El Mercurio* as expressões valorativas são mais explícitas, pois, usou-se mais a ironia ou inclusive os insultos contra a candidata. Em *El Mercurio* observamos mais caracterizações negativas implícitas, a partir de recursos discursivos e estilísticos que sugerem asserções de forma sutil. Porém, também se encontraram atribuições explícitas. Em suma, ambos os jornais se posicionaram negativamente contra as candidatas progressistas em seus países; enquanto o jornal chileno se mostra mais flexível em reconhecer alguns atributos positivos da Bachelet, o diário brasileiro se mostra discordante com Dilma em todo momento.

Essa relação de distância ideológica entre os jornais e as candidatas é tanto implícita quanto explícita, se levarmos em consideração que os primeiros seguem uma linha editorial conservadora e que as contendentes representam ideologias progressistas. Acreditamos que o interessante de nossa pesquisa foi observar que mesmo apesar desse aspecto, constata-se que os jornais escolhem como exercer suas posições, em termos de visibilidade e na apresentação de suas valorações, sejam elas de forma polarizada e sarcástica ou moderada e até mesmo conciliadora. E isso poderia guardar alguma relação com o contexto eleitoral. Lembramos que a eleição brasileira foi bem mais disputada que a eleição chilena.

Por outro lado, também podemos concluir que a partir do 'quadro ideológico' (VanDijk, 1996) que aborda uma estrutura valorativa abstrata de polarização, (Eles/Nós) foi possível compreender aspectos sobressalentes de

nosso fenômeno, pois se observou constantemente que segue um modelo dual ideológico, no qual os jornais se colocaram de um lado, e as candidatas do outro. Assim, quando elas foram caracterizadas, se seguiu, uma pauta de apresentação favorável/desfavorável, em que os diários se *autoapresentaram* positivamente e as candidatas negativamente.

O aporte principal deste trabalho foi observar os discursos de dois jornais sul-americanos, de grande influência, em um contexto eleitoral e, a partir de dados quanti e qualitativos, mostrar comparativamente seu comportamento e os modelos discursivos que se revelam na apresentação das candidatas. Isso contribui, embora de forma reduzida, ao conhecimento sobre a construção discursiva da imprensa opinativa da região, no presente século.

Por fim, é importante mencionarmos que este trabalho é apenas uma aproximação sobre o estudo deste fenômeno. Assim, poderíamos indagar sobre futuras linhas de investigação: como continuação a este trabalho se poderia ampliar o estudo qualitativo, tanto na quantidade dos jornais analisados como nas técnicas interpretativas, pois se considera que com os resultados obtidos se aprofundaria mais sobre o entendimento das opiniões nos jornais analisados. Por outro lado, outras linhas que poderiam se seguir são as análises estruturais dos textos, pragmáticas ou argumentativas. Assim também, poderia se aportar desde uma perspectiva mais quantitativa, incrementando o número de jornais estudados.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO F., A autoria institucional nos editoriais de jornais, **Alfa Revista de Lingüística**, São Paulo, 2006, pp. 77-89.

AMIN S., El futuro de la polarización global. Em CASSANOVA, P. **El mundo actual: situación y alternativas**, Siglo XXI Editores, Argentina, 2002, 9p. ANJ, Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornaisdo-brasil>, acesso em 8 de dezembro de 2014, 15:47:30.

ANJ, Maiores jornais do Brasil. Disponível em: <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil>, acesso em 8 de dezembro de 2014, 15:47:30.

BOBBIO N. **Dicionário de política**, Editora UNB, vol. 1, Brasília, 1982.

CARREIRÃO Y. D. S., O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente, **Revista Brasileira de Ciência Política**, no. 14. Brasília, maio-agosto 2014, pp. 255-195.

DADER, J. Del periodista pasible, a la obviada, informativa y otras... **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, Universidad Complutense de Madrid, 26 de abril de 2007, p.50.

DA SILVA, V. A. T. “Notícias do Rio”: a intervenção no jornal Estado de S. Paulo e a autolegitimação do Estado Novo (1939-1945). Dissertação de mestrado com a obtenção de título de Mestre em História Social, FFLCH, São Paulo, 2012.

DA SILVA J. P. **Dicionário Brasileiro de Fraseologia**, Versão Preliminar, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.josepereira.com.br/ /DBF_2013.pdf acesso 16 de novembro de 2015.

DUCROT, O., **El decir y lo dicho, Polifonía de la enunciación**, España, Ediciones Paidós, 1986.

ELECTIONS RESOURCES, Recursos Electorales en la Internet: Elecciones Presidenciales y Legislativas en Chile- Consulta de Resultados. Disponível em: <http://www.electionresources.org/cl/presidente.php?election=2009>, acesso em 5 de junho de 2015.

EL MERCURIO, El Mercurio líder en circulación. Disponível em: <http://www.elmercuriomediacenter.cl/el-mercurio-lider-en-circulacion-un-98-mas-deejemplares-promedio-lunes-viernes> acesso em 5 de dezembro de 2014, 20:30:15.

EL MERCURIO, Quiénes Somos.

<http://diario.elmercurio.com/Modulos/ayuda/quienessomos.asp> acesso 13 de dezembro de 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**, Universidade de Brasília, 2001.p. 90

FUSER I. O Estado de S. Paulo e a diplomacia do pragmatismo responsável, **Comunicação: Tecnologia e Política**, 2008, p. 26.

GARRETÓN M. A., GARRETÓN R., La democracia incompleta en Chile: La realidad tras los rankings internacionales, **Revista de Ciencia Política**, vol. 30, no. 1, 2010, Chile, p. 117.

GOBIERNO DE CHILE, Fin al binominal: conoce el nuevo sistema electoral, Disponível em: <http://www.gob.cl/2015/04/27/fin-al-binominal-conoce-el-nuevo-sistema-electoral/> acesso 15 de junho de 2015.

GOMES W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. Paulus, São Paulo, 2004, 451 pp.

GONZÁLEZ P. M. La historia reciente de Chile a través de “La semana política”, **Estudios públicos**, 1992, p. 366-477

GRUPO ESTADO, História do grupo Estado nos anos 1870. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm, acesso 4 de maio de 2014

GRUPO ESTADO, Código de conduta e ética. Disponível em: http://www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf acesso 1 de abril de 2015.

GUDYNAS, E. El nuevo extractivismo progresista. Boletín de seguimiento a políticas de recursos naturales. Observatorio Boliviano de Industrias Extractivas.

Janeiro de 2010, 1-2p.

GUTKOSKI, C. REDAÇÃO, Lula vence Alckmin e se reelege presidente, *UOL*, Campanha Presidencial, São Paulo, Disponível em:

<http://eleicoes.uol.com.br/2006/especial/lula/index.jhtm>, acesso 20 de dezembro de 2015.

HABERMAS J. **Mudança estrutural da esfera pública**, Tempo Brasileiro, 1962. 220 p.

HOUAISS, **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**, Editora Objetiva Ltda, Versão monousuário 3.0, Brasil, 2009.

INFOBAE, A um mês de irse, Piñera registra la mayor popularidade de su mandato, Política, 5 de febrero de 2014, Disponível em: <http://www.infobae.com/2014/02/05/1541756-a-un-mes-irse-pinera-registra-la-mayor-popularidad-su-mandato> , acesso 20 de maio de 2015.

KECK, M., PT- **A lógica da diferença, o Partido dos Trabalhadores na lógica da democracia brasileira**, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, Rio de Janeiro, 2010, 366p.

KINZO M.D.A., CARREIRÃO Y.D.S., Partidos Políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002), **Revista de Ciências Sociais**, vol. 47, no. 1, Rio de Janeiro, 2004, pp. 131-168.

LATTANZI, J. FARIA, F., O Estado de S. Paulo: um expoente da imprensa conservadora (1889 – 1929), XXVII Simpósio Nacional de História, Natal RN, 22 a 26 de julho e 2013, p.8.

LE, E. **Editorials and the Power of Mídia**, Jonh Benjamin Publishing Company, Amsterdam/Philapelphia, 2010.

LEÑERO, V. e MARÍN, C. **Manual de Periodismo. Teoría y técnica de la comunicación impresa**, Ed. Plus Ultra, México, 1985, 57p.

MARQUES F. P. J. A, MONT'ALVERNE, C. Jornalismo político e imagem pública. Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo, **Revista Contracampo**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF, Edição 28/2013, pp. 92-116.

MARQUES DE MELO J., **Jornalismo opinativo**, Campos do Jordão, Editora Mantiqueira, 2003, 103-104.

MICHELLE BACHELET, Biografía, Disponível em:

<http://michellebachelet.cl/biografia>, acesso 14 de junho de 2015.

MORENO, P. E. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del Diario El País. **ÁMBITOS**. Nº especial 9-10. 2º Semestre 2002 - Año 2003.

MOULIAN T. Limitaciones de la transición a la democracia en Chile, **Proposiciones**, No. 25, Chile, p. 26.

NORRIS, P. Comparative political communications: Common frameworks or Babelian confusion?, Harvard University, 2009, p. 1-15.

NÚCLEO CPOP, PESQUISA ELEIÇÕES 2014 - Livro de códigos Jornais, Proposta inicial – março 2014, UFPR.

POLETTI M., BRANTS, B. Between partisanship and cynicism: Italian journalism in a state of flux, **SAGE publications**, July 23, 2010, p. 331-332

PORTAL DO PLANALTO, Biografia da presidenta Dilma Rousseff, Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia/biografiadilma> Acesso 20 de junho de 2015.

RUIZ O. J. I., **Metodología de la investigación cualitativa**, Universidad de Deusto, Bilbao, 2012.

SANTOS F., Integração Regional e as Eleições Presidenciais de 2006 no Brasil, **Observatório Político Sul-Americano**, no. 2, Rio de Janeiro, fevereiro de 2006, pp. 1-13.

SECOM, **Pesquisa brasileira de mídia. Hábitos de consumo de mídia da população brasileira**, Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Brasília, 2014. Disponível em:

<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>, acesso 4 de abril de 2015.

SIAVELIS P. M. Enclaves de la transición y democracia chilena, Revista de Ciencia Política, volumen 29, no. 1, 2009, Chile, p. 5-7.

SOTO G. A. **El Mercurio y la difusión del pensamiento político neoliberal, 1955-1970**, Instituto Libertad, Santiago de Chile, 1993, p. 19-23.

TSE, Resultado Eleições 2006, Disponível: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/resultado-da-eleicao-2006> , aceso em 20 de janeiro de 2016

TOSO, S. G. La izquierda chilena y las elecciones: una perspectiva histórica (1882-2013), **Cuadernos de historia**, Departamento de Ciencias Históricas, Universidad de Chile, Junio 2014, p. 87-89.

UOL, Dilma é reeleita na disputa mais apertada da história; PT ganha 4º. Mandato, Disponível:

<http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/dilma-cresce-na-reta-final-e-reeleita-e-emplaca-quarto-mandato-do-pt.htm>, acesso 1 de junho de 2015.

VAN DIJK, T. A., El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, v. 186, p. 23–36, 1999.

VAN DIJK, T. A., Ideología y análisis del discurso, **Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**, Ano 10, no. 29, abril junho 2005, p. 9-36.

VAN DIJK, T. A., Opiniones e ideologías en la prensa, **Voces y culturas**, 10, II semestre, 1996, p. 9-50.

VERDUM, R., El nuevo extractivismo desarrollista em sudamerica. Disponível em: <http://www.extractivismo.com/noticias/verdum-extractivismo-desarrollista-sudamerica.html>, acesso em 8 de dezembro de 2014, 17:20:10.

WEFFORT F., Jornais são partidos? **Lua Nova** vol.1 no.2 São Paulo, set. 1984, p. 37-40.

ANEXOS

Anexo 1. Categorias analíticas para editoriais (baseado em Van Dijk, 1996).

Polarização	As opiniões podem estar organizadas de acordo com uma pauta ideológica que polariza ao próprio grupo e os alheios, Nós contra Eles.
Coerência de opinião	É a aplicação de uma atitude geral do texto que pode dar lugar a opiniões específicas sobre personagens ou temas específicos, por exemplo, o terrorismo.
Atribuição	Em contextos explicativos, os atos podem se atribuir a atores, e se explicar em termos de suas propriedades ou da situação. As más ações serão atribuídas aos outros e as boas ações serão geralmente auto assignadas a nós mesmos.
Descrição	A apresentação dos personagens, grupos ou instituições, a partir de suas denominações e exposições. Podem ser concretas ou abstratas e seguir o princípio de polarização ideológica (Nós/Eles).
Interesse	As opiniões positivas ou negativas sobre Nossas ações ou Suas ações seguem uma lógica valorativa baseada numa construção que define melhor Nossos interesses (do jornal).

O implícito	É possível inferir algumas proposições sobre a base de um modelo de fatos ou um modelo de contexto. A presença ou ausência de informação procedente de um modelo pode se constituir semanticamente como sua qualidade explícita ou implícita.
Meta-opiniões	As opiniões podem ser opiniões sobre outras opiniões. As opiniões positivas sobre nossos adversários são desqualificadas.
Expressão	A expressão de opiniões pode se intensificar recorrendo a vários procedimentos estilísticos ou retóricos.
Omissões	A informação negativa e, em consequência, as opiniões negativas sobre Nós, assim como a autocrítica, podem ficar completamente omitidas na confrontação ideológica.
Argumentos	As opiniões dos artigos editoriais e de opinião, frequentemente se formulam para dar suporte valorativo que define o ponto programático ou conclusão do artigo de opinião.
O recurso à História.	Nas opiniões ideológicas se invoca ou se oculta seletivamente a História.

Anexo 2. Editoriais do Estado de S. Paulo

25 de agosto de 2014

Liberdade para opinar

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou um pedido da coligação “Com a força do povo”, da candidata Dilma Rousseff à reeleição presidencial, que punha em risco a liberdade de expressão no País. O PT e seus aliados queriam que a divulgação da opinião de uma consultoria econômica na internet fosse considerada como prática de propaganda eleitoral irregular. A maioria dos ministros do TSE entendeu, entanto, que não fere a legislação eleitoral publicar e divulgar opiniões sobre os candidatos, e julgou improcedente a representação. Prevaleceu, assim, a possibilidade de que as eleições sejam de fato ocasião para um debate livre de ideias.

A empresa *Empírica Consultoria & Negócios* havia publicado na internet um parecer sobre possíveis cenários econômicos decorrentes do resultado das próximas eleições presidenciais. Para divulgar o seu trabalho a empresa solicitou os serviços de links patrocinados de Google (Google Ads) com as seguintes chamadas “Como se proteger da Dilma: como proteger seu patrimônio em caso de reeleição da Dilma, já” e “E se o Aécio Neves ganhar? Que ações devem subir se o Aécio ganhar a eleição? Descubra aqui, já”. O PT não gostou e entrou, juntamente com seus partidos aliados, com uma representação do TSE para que fossem aplicadas ao caso as sanções previstas em lei para propaganda eleitoral irregular.

Em fins de julho o relator do processo no TSE, ministro Admar Gonzaga, concedeu uma liminar favorável ao PT. O Google foi obrigado a retirar os anúncios e a empresa *Empiricus* foi proibida “de exibir novos anúncios com referências positivas ou negativas aos candidatos em disputa no pleito presidencial de 2014”. Conforme escreveu o relator na decisão liminar “parece-me claro o excesso cometido com as expressões utilizadas nos anúncios postados”. Para Gonzaga a “ocorrência de propaganda eleitoral paga”

se comprovaria pelo fato de o texto, mencionando as próximas eleições, emitir juízos de valor sobre dois candidatos ao pleito presidencial.

No julgamento do caso plenário do TSE, o ministro Gonzaga manteve a sua posição e propôs que a empresa fosse multada em R\$ 15 mil, pois, em sua opinião, havia desrespeitado a Lei Eleitoral. Seu voto, no entanto, foi derrotado.

O Ministro Gilmar Mendes foi o primeiro a discordar do relator. Segundo Mendes, trata-se de um caso em que a liberdade de expressão está em jogo e não se pode pretender que “a Justiça eleitoral, agora, se transforme em editor de consultoria”. O ministro Luiz Fux acompanhou o voto de Mendes, bem como o presidente do TSE, Dias Toffoli e os ministros João Otávio de Noronha e Luciana Lóssio. A ministra Laurita Vaz votou com o relator.

A decisão do TSE tem duas importantes consequências. Rejeitou-se a concepção, defendida pelo PT na representação, de que um conteúdo opinativo, simplesmente por ter juízos de valor num contexto eleitoral, seja considerado propaganda.

Com independência dos efeitos eleitorais que as opiniões possam ter, há liberdade para expressá-las. Uma opinião ter “viés eleitoral” –seja lá o que isso significa- não muda o seu caráter de opinião nem muito menos tira a legitimidade para expressá-la.

Em segundo lugar preservou-se o direito de divulgar as opiniões. Para um ambiente de liberdade, não basta a possibilidade de expressar opiniões – deve ser possível divulgá-las. Caso contrário, ter-se-ia uma reduzida liberdade de expressão: pode-se emitir uma opinião, mas apenas entre os seus conhecidos. O fato de investir dinheiro na sua divulgação como foi o caso da consultoria *Empiricus* ao pagar ao Google pelos anúncios –não transforma uma opinião em propaganda. Segundo o TSE, opinião divulgada não é sinônimo de propaganda eleitoral paga.

As regras eleitorais devem ser proteção para o debate de ideias é não o contrário. Se o PT entende que a avaliação da consultoria é equivocada, deve responder no mesmo âmbito: com fatos, com argumentos, com ideias. Mas não com a interpretação enviesada da lei. Numa democracia quem decide sobre as ideias não é o Poder Judiciário. É o voto.

14 de setembro de 2014

A razão contra a baixaria e a apelação

A inacreditável baixaria e a apelação na qual o desespero de Dilma Rousseff e a empáfia de Marina Silva transformaram a campanha eleitoral em sua fase decisiva tiveram um contraponto na atuação de Aécio Neves, terceiro colocado nas pesquisas de intenção de voto, em sua participação, no último dia 10, na rodada de entrevistas com os presidentiáveis realizada pelo jornal *O Globo*. No momento em que o PT apela para o que sabe fazer melhor –atacar e iludir- e Marina recorre ao bom-mocismo e à manipulação de obviedades para seduzir um eleitorado ávido por mudanças, o candidato do PSDB introduziu um sopro de racionalidade no debate eleitoral.

O que se pode esperar daqui para a frente da campanha petista é a desfaçatez crescente de Dilma Rousseff diante do mar de lama que envolve seu governo, como ela demonstrou sem o menor constrangimento na entrevista ao publicada no dia 9, ao responder sobre o mais recente escândalo na Petrobrás: “Se houve alguma coisa, e tudo indica que houve, eu posso garantir que todas, vamos dizer assim, as sangrias que eventualmente pudessem existir estão estancadas”. “Sangrias”, aliás sobre as quais a ex-ministra de Minas e Energia e chefe de governo “não tinha a menor ideia”.

Marina Silva, por sua vez, tem falado muito sobre a “nova política” que se propõe levar ao Planalto e pouco sobre como e o que fará para transportá-la do plano das boas intenções para a realidade dura de um ambiente político que a prática dos últimos 12 anos levou a limites extremos de degradação. E fala pouco sobre os 24 anos em que, sob as asas do guru Lula, militou das falanges petistas que, com denodo e método, se dedicaram a desmoralizar as instituições democráticas do País.

Surpreendido, como todo o Brasil, pela reviravolta provocada na campanha eleitoral com a morte trágica de Eduardo Campos, Aécio Neves, cuja candidatura até então parecia presença certa contra Dilma Rousseff no segundo turno, defronta-se agora com a necessidade de em circunstâncias

mais desfavoráveis do que até então demonstrar que é a melhor opção para um eleitorado claramente ávido por mudanças.

Sem considerar a questão estritamente política, que é essencial, mas pouco compreendida em toda sua complexidade –ou simplesmente rejeitada pela maior parte do eleitorado-, o fator decisivo numa eleição presidencial é certamente a economia, traduzida em seus efeitos sobre o cotidiano dos cidadãos. Para reduzir a questão sobre a sua expressão mais simples, quando a economia vai mal a produção cai, os empregos mínguam, a carestia aumenta e a insatisfação geral se instala. É exatamente o que acontece hoje no País, depois de quatro anos de incompetente e desastrado governo.

Diante desse desastre que nem a indispensável existência de programas sociais como o Bolsa Família consegue dissimular, está claro que o Brasil precisa, mais uma vez, de uma competente ação governamental de estabilização e desenvolvimento econômico, a exemplo do que ocorreu 20 anos atrás, quando a inflação anual atingia incríveis quatro dígitos e o então ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardozo comandou uma equipe de economistas que criou e implantou o Plano Real a partir de três fundamentos básicos: metas de inflação, câmbio flutuante e superávit primário.

Esse é, claramente, um desafio para o qual Dilma Rousseff, até por formação ideológica, não tem a menor disposição e disponibilidade do necessário apoio de quadros técnicos, para a difícil tarefa de recuperar a economia brasileira. Além de comprometimento histórico dos tucanos com a estabilidade e o desenvolvimento econômico do país, Aécio Neves pode contar com a credibilidade de quadros técnicos comprovadamente competentes. E essa foi a ênfase de sua participação na entrevista ao jornal carioca, ao repudiar a baixaria e a apelação emocional na campanha: “Tenho feito um esforço maior e vou fazê-lo até o último dia desta eleição. Acredito que, no momento da decisão, vai prevalecer a onda da razão”.

25 de setembro de 2014

O mundo encantado de Dilma

Um turista francês de 55 anos, chamado Herbe Goudel, foi decapitado na Argélia por um grupo extremista que disse estar sobre as ordens do Estado Islâmico (EI), a organização terrorista que controla atualmente parte da Síria e do Irak e lá estabeleceu o que chama “califado”. Um vídeo que mostra a decapitação de Goudel foi divulgado ontem, para servir como peça de propaganda do EI –cujos militantes já decapitara, em frente às câmeras dois jornalistas americanos e um agente humanitário britânico e estarreceram o mundo ao fazer circular as imagens de sua desumanidade. Pois é com essa gente que a presidente Dilma Rousseff é preciso “dialogar”.

A petista deu essa inacreditável a propósito da ofensiva militar deflagrada pelos Estados Unidos contra o EI na Síria. Numa entrevista coletiva em Nova York, na véspera de seu discurso na abertura da Assembleia-Geral da ONU, Dilma afirmou lamentar “enormemente” os ataques americanos contra os terroristas. “O Brasil sempre vai acreditar que a melhor forma é o diálogo, o acordo e a intermediação da ONU”, disse a presidente –partindo do princípio, absolutamente equivocado, de que o EI tenha alguma legitimidade para que se lhe ofereça alguma forma de “acordo”.

É urgente que algum dos assessores diplomáticos de Dilma a informe o que é o EI, pois sua fala revela profunda ignorância ao respeito do assunto, descredenciando-a como estadista capaz de portar a mensagem do Brasil sobre temas tão importantes quanto este.

O EI surgiu no Iraque em 2006 por iniciativa do Al-Qaeda, para defender a minoria sunita contra os chiítas que chegaram ao poder depois da invasão americana. Sua brutalidade inaudita fez com que até mesmo a Al-Qaeda renegasse o grupo, que acabou expulso do Iraque pelos sunitas. A partir de 2011, o EI passou a lutar na Síria contra o regime de Bashar al-Assad. Mas os jihadistas sírios que estão na órbita da Al-Qaeda também rejeitaram o grupo, dando início a um conflito que já matou mais de 6 mil pessoas.

Com grande velocidade, o EI ganhou territórios na Síria e, no início de este ano, ocupou parte do Iraque, ameaçando a própria integridade do país. No caminho dessas conquistas o EI deixou um rastro de terror. Além de decapitar ocidentais para fins de propaganda, seus métodos incluem crucificações,

estupros, flagelações e apedrejamento de mulheres. “A brutalidade dos terroristas da Síria e no Iraque nos força a olhar para o coração das trevas”, discursou o presidente americano Barak Obama na Assembleia-Geral da ONU, ao justificar a ação dos Estados Unidos contra o EI –tomada sem o aval do Conselho de Segurança da ONU. Em busca de apoio internacional mais amplo –na coalizão liderada por Washington se destacam cinco países árabes que se dispuseram a ajudar diretamente na operação-, Obama fez um apelo para que “o mundo se some a esse empenho”, pois “a única linguagem que os assassinos entendem é a força”.

Pode-se questionar se a estratégia de Obama vai ou não funcionar, ou então se a ação atual é uma forma de tentar remendar os erros do governo americano no Iraque e na Síria (ver o editorial *A aventura de Obama*). Pode-se mesmo indagar se a operação militar, em si, carece de legitimidade. Mas o fato incontornável é que falar em “diálogo” com o EI, como sugeriu Dilma, é insultar a inteligência alheia –é, como tem sido habitual na gestão petista fazer a diplomacia brasileira apequenar-se.

Em sua linguagem peculiar Dilma caprichou nas platitudes ao declarar que “todos os grandes conflitos que se armaram (sic) tiveram uma consequência: perda de vidas humanas dos dois lados”. E foi adiante, professoral: “Agressões sem sustentação, aparentemente, podem dar ganhos imediatos. Depois, causam enormes prejuízos e turbulências. É o caso, por exemplo, do Iraque. Tá lá, provadinho no caso do Iraque”.

Por fim, Dilma disse que o Brasil “é contra todas as agressões” e, por essa razão, faz jus a uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU –para, num passe de mágica, “impedir essa paralisia do Conselho diante do aumento dos conflitos em todas as regiões do mundo”.

15 de outubro de 2014

A cartada do ‘golpe’

Decerto preocupada com a possibilidade real de derrota no segundo turno, a presidente Dilma Rousseff, candidata à reeleição, parece ter definitivamente perdido a compostura. Em comício em Canoas (RS), na

semana passada, a petista deixou toda a prudência de lado e acusou a oposição de tramar um “golpe”.

Que não se considere menor essa gravíssima denúncia apenas pelo fato de que ela foi feita em meio ao natural improvisado palanqueiro. Dilma sabia muito bem o que estava dizendo e a quem se dirigia quando declarou, em outras palavras, que seus adversários estariam em pleno curso de uma ruptura institucional com o propósito de apear o PT da Presidência.

A acusação de Dilma foi uma reação à repercussão dos depoimentos prestados à Justiça Federal pelos principais operadores do gigantesco escândalo de corrupção da Petrobrás, o ex-diretor Paulo Roberto Costa e o doleiro Alberto Youssef. Ambos relataram, em detalhes, como o PT recebia parte da propina cobrada de empresas que tinham contratos com a estatal. [4] “Eles jamais investigaram, jamais puniram, jamais procuraram acabar com esse crime horrível, que é o crime da corrupção”, discursou Dilma, referindo-se, como sempre de forma genérica e leviana, aos governos tucanos. “Agora, na véspera eleitoral, sempre querem dar um golpe. Estão dando um golpe. Esse golpe, nós não podemos concordar”.

Ao usar três vezes a palavra “golpe” na mesma declaração, Dilma ultrapassou os limites da civilidade. Embora ela própria já tenha dito que, em época de eleição, se pode “fazer o diabo”. Uma presidente da República deve saber que não pode destruir pontes com nenhuma parte da sociedade, pois ela governa para todos, e não somente para seus simpatizantes. Quando diz, com todas as letras, que a oposição é golpista, Dilma liquida qualquer possibilidade de diálogo, num eventual segundo mandato, com aqueles que representam cerca da metade dos eleitores do País.

A acusação de que a oposição ao PT e os críticos do governo são “golpistas” é recorrente entre os militantes petistas. Na visão dessa turma, que se baseia na mitologia lulista, opor-se a um governo que descobriu o Brasil em 2003 só pode ser sedição. Em quanto era verbalizada apenas pela virulenta claqué petista, essa diatribe não causava danos significativos. Mas quando é a própria presidente da República que decide vocalizar tamanha sandice, que não encontra nenhum respaldo na realidade, isso significa que o Brasil sob o PT, entrou de vez no clube dos bolivarianos –aqueles países governados por

líderes autoritários que dividem a sociedade em “nós” e “eles” e que denunciam “golpes” a todo momento para justificar seus apuros.

Para sustentar sua teoria da conspiração, Dilma sugeriu que os depoimentos dos envolvidos no escândalo da Petrobrás foram deliberadamente vazados para servir à “manipulação política” por parte da oposição. “Eu acho muito estranho e muito estarrecedor que, no meio de uma campanha, façam esse tipo de divulgação”, disse a presidente.

No, entanto, os depoimentos a que ela se referiu não foram vazados. A ação na qual eles foram colhidos não corre em segredo de Justiça –e nesses casos, a Constituição manda dar publicidade ao processo. Pelo cargo que ocupa, Dilma deveria saber disso, especialmente antes de fazer acusações tão graves. Mas o comitê de campanha da presidente não parece se importar com o que determina a lei, pois pretende recorrer ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral Eleitoral, sabe-se lá com que argumentos para impedir que esses depoimentos continuem a ser publicados.

Assim, preocupa observar que, ademais de sua incapacidade como presidente, Dilma agora flerta com autoritarismo daqueles que não conseguem aceitar o contraditório e a alternância no poder. Ela incorporou a seu discurso as teses de uma militância rastaquera –que pode falar o que bem entende porque não tem responsabilidades institucionais. Se atribui a seus adversários intenções golpistas, segue-se que Dilma deslegitimará o resultado das urnas, se este lhe for desfavorável. Definitivamente, não é uma atitude digna de alguém que preze a democracia.

Anexo 3. Versão original (em espanhol) dos editoriais de *El Mercurio*

31 de octubre de 2013

¿Reformar a cualquier costo?

El plan de la candidatura de Michelle Bachelet es hacer “reformas de fondo” en lo constitucional, educacional y tributario. Plantea que la educación en todos sus niveles es un “derecho social” que debe ser garantizado por el Estado, esto es, distribuido en forma gratuita. No parece importar si el contenido de los estudios es del pretendido interés social, su duración adecuada o su costo razonable. Repudia la competencia entre colegios y universidades como medio para asegurar una educación acorde con las preferencias de los apoderados o los alumnos, y para promover su administración eficiente. Sin reparar en los inequitativo que resultaría, extiende la gratuidad a todos los futuros profesionales, sin importar si provienen de las familias más acomodadas o si sus rentas les permitirían devolver al Estado el costo de sus estudios.

Todo esto es caro. El programa contempla una fuerte alza tributaria, en parte, para suplir los fondos que hoy destinan las familias de ingresos medios o altos al “financiamiento compartido” de la enseñanza escolar de sus hijos o al pago de los aranceles de la educación superior.

Específicamente, Bachelet propone subir en el equivalente 3% del PIB la carga tributaria. Esto, más los aumento de la recaudación provenientes del crecimiento económico, le permitirían abordar los costos de la gratuidad educacional, elevar su calidad con mayores desembolsos y eliminar paulatinamente el déficit fiscal estructural hoy estimado en 1%. Como ya había sido adelantado en la campaña primaria –en una propuesta que no parece haber sido modificada- tras la incorporación de connotados expertos vinculados al PDC-, la principal herramienta tributaria es el incremento al 25% del

impuesto de las empresas la eliminación del FUT, que termina elevando su carga tributaria en casi 40% y llevándola –como fracción del PIB- a uno de los valores más altos entre los países miembros de la OCDE.

La referida propuesta ha sido cuestionada por los más variados expertos, por desestimular el ahorro, la inversión, el emprendimiento y la innovación. Se ha advertido que los fondos de pensión de todos los chilenos y los 500 mil accionistas e inversionistas de fondos mutuos sufrirían pérdidas patrimoniales importantes y problemas de liquidez. Se ha planteado que la fórmula especial propuesta para las Pymes es inferior a los regímenes llamados 14bis y 14quater hoy vigentes que benefician a más de 140 mil Pymes, los cuales serían derogados. Otro tanto ocurre respecto de la fórmula de depreciación instantánea, que neutralizaría el efecto de la reforma sobre la inversión. Se ha prevenido que esa idea exacerbaría el endeudamiento por parte de las empresas nacionales y extranjeras que invierten en Chile, afectando la fortaleza patrimonial de nuestro sistema empresarial y financiero. En el debate se han destacado, además, las innumerables complejidades técnicas del diseño esbozado, pero el programa de Bachelet insiste en la idea y mantiene la incertidumbre sobre los reales alcances de la reforma.

Desde luego, lo que está en juego es importante. Si son válidas las críticas el programa de Bachelet sería incompatible con el 5% de crecimiento anual del PIB potencial y la creación de más de 600 mil empleo que plantea. Son metas ambiciosas que exigen un clima económico propicio. De no cumplirse, el segundo gobierno de la candidata centroizquierdista no sólo estaría condenado a cosechar profundas frustraciones, sino que incluso subiendo impuestos carecería de los recursos para hacer posible esa combinación de generosidad fiscal y equilibrio presupuestario que hoy auspiciosamente promete.

19 de noviembre de 2013

Trayectoria electoral de Bachelet

Michelle Bachelet debutó electoralmente en las elecciones municipales de 1996 como candidata a Concejal por Las Condes (por el PS dentro del pacto Concertación, cuando el Concejal más votado se elegía el alcalde),

obteniendo 2622 votos (2,35%). Esa magra votación no fue óbice para el presidente Ricardo Lagos la nombrara ministra de salud de su gobierno en 2000. Su labor no estuvo exenta de críticas y mantuvo disputas con los más cercanos asesores al presidente en esas materias, que finalmente gatillaron su salida de esa cartera en 2002; pero logró una visibilidad mediática importante, que la llevó a mantenerse en el gabinete, esta vez como ministra de defensa. Su labor en esa cartera tuvo ribetes simbólicos –mujer, hija de general de la Fuerza aérea dolorosamente fallecido mientras estaba detenido, y socialista -, que catapultaron su figura a nivel nacional y la llevaron a la presidencia de la república en 2006.

En esa ocasión obtuvo en primera vuelta 3, 190, 961 votos (45,96%), que aunque inferior a la suma de los votos de los candidatos de la Alianza, Sebastián Piñera y Joaquín Lavín, le permitió ganar luego la segunda vuelta, al obtener 3, 723,019 votos (53,5%). Durante su gobierno, luego de un comienzo lleno de problemas –“la revolución pingüina” y el desastroso proyecto Transantiago, entre otros- que llevaron su popularidad bastante por debajo del 40%, tuvo luego un repunte espectacular, aunque paradójico, pues comenzó cuando se desató la crisis financiera en 2008, y se acentuó especialmente cuando el país cayó en recesión en 2009. Dejó el gobierno con niveles de popularidad inéditos, de 80%, pero que no puedo transmitir al entonces candidato de la Concertación, Eduardo Frei Ruiz-Tagle.

Posteriormente, al asumir el cargo de directora ejecutiva de ONU Mujeres, concede en Nueva York, su popularidad, lejos de caer, se mantuvo, a pesar de la distancia y de las críticas que su gestión presidencial recibió por el 27-F, el Transantiago y el relativo mediocre desempeño económico general de su periodo, aunque excluyendo al recesión de 2009. Ella se tradujo luego en un fenómeno electoral, al conseguir aglutinar a una mal evaluada Concertación, transformada en Nueva Mayoría, en torno a su candidatura presidencial, que obtuvo 72% de las preferencias en sus primarias. Parecía constituir, efectivamente, un “*tsunami* electoral”.

Sin embargo, los resultados que logró en la reciente elección presidencial muestran una atenuación de esa potencia electoral: no obtuvo la vaticinada mayoría absoluta en la primera vuelta –sólo el 46,7%, esto es,

apenas todavía no adquiriría su talla actual-, lo que se tradujo en 3,070,012 votos, esto es, 120 mil votos menos que en ese año. El que haya habido nueve candidatos no explica, sino más bien ratifica esa atenuación, pues su persona no fue capaz de contrarrestar ese efecto. Asimismo obtuvo un porcentaje menor que la nueva mayoría en diputados (47,73%) y en senadores (50,64%), lo que deja en interrogante la relación causal de logro de votos entre la elección presidencial y la parlamentaria. Además, en las regiones I y II, las con más altos ingresos per cápita no llegó al 40%, y en la Metropolitana apenas lo superó sugiriendo que su capacidad de convocatoria sigue patrones distintos de los tradicionales de la geografía económica chilena. Lo anterior deja espacio para reinterpretar el fenómeno electoral que su persona encarna y que se verá desafiado por Evelyn Matthei, en segunda vuelta, de maneras muy distintas de las que enfrentó en la primera. Esta vez sí se contrastarán proyectos, pensamientos, estilos, logros y conocimientos, y se harán esfuerzos por movilizar a nuevos y más jóvenes electores, poniendo nuevamente a prueba esa potencia.

27 de noviembre de 2013

El valor de los acuerdos

Envalentonados por el éxito alcanzado en la elección parlamentaria, algunos representantes de la Nueva Mayoría han hecho ver que un eventual gobierno de Michelle Bachelet no necesitaría procurar un acuerdo amplio entorno a varias de las reformas legales y constitucionales por las que aboga su candidatura. Los votos del bloque le asegurarían la mayoría en ambas cámaras y, con tan solo unas pocas voluntades más, reuniría los quórum calificados necesarios para modificar leyes orgánicas constituciones e, incluso, tal vez los requeridos para ciertas enmiendas constitucionales. En contrario, dentro del pacto han surgido algunas voces disidentes –por ejemplo, la del presidente de la Democracia Cristiana, senador Ignacio Walker, y la de otros connotados miembros de su directiva-, destacando el valor de construir acuerdos y rechazando “pasar la aplanadora”.

Es preocupante que se interprete una victoria electoral –desde luego muy influida por la alta popularidad personal de la candidata presidencial- como

un mandato inapelable por parte de la ciudadanía a aplicar un programa radical de cambios al sistema político, económico y social que nos rige. Hay en ello ecos de aquel “avanzar sin transar” que tanto daño causó a Chile hace 40 años. Es cierto que el programa establece la intención de reescribir la Constitución, de avanzar hacia la gratuidad universal en educación –aunque ello en importante medida limite la libertad de elegir donde estudiar- y propone un drástico aumento de impuestos que podría dañar la capacidad de las empresas de crear empleos. Pero esos y otros compromisos admiten muchas variantes y sus complejos detalles están aún por definirse.

Mucho va a depender, desde luego, del liderazgo que ejerza Michelle Bachelet. Por ahora, ella está avocada a asegurarse el triunfo en el balotaje del 15 de diciembre y ha reiterado sus compromisos programáticos. Pero nadie puede desconocer que gran parte de sus popularidad proviene de su gestión en los gobierno de la Concertación, como ministra primero y Presidenta después. Aunque sus electores esperen que los cambios que propone su programa sean ventajosos, parece seguro que supone también que ellos serían implementados según ha sido costumbre en Chile en los últimos 25 años, esto es, priorizando los acuerdos transversales, buscando terreno común, convergiendo a soluciones moderadas y compartidas por la gran mayoría de la ciudadanía. Nada parecería más ajeno al carácter de la candidata que la arrogancia y el maximalismo que ahora exhiben algunos de sus seguidores.

En caso de resultar vencedora en el balotaje, el éxito de la segunda Presidencia de Michelle Bachelet y de las reformas que ha propuesto dependerá crucialmente de su capacidad para aunar voluntades entorno a una agenda moderada, tanto en el interior de su coalición como más allá de ella. Habrá de saber interpretar la voluntad de cambio expresada en las urnas, pero también considerar las muchas aprensiones que ellos despiertan en importantes sectores de la sociedad. Sin ese espíritu y aún contando con las mayorías parlamentarias necesarias, su programa correría el riesgo de encender la mecha de la incertidumbre política y jurídica, factor que afortunadamente ha estado ausente de Chile por muchos años y que es capaz de causar enorme daño económico, social y político. Los sectores más

moderados de la Nueva Mayoría pueden hacer mucho para evitar la tentación de un giro hacia la izquierda dura.

La Alianza –una vez superado el impacto de sumar resultado parlamentario y tal vez robustecida con una buena defensa de sus ideas durante el trecho de campaña presidencial aún faltante- puede cumplir un papel clave, alertando contra los excesos y promoviendo cambios que no desnaturalicen la exitosa trayectoria de progreso económico y social que se ha seguido Chile por más de tres décadas.

8 de diciembre de 2013

Contenidos

La campaña de la segunda vuelta no ha logrado establecer un ambiente electoral que evidencie el contraste entre las propuestas de ambas candidatas. Las diferencias existentes entre una sociedad basada en derechos sociales garantizados –lo que ofrecen la Nueva Mayoría y Michelle Bachelet- y otra basada en la autonomía individual de las personas para que estas construyan sus vidas con libertad responsable –lo que ofrecen la Alianza y Evelyn Matthei- deberían dar lugar a mensajes, contenidos y debates de mucho mayor fuerza que lo que se ha observado en estos días.

Es posible que la distancia electoral de la primera vuelta conspira contra la atención esperable en la segunda. Pero probablemente haya otras razones que le estén dando este tono carente de intensidad que advierte en esta campaña. En el caso de Matthei, pareciera ser difícil para ella –que dispuso de muy poco tiempo para instalar un discurso que transmitiera con claridad sus ideas en la primera vuelta- intentar hacerlo en los pocos días que quedan para la segunda. De ahí que su esfuerzo esté orientado más bien a entusiasmar a electores para que vayan a votar, que a transmitir un mensaje con contenidos, ideas y propuestas.

En el caso de Bachelet su campaña está desplegando dos tipos de contenido. Por una parte, los que ella o los personeros de su campaña entregan en entrevistas o cuñas mediáticas y otro en los letreros publicitarios que se distribuyen en sitios públicos. En los primeros enfatiza sus planteamientos respecto de importantes cambios legales y constitucionales

para Chile que viene, mientras en los segundos transmite mensajes con ofertas tales como mejores pensiones, educación pública de calidad, más hospitales y otras semejantes, que tienen un carácter más “cosista” que doctrinario. Parecieran querer tranquilizar a aquellos electores para quienes los cambios resultan amenazantes, mediante promesas genéricas que puedan resultar atractivas y, en su mayor parte, compartibles por todos: ¿alguien podría no querer educación de calidad y mejores pensiones? De esa manera busca ampliar su base electoral y, en caso de ser elegida, invocar que todos quienes votaron por ella apoyan los cambios a pesar de que algunos hayan sido seducidos sólo por tales ofertas.

Aunque se trata de una táctica electoral atractiva, tiene el inconveniente de que multiplica en ambas direcciones las ofertas y expectativas de la ciudadanía en cuanto su eventual gestión. Como en ese evento además gozaría de mayoría en ambas cámaras y alta probabilidad de acceso a quóruns calificados, no tendría excusas para fallar en sus promesas, incubándose así una presión adicional para esperar una gestión de excelencia e inmensos logros. Aunque estamos frente a una campaña sin tensión, ella es la antesala de una eventual Presidencia agitada.